



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**O PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Natalí dos Santos Andrade

**CRUZ DAS ALMAS - BAHIA
2022**

**O PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Natalí dos Santos Andrade
Licenciada em Pedagogia
Universidade do Estado da Bahia, 2012

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.

Orientadora: Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia

Coorientadora: Dra. Janete dos Santos

CRUZ DA ALMAS - BAHIA

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

A554p	<p>Andrade, Natalí dos Santos. O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia / Natalí dos Santos Andrade._ Cruz das Almas, BA, 2022. 146f.; il.</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas, Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia. Coorientadora: Profa. Dra. Janete dos Santos.</p> <p>1.Educação – Políticas públicas. 2.Educação – Formação. 3.Avaliação – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. II.Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD: 370.71</p>
-------	---

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas - UFRB. Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Sarmento das Chagas (Bibliotecário - CRB5 / 1615).

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS, AMBIENTAIS E BIOLÓGICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E
SEGURANÇA SOCIAL
MESTRADO PROFISSIONAL**

**O PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

Comissão Examinadora da Defesa de Dissertação de Mestrado de

NATALÍ DOS SANTOS ANDRADE

Aprovada em: 10 de junho de 2022

Documento assinado digitalmente
 ROSINEIDE PEREIRA MUBARACK GARCIA
Data: 15/07/2022 11:37:48-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Orientadora

Documento assinado digitalmente
 LYS MARIA VINHAES DANTAS
Data: 15/07/2022 12:27:41-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Lys Maria Vinhaes Dantas
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Interna

Documento assinado digitalmente
 GEORGINA GONCALVES DOS SANTOS
Data: 15/07/2022 12:35:26-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Profa. Dra. Georgina Gonçalves dos Santos
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Examinadora Externa

O PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

RESUMO: Este estudo é originário de uma inquietação desta pesquisadora que, ao assumir em 2018 a chefia do Núcleo de Gestão de Programas e Projetos - NUPROP da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, ficou responsável por acompanhar a execução do Programa de Monitoria Acadêmica – PMA - desenvolvido nesta instituição. Desde sua implantação no ano de 2008, o Programa não havia passado por uma ampla análise quanto à consecução de seus objetivos e implicação de suas ações na formação dos discentes participantes. Em vista disso, imbuída por uma questão recorrente na comunidade da UFRB, que é conhecer resultados do PMA, delineamos este estudo a partir do objetivo de analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Desse modo, com fito de analisar a política de monitoria acadêmica desenvolvida na UFRB, identificar seus desafios e sistematizar seus resultados, realizamos uma pesquisa aplicada, de abordagem qualitativa e fins descritivos, cujo levantamento de dados teve como instrumentos fontes bibliográficas, documentais e os formulários eletrônicos submetidos aos discentes monitores e monitorados, aos docentes orientadores e aos membros dos Comitês de Monitoria participantes do Programa no semestre letivo 2019.2. A partir de estudos sobre o histórico, característica e possibilidades da monitoria acadêmica, sucesso acadêmico e seus fatores, e, tendo em vista as percepções registradas pelos participantes da pesquisa, pudemos compreender que o PMA tem tendência a promover o sucesso normativo dos monitorados, via melhoria das notas e aumento das aprovações nos componentes curriculares, também possibilitando aos monitores o aprofundamento de seus conhecimentos e desenvolvimento de habilidades e o interesse pela docência. A pesquisa ainda demonstrou que o Programa tem propensão a exercer influência sobre a integração social e acadêmica dos monitorados e na permanência dos monitores. Todavia, em que pese suas contribuições, a ampliação do alcance dos resultados do Programa requer a efetivação e o aperfeiçoamento de um conjunto de atividades e ações.

PALAVRAS-CHAVE: Política Educacional; Formação Discente; Sucesso Acadêmico.

THE TEACHING ASSISTANTSHIP PROGRAM OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RECÔNCAVO DA BAHIA

ABSTRACT: This study is the product of a concern of this researcher who, upon assuming in 2018 the head of the Program and Project Management Nucleus - NUPROP of the Undergraduate Pro-Rectory - PROGRAD of the Federal University of Recôncavo da Bahia - UFRB, was responsible for monitoring the execution of the Teaching Assistantship Program - PMA developed in that institution. Since its implementation in 2008, the Program had not undergone an extensive analysis regarding the achievement of its goals and the implication of its actions in the training of participating students. In view of this, imbued by a recurring question in the UFRB community that is to know the results of the PMA, we designed this study from the aim of analyzing the UFRB Teaching Assistantship Program for student training from the perceptions of assistant students, assisted students, faculty mentors and members of Assistantship Committees. Therefore, in order to analyze the teaching assistantship policy developed at UFRB, identify its challenges and systematize its results, we carried out an applied research, with a qualitative approach and descriptive purposes, whose data collection had as instruments bibliographic and documentary sources and electronic forms submitted to the assistant and assisted students, the faculty mentors and the members of the Assistantship Committees participating in the Program in the 2019.2 academic semester. From studies on the history, characteristics and possibilities of teaching assistantship, academic success and its factors, and in view of the perceptions registered by the research participants, we were able to understand that the PMA tends to promote the normative success of those assisted, through improved grades and increased approvals in the curricular components, and also allowing the assistant students to deepen their knowledge and development of skills and interest in teaching. The research also showed that the Program has a tendency to exert influence on the social and academic integration of the assisted and on the permanence of the assistant students. However, in spite of its contributions, the broadening of the reach of the Program's results requires the implementation and improvement of a set of activities and actions.

KEYWORDS: Educational Policy; Student Training; Academic Success.

AGRADECIMENTOS

Ao contrário da visão formal que percebe este trabalho como produção individual para obtenção de um grau acadêmico, meu percurso educacional até a conclusão deste aponta que ele é produto de diversas pessoas que contribuíram para que eu buscasse tal objetivo. Por isso, faço uso deste espaço para agradecê-las.

Primeiramente agradeço a Deus pelas bênçãos diárias e por me agraciar com esta conquista. Aos meus pais, Antônio de Sousa Andrade e Hilza Maria dos Santos Andrade, e aos meus avós Américo Andrade, *in memoriam*, Paulino Ribeiro, *in memoriam*, Maria Nelcy Pereira, que mesmo semianalfabetos compreenderam a importância da educação e, desde minha infância, me incentivaram e apoiaram a trilhar esse caminho. Ao meu irmão, Antônio Miquéias dos Santos Andrade, a quem admiro e me espelho em sua determinação.

Agradeço às minhas amigas Camila Costa e Elaine Brito, cuja amizade construída a partir de suas atuações enquanto monitoras durante a graduação na UNEB corroborou para eu me aprimorar enquanto pedagoga e ampliar meus horizontes e anseios educacionais. Às minhas amigas, Luz Andréa, Patrícia Santana e Telma Pereira pelo carinho dedicados a mim e pelas parcerias estabelecidas.

Sou grata principalmente a minha companheira, Andréa Morais, por me incentivar a ingressar, permanecer e concluir o mestrado. Saiba que seu apoio, cuidado e cumplicidade nos momentos da pesquisa e no dia a dia me deram e dão força e inspiração para alçar este e os futuros voos.

Representando todos(as) professores(as) que participaram de meu percurso formativo, agradeço às minhas orientadoras Rosineide Pereira Mubarack Garcia e Janete dos Santos, por terem me incentivado a participar da seleção do mestrado e por terem me auxiliado a trilhar o caminho sem perder o foco e o fôlego.

Agradeço aos colegas de trabalho, Deise Santos, Thiago Louro e Raphael Costa, que além do incentivo para o ingresso no mestrado, me auxiliaram a revisar e aprimorar a escrita deste trabalho. Agradeço aos colegas geatianos que corroboraram a elaboração do projeto de pesquisa, deste escrito e também do instrumento e estratégias de defesa deste meu TCC.

Agradeço ainda à UFRB, que entendeu a necessidade e possibilitou meu afastamento temporário das atividades laborais em prol da dedicação à pesquisa. E em especial, agradeço a todos discentes, servidores docentes e servidores técnicos-administrativos que responderam aos instrumentos da pesquisa e possibilitaram chegarmos ao resultado aqui apresentado.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CAHL - Centro de Artes, Humanidades e Letras
CCAAB - Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CCS - Centro de Ciências da Saúde
CECULT - Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CETEC - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS - Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFP - Centro de Formação de Professores
CNE/CES - Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior
CONAC - Conselho Acadêmico
CPPG - Coordenação de Políticas e Planejamento de Graduação
DCN - Diretrizes Curriculares Nacionais
FAPESB - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IES - Instituição de Ensino Superior
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
NUPROP – Núcleo de Gestão de Programas e Projetos
PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PMA - Programa de Monitoria Acadêmica
PNE - Plano Nacional de Educação
PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação
ProUni - Programa Universidade para Todos
PRP - Programa de Residência Pedagógica
PRPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SISU - Sistema de Seleção Unificada
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFT - Universidade Federal de Tocantins

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Estrutura Organizacional do PMA da UFRB conforme Resoluções CONAC nº 036/2010 e nº 004/2018.....	38
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Como os discentes ficaram sabendo sobre a existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB	63
Gráfico 2 - Grau de relevância dos motivos que estimularam os monitorados a participarem do PMA	64
Gráfico 3 - Grau de relevância dos motivos que estimularam a candidatura a uma vaga enquanto monitor(a)	65
Gráfico 4 - Como os monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria classificam seus níveis de conhecimento sobre as normas que regulamentam o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB	66
Gráfico 5 - Quantidade de vezes nas quais o(a) discente foi monitor(a).....	68
Gráfico 6 - Quantidade de projetos de monitoria dos quais os monitorados participaram ao longo de sua graduação na UFRB	68
Gráfico 7 - Forma de interação com monitor(es) de um ou mais componente(s) curricular(es) no período letivo 2019.2.....	69
Gráfico 8 - Atividades profissionais ou acadêmicas desenvolvidas pelos monitorados no período no qual participavam do Programa de Monitoria Acadêmica.....	70
Gráfico 9 - Atividades profissionais ou acadêmicas desenvolvidas pelos monitores no período no qual participavam do Programa de Monitoria Acadêmica	71
Gráfico 10 - Conhecimento pelos monitores e monitorados de colegas que gostariam de participar do PMA, mas não participavam por falta de tempo pessoal	72
Gráfico 11 - Nível de satisfação dos monitorados com o método de divulgação dos horários e dos locais de monitoria dos componentes curricular.....	73
Gráfico 12 - Nível de satisfação dos monitorados com o turno de realização das atividades extraclasse de monitoria	74
Gráfico 13 - Nível de satisfação dos monitorados com a quantidade de horários de orientação disponibilizados pelos monitores.....	75
Gráfico 14 - Nível de satisfação dos monitorados com as metodologias utilizadas pelos monitores para revisar os conteúdos das aulas	76
Gráfico 15 - Nível de satisfação dos monitorados com a quantidade de monitores para cada componente curricular	76
Gráfico 16 - Nível de satisfação de monitores, monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês com a quantidade de monitores para cada componente curricular	77

Gráfico 17 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a divulgação dos editais de seleção de monitoria	78
Gráfico 18 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a forma como é realizada a seleção dos monitores.....	78
Gráfico 19 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a destinação das bolsas para os projetos de monitoria de componentes curriculares com maior índice de reprovação.....	79
Gráfico 20 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com o fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros).....	80
Gráfico 21 - Nível de satisfação dos monitores com o acompanhamento e orientação pelos docentes, plano semestral de atividades e quantidade de salas para atendimento extraclasse .	80
Gráfico 22 - Nível de satisfação dos docentes orientadores e monitores com o acompanhamento e orientação dos monitores pelo Comitê de Monitoria.....	81
Gráfico 23 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês e docentes orientadores com a forma como é realizada a seleção dos Projetos de Monitoria.....	82
Gráfico 24 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria	82
Gráfico 25 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês com o acompanhamento do Programa pela Pró-Reitoria de Graduação	83
Gráfico 26 - Autoavaliação da frequência na qual os monitores desenvolveram suas atribuições no PMA	84
Gráfico 27 - Frequência da realização de ações de formação segundo os monitores.....	86
Gráfico 28 - Frequência da realização de ações de formação segundo os docentes orientadores	87
Gráfico 29 - Frequência da realização de atribuições dos Comitês de Monitoria segundo seus membros	88
Gráfico 30 - Percepção dos monitorados sobre a relevância da participação no PMA para a formação	94
Gráfico 31 - Percepção dos monitores sobre a relevância da participação no PMA para a formação	95
Gráfico 32 - Frequência na qual os objetivos do Programa de Monitoria são alcançados, segundo os docentes orientadores	101

Gráfico 33 - Frequência na qual os objetivos do Programa de Monitoria são alcançados, segundo os membros dos Comitês.....	102
Gráfico 34 - Percepção dos participantes da pesquisa sobre o grau de importância do PMA para a formação discente	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Notícias publicadas em jornais que demonstram a realização de monitoria em instituições de ensino superior antes da publicação da Lei nº 5.540/1968	24
Quadro 2 - Características da monitoria acadêmica estabelecidas pelo Decreto nº 66.315/1970	25
Quadro 3 - Informações sobre monitoria acadêmica contidas em decretos expedidos de 1969 a 1981	26
Quadro 4 - Desafios do PMA segundo os docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantidade de discentes monitores do PMA da UFRB por Centro de Ensino referente aos semestres letivos 2011.1 ao 2019.2.....	18
Tabela 2 - Perfil dos discentes da UFRB matriculados no ano de 2019, conforme microdados do Censo da Educação Superior	38
Tabela 3 - Distribuição de monitores por Centro de Ensino no PMA nos semestres letivos 2011.1 a 2019.2, conforme Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB	39
Tabela 4 - Distribuição da população da pesquisa por categoria e por Centro de Ensino.....	44
Tabela 5 - Informações sobre o envio dos convites para participação da pesquisa e taxa de devolução dos formulários eletrônicos	44
Tabela 6 - Faixa etária dos monitorados.....	50
Tabela 7 - Sexo dos monitorados	50
Tabela 8 - Cor autodeclarada pelos monitorados	50
Tabela 9 - Estabelecimento de ensino no qual os monitorados cursaram a Educação Básica	51
Tabela 10 - Centro de Ensino no qual os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	52
Tabela 11 - Cursos nos quais os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	53
Tabela 12 - Turno de realização do curso no qual os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	54
Tabela 13 - Semestres de ingresso na UFRB pelos monitorados no semestre letivo 2019.2 ..	54
Tabela 14 - Faixa etária dos monitores.....	55
Tabela 15 - Sexo dos monitores	55
Tabela 16 - Cor autodeclarada pelos monitores	56
Tabela 17 - Estabelecimento de ensino no qual os monitores cursaram a Educação Básica ..	56
Tabela 18 - Centro de Ensino no qual os monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	57
Tabela 19 - Cursos nos quais os discentes monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	58
Tabela 20 - Turno de realização do curso no qual os discentes monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2	58
Tabela 21 - Semestres de ingresso na UFRB pelos discentes monitores no semestre letivo 2019.2	59

Tabela 22 - Semestre letivo de ingresso na UFRB	59
Tabela 23 - Centros de Ensino nos quais os docentes orientadores lecionam.....	60
Tabela 24 - Primeiro semestre letivo no qual o docente participou do PMA da UFRB	60
Tabela 25 - Quantidade de semestres letivos entre o ingresso e o primeiro semestre letivo com monitor(a)	61
Tabela 26 - Tempo de participação em um Comitê de Monitoria.....	62

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	17
2 – MONITORIA ACADÊMICA	21
3 – SUCESSO ACADÊMICO	31
4 - CAMINHO METODOLÓGICO	37
4.1 – OBJETO DE PESQUISA	37
4.2 – DELINEAMENTO METODOLÓGICO	40
4.3 – ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS.....	42
5 - O PMA DA UFRB PARA A FORMAÇÃO DISCENTE	47
5.1 - PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ACADÊMICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA.....	49
5.1.1 - Discentes monitorados	49
5.1.2 - Discentes monitores.....	55
5.1.3 - Docentes orientadores	59
5.1.4 - Membros dos Comitês de Monitoria	61
5.2 – PERCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PMA E SEUS DESAFIOS ...	62
5.3 - CONTRIBUIÇÕES DO PMA PARA A FORMAÇÃO DISCENTE.....	93
6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
REFERÊNCIAS	109
APÊNDICES	120
APÊNDICE A – Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos	120
APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.....	121
APÊNDICE C – Termo de Compromisso do Pesquisador	124
APÊNDICE D – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD).....	125
APÊNDICE E – Convite ao(à) Discente Monitorado(a) para preenchimento de questionário	126
APÊNDICE F - Convite ao(à) Discente Monitor(a) para preenchimento de questionário	127
APÊNDICE G - Convite ao(à) Docente Orientador(a) para preenchimento de questionário	128

APÊNDICE H – Convite aos membros dos Comitês de Monitoria para preenchimento de questionário	129
APÊNDICE I – Formulário Eletrônico – Discente Monitorado(a)	130
APÊNDICE J – Formulário Eletrônico – Discente Monitor(a).....	136
APÊNDICE K– Formulário Eletrônico – Docente Orientador(a).....	142
APÊNDICE L – Formulário Eletrônico – Membros dos Comitês de Monitoria	145

1 – INTRODUÇÃO

Um passeio pela história da educação indica que “ensino dos alunos por eles mesmos” (BASTOS, 1997, p. 118) é uma prática secular utilizada por diferentes mestres e métodos que tinham em comum o aproveitamento dos discentes que mais se destacavam para o ensino dos menos desenvolvidos.

Implementado no Brasil desde 1827 para o ensino das primeiras letras, o Método Monitorial foi se difundindo no país mesmo depois de ter sido desincentivado pelo Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854. Empregado a princípio nas séries iniciais para possibilitar a ampliação do acesso à educação, o método começou a ser utilizado no ensino superior com o intuito de preparar os discentes para a carreira de magistério, antes mesmo de sua instituição oficial via Lei nº 5.540/1968. Em 1996, com a aprovação da Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, as universidades brasileiras passaram a ter autonomia tanto para criar programas de monitoria quanto para estabelecer suas normas e objetivos.

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB institucionalizou o Programa de Monitoria Acadêmica - PMA nos seus cursos de Graduação em 2008 por meio da Resolução CONAC nº 007/2008, três anos depois de ter sido criada pela Lei nº 11.151/2005, em razão de seu desmembramento da Escola de Agronomia que fazia parte da Universidade Federal da Bahia - UFBA.

Inicialmente o PMA tinha como objetivos oportunizar ao discente a iniciação na atividade de docência, estimulando-o à carreira docente; possibilitá-lo ampliar seus conhecimentos; apoiar os docentes no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas; e auxiliar a adoção da interdisciplinaridade na UFRB. Contudo, algumas alterações na Resolução CONAC nº 036/2010, que normatiza o Programa, foram acrescentando uma nova finalidade: promover o êxito acadêmico nos cursos de graduação da UFRB.

Apesar da política de monitoria da UFRB ter ampliado seu foco tendo em vista a promoção do êxito acadêmico, foi possível afirmar, com base em Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018, que o Programa não havia passado por uma análise quanto à consecução de seus objetivos e implicação de suas ações na formação dos discentes participantes (UFRB, 2016; 2017; 2018).

Nesse ínterim, a avaliação é uma das atividades fundamentais para planejamento e acompanhamento de programas, assim como para conhecimento de resultados que estes tenham proporcionado. Nos casos de programas como o de monitoria, cujas ações se destinam à formação dos discentes e, conseqüentemente, podem contribuir para o desempenho da

universidade, é necessário que as avaliações sejam realizadas de forma constante. De acordo com Brigida (2018), para que as ações da monitoria possam “de fato refletir melhoria na da (sic) formação dos alunos, no aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem e no bom desempenho da instituição, é preciso que elas sejam sistematicamente avaliadas para que cumpram com seus reais objetivos” (BRIGIDA, 2018, p. 93).

Embora pesquisas realizadas sobre Programas de Monitoria de outras IES (NATÁRIO, 2001; BRIGIDA, 2018; OLIOSI, 2019; VIEIRA, 2019) tragam elementos para pensarmos o PMA da UFRB, elas não conseguem dar conta de todas as dimensões do Programa, principalmente ao considerarmos as especificidades de suas características e contexto.

Desde sua criação, o PMA foi executado em todos os semestres. Todavia, apesar de não haver todos os dados sobre a quantidade de discentes e docentes que participaram do Programa desde a sua criação, a quantidade de monitores encontrada em Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB nos dá dimensão sobre sua abrangência, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade de discentes monitores do PMA da UFRB por Centro de Ensino referente aos semestres letivos 2011.1 ao 2019.2¹

Centros de Ensino	CAHL	CFP	CETEC	CCAAB	CCS	CECULT	CETENS	Total
Monitores Remunerados	133	70	200	138	125	47	39	752
Monitores Voluntários	53	37	224	321	140	7	13	795

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Tendo em vista os dados apresentados na Tabela 1, é possível observar que até 2019 haviam sido registradas mais de 1.500 participações de discentes como monitores. Não obstante à complexidade que seria avaliar o impacto do PMA ao longo desses anos, era notório e demandado pela comunidade acadêmica que algum estudo nesse sentido fosse realizado.

Essa inquietação ora institucional passou a ter contornos pessoais e profissionais em 2018, quando a proponente deste estudo assumiu a chefia do Núcleo de Gestão de Programas e Projetos (NUPROP) da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB, responsável pela gestão de programas da graduação e, conseqüentemente, pelo PMA.

Dentre as principais questões que nos inquietavam, as relacionadas à formação discente são as que se destacam: Como os discentes monitores e monitorados viam o PMA da UFRB? A partir de suas percepções, seria possível dizer que o Programa contribui para melhorias no

¹ Tabela elaborada com base nos dados disponíveis nos Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019).

processo de ensino e aprendizagem? O PMA foi relevante para a sua formação, o não trancamento de um componente curricular e/ou para a sua aprovação nele? Para além dos estudos dos conteúdos de um determinado componente curricular, a participação no Programa provocou alguma alteração na forma como o discente via e vivia a universidade? Como os docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria avaliavam a contribuição do Programa para a formação dos discentes?

Entendemos que o desenvolvimento de pesquisa visando encontrar respostas para perguntas como essas tinha o potencial de trazer elementos para conhecer os resultados e desafios do PMA da UFRB, contribuindo assim para seu aprimoramento e também para identificar e entender o que pensavam os sujeitos participantes do Programa, inclusive compreender a influência deste no processo de formação discente. Desse modo, fortalecer a Universidade auxiliando-a a cumprir a sua missão de “Formar cidadãos criativos, empreendedores e inovadores, contribuindo para o desenvolvimento social, tecnológico e sustentável, promovendo a inclusão e valorizando as culturas locais” (UFRB, PDI 2019-2030).

Apesar de poucas², as pesquisas existentes sobre Programas de Monitoria de outras IES brasileiras abordavam o Programa por meio de diferentes focos, geralmente a partir das visões e opiniões de monitores, docentes e gestores do Programa. Dentre essas, destacamos Oliosi (2019), que estudou o Programa Institucional de Monitoria da Universidade Federal de Tocantins (UFT) quanto a sua efetividade no que se refere à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e na construção da relação entre discentes monitores e professores orientadores; e Vieira (2019), que buscou compreender como os significados e sentidos atribuídos à monitoria, pela IES, pelos docentes e monitores implicam-se ao cotidiano dos envolvidos, gerando contribuições e limitações.

Desse modo, tendo em vista a ausência de estudos sistematizados sobre o PMA da UFRB, como também as potencialidades inerentes às pesquisas sociais sobre programas, o fato de outros estudos sobre Programas de Monitoria terem considerado apenas a visão de monitores, docentes e/ou gestores vinculados à monitoria acadêmica fez com que nos propuséssemos a analisar o PMA da UFRB para a formação discente a partir das lentes de quatro atores: docentes orientadores, membros dos Comitês de Monitoria, monitores e também dos discentes monitorados, principal alvo das ações do Programa.

² Após consulta ao Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES realizada em 20 de maio de 2021, utilizando o termo ‘Programa de Monitoria’ com o filtro para a Área de Conhecimento Educação, encontramos apenas quatorze pesquisas que investigaram a monitoria acadêmica no Ensino Superior.

Por isso, guiamos nossa pesquisa a partir da questão norteadora: Quais percepções têm os participantes do PMA da UFRB sobre o desenvolvimento desta política e seus resultados para a formação acadêmica? Além dessa questão, o percurso aqui realizado teve como base o objetivo geral: analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria, e três objetivos específicos, a saber: 1) analisar a política de monitoria acadêmica desenvolvida na UFRB; 2) identificar desafios do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente; 3) analisar as percepções sobre o Programa de Monitoria Acadêmica conforme o perfil dos participantes; e 4) sistematizar os resultados do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente.

Essa questão e objetivos deram origem ao presente trabalho, que está subdividido em seis tópicos principais, dentre os quais encontra-se esta Introdução, na qual apresentamos a justificativa, o problema, os objetivos e a estrutura deste documento. Seguida pelo tópico Monitoria Acadêmica, em que, com o suporte de pesquisadores como Bastos (1997), Natário (2001), Frison e Moraes (2010), Dantas (2014) e Oliosí (2019), apresentamos histórico, característica e possibilidades da monitoria empregada nas instituições de ensino superior.

Posteriormente, no tópico Sucesso Acadêmico, contamos com a colaboração de autores como Alarcão (2001), Paivandi (2015), Santana (2017) e Tinto e Pusser (2006) para entender o que é sucesso acadêmico e os fatores que possibilitam sua ocorrência.

Em continuidade, no tópico Caminho Metodológico, apresentamos o objeto de pesquisa, assim como seu delineamento quanto à natureza, à abordagem, seus fins, procedimentos e instrumentos para levantamento e análise dos dados, além das ações realizadas para atender aos princípios éticos da pesquisa com seres humanos.

Na sequência, desenvolvemos o tópico “O PMA da UFRB para a formação discente”, espaço no qual, a partir de quadros, tabelas e gráficos, trazemos as percepções dos monitores, monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria participantes do Programa no semestre letivo 2019.2, quanto ao desenvolvimento do PMA, seus desafios e resultados para a formação discente. E, para fechar este trabalho, nas Considerações Finais trazemos nossa perspectiva quanto à pesquisa realizada, seus limites e possibilidades.

2 – MONITORIA ACADÊMICA

Se por um lado o Programa de Monitoria enquanto política universitária foi legalmente instituída no Brasil em 1968 a partir da Lei nº 5.540, por outro podemos dizer que a monitoria é uma prática secular baseada no “ensino dos alunos por eles mesmos” (BASTOS, 1997, p. 118). Abbagnano e Visalberghi (*apud* NEVES, 2003, p. 241) “afirmam que os judeus e os gregos na antiguidade já o utilizavam”. Também numa perspectiva histórica, Frison (2016) assevera que a monitoria foi empregada em diferentes experiências desde a Idade Média.

Na metade do século XIV os mestres tinham o apoio de um “*proscholus*, antigo nome latino atribuído às pessoas que os auxiliavam na escolarização” (FRISON, 2016, p. 137). No século XVI a prática estava inclusa no método de ensino empregado pelos jesuítas que, para cumprir as regras contidas no *Ratio Studiorum*, recebiam o “auxílio dos melhores alunos, chamados “decuriões”, responsáveis por outros colegas, de quem tomavam as lições de cor, recolhiam os exercícios e marcavam erros e faltas diversas” (FRISON, 2016, p. 137). No século XVII, em Didática Magna, Comenius pontuava que “quando o professor encontra um aluno mais inteligente, deve confiar-lhe dois ou três dos mais lentos para que os instrua” (COMENIUS, 2001, p. 52).

Apesar da existência dessas experiências, a prática de monitoria começa a ser difundida mundialmente³ a partir do século XIX, após ser sistematizada no final do século XVIII e início do século XIX, separadamente, por André Bell (1796⁴) e Joseph Lancaster (1803⁵) para o ensino das primeiras letras. A internacionalização significativa do método monitorial, também conhecido como método mútuo e método lancasteriano, não se deu necessariamente por se tratar de uma novidade pedagógica, mas devido a sua economicidade, a seu poder disciplinar e, segundo Almeida (*apud* NEVES, 2003, p. 44), à possibilidade de resolver o problema da falta de professores.

De acordo com Bastos (2012, p.78), o método monitorial permitia a um professor “dirigir, com ordem e facilidade, uma escola de quinhentos e até mil alunos”, pois dividia os

³ Conforme Bastos (2012), implantado a princípio na Inglaterra, o método foi importado para Portugal, Espanha, França, Itália, Dinamarca, Bulgária, Holanda, Bélgica, para territórios africanos (Serra Leoa, África do Sul), para a Austrália, para as Américas incluindo aí os Estados Unidos, Canadá, México, Cuba, Guatemala, Uruguai, Argentina, Brasil, entre outros.

⁴ De acordo com Neves (2003, p. 64) “Os ideais pedagógicos de Bell foram divulgados em 1796, após seu retorno a Londres, com a publicação do trabalho *An Experiment in Education*, no qual relatou sua experiência no Asilo de Madras”.

⁵ Conforme Neves (2003), Lancaster começou a divulgar suas ideias e resultados de seu trabalho em 1803 em diversas brochuras sob o título *Improvements in Education* e como livro sob o mesmo título em 1805.

discentes em classes conforme grau de conhecimento, as quais eram dirigidas por discentes (monitores) que se sobressaíssem dentro de uma determinada especialidade. O monitor era o principal agente de ensino, pois, com base na explicação e indicações particulares do professor, era ele o responsável pelo ensino, por manter o controle e a disciplina da classe e classificar os discentes. Devido essa organização, o papel do professor se restringia a manutenção da ordem, ao controle do movimento dos discentes (a entrada, a saída, a instalação nos bancos), comandava as mudanças de exercício, controlava e regulava o trabalho dos monitores, pois se um deles demonstrasse pouco zelo na função, o colocava na classe superior e designava um sucessor. Mas se um monitor abusasse do poder, repreendia-o.

Essas características do método, conforme Vicent referenciado por Bastos (2012), coadunam com os aspectos políticos e culturais do século XIX, no qual era necessário transmitir o saber e saber-fazer de forma rápida e com poucos custos. A instrução pública era vista “como parte do processo de incorporação das modernidades dos países centrais, em fase de industrialização e conseqüente formação de cidadãos adaptados a essa realidade” (VICENT, 1980 *apud* BASTOS, 2012, p. 77).

No Brasil a adoção do método mútuo está atrelada à perspectiva semelhante, conforme Neves (2003): “a apropriação do método lancasteriano pelas elites monárquicas estava associada ao projeto de consolidação do Estado Nacional e da formação disciplinar das classes subalternas” (NEVES, 2003, p. 93).

Nesse sentido, a partir de 1820, o governo foi adotando medidas legais e gradativamente foi instituindo o método de forma oficial. Todavia, só a partir de 15 de outubro de 1827, com Decreto das Escolas de Primeiras Letras, primeira lei sobre a Instrução Pública Nacional do Império do Brasil, que se torna obrigatória a adoção do método monitorial por todas as escolas de primeiras letras no país.

De acordo com Bastos (2012), apesar de ser difícil delimitar com precisão o período de adoção do ensino mútuo no Brasil, há evidências de que o método perdurou após ter sido desincentivado legalmente a partir do Decreto nº 1.331, de 17 de fevereiro de 1854, conhecido como reforma Couto Ferraz, o qual indicava o emprego do método simultâneo para a instrução primária e secundária nos municípios da Corte.

Em sua tese sob título “O Método Lancasteriano e a formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)”, Neves (2003) havia demonstrado que o método monitorial continuou a ser empregado no Brasil até o final do século XIX, mesmo que em algumas experiências tenha sido mesclado com outros métodos. O Relatório de 10 de julho de 1895 do professor Salvador P. de Barros, de Guaratinguetá, auxiliou-a a chegar a essa conclusão ao pontuar que o método era

empregado quando havia o acúmulo de muito trabalho, ou seja, quando a sala de aula tinha muitos discentes.

De forma equivalente ao método mútuo, que nasce em um cenário no qual haviam poucos professores para suprir a necessidade de educação para todos, a política de monitoria universitária foi criada com o objetivo de estimular a participação do discente nas atividades de ensino e pesquisa e o interesse pela docência no ensino superior, tendo em vista os poucos profissionais existentes à época na qual era almejada a expansão do ensino superior.

Nesse sentido, o Relatório do Grupo de Trabalho que foi encarregado, via Decreto nº 62.937/1968, de estudar a Reforma da Universidade Brasileira, indicou, como uma das medidas para a expansão do ensino superior, a destinação de financiamento para a contratação de até 1.000 monitores em 1969 e ao explicar sobre a monitoria asseverou que essa,

se destina, de alguma sorte, a **criar uma forma de participação mais intensa do aluno nas atividades do ensino e pesquisa** da Universidade. O aluno-mestre é, simultaneamente, membro do corpo discente e participante do corpo docente e sua condição marca a continuidade entre eles existente, como um símbolo. **Mas a monitoria se destina a ser, além disso, um fecundo mecanismo para o recrutamento de docentes:** interessando no magistério alunos que já cursaram com êxito uma disciplina, revelando condições intelectuais acima da média e real espírito universitário, **o que se está fazendo, na verdade, é atrair para a carreira os que trazem em si as virtualidades do autêntico professor** (BRASIL, 1983, p. 44, grifos nossos).

O Relatório deixa explícito o objetivo central da política de monitoria universitária que deveria ser instituída nas universidades a partir de 1968: estimular discentes a seguirem uma carreira docente no ensino superior. Essa finalidade fica bem delineada na redação da Lei nº 5.540/1968:

Art. 41. As universidades **deverão criar** as funções de monitor para alunos do curso de graduação que se submeterem a provas específicas, nas quais **demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas** de determinada disciplina.

Parágrafo único. **As funções de monitor deverão ser remuneradas e consideradas título para posterior ingresso em carreira de magistério superior** (BRASIL, 1968, p. 9, grifos nossos).

Apesar da monitoria no ensino superior ter sido instituída via política nacional em 1968, uma pesquisa⁶ em periódicos disponibilizados na Biblioteca Nacional Digital Brasil, permite afirmar que antes de 1924 havia experiência de monitoria em instituição de ensino superior no

⁶ Com o intuito de identificar a possível existência de experiências de monitoria no ensino superior antes da publicação da Lei nº 5.540/1968, realizamos uma pesquisa do termo “monitoria” em periódico de 1900 a 1979 disponíveis na Biblioteca Nacional Digital Brasil e dentre os resultados encontrados consideramos para esse trabalho apenas as notícias referentes à monitoria em experiências de ensino superior.

Brasil. Na edição do Correio da Manhã (RJ), de 17 de janeiro de 1924, uma notícia sobre a formação de Neckyr Freire Teles na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro dispõe que: “*O joven medico que foi monitor da cadeira de Historia Natural medica, a cargo do professor Nascimento Bittencourt [...] embarca para Berlim afim de aperfeiçoar seus estudos (sic)*” (CORREIO DA MANHÃ, 1924, p. 6).

Além dessa ocorrência, a busca na Biblioteca Nacional Digital Brasil evidenciou que diversas instituições de ensino superior faziam uso da monitoria antes da Lei nº 5.540. No Quadro 1 apresentamos alguns jornais, as datas das publicações e as instituições nas quais havia alguma atividade de monitoria.

Quadro 1 - Notícias publicadas em jornais que demonstram a realização de monitoria em instituições de ensino superior antes da publicação da Lei nº 5.540/1968

Jornal	Data da publicação	Instituição	Notícia
Diário de Notícias (RJ)	13/08/1952	Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil	Abertura de inscrições para a monitoria de Química Tecnológica
Correio da Manhã (RJ)	15/09/1955	Universidade do Brasil	Convoca monitores para assinatura de seus contratos
Correio da Manhã (RJ)	18/09/1956	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	Apresenta um aviso da monitoria lembrando aos colegas a necessidade de entrega das Cadernetas de Estágio
Diário de Notícias (RJ)	24/02/1957	Não identificada	Apresenta os períodos para inscrição e realização de exame para monitoria das cadeiras de Química Fisiológica e Anatomia
Diário de Notícias (RJ)	14/05/1958	Não identificada	Abertura de inscrição para monitores estagiários de Histologia
Diário de Notícias (RJ)	19/02/1960	Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	Abertura de inscrições para duas vagas de monitoria de Microbiologia, com direito a bolsa
Correio da Manhã (RJ)	24/03/1961	Universidade do Brasil	Reunião com os candidatos a monitoria “para resolução definitiva da questão junto Reitoria”
Diário de Notícias (RJ)	14/01/1962	Universidade do Brasil	O professor Carlos Chagas avisa aos interessados na monitoria da cadeira de Biofísica o dia e horário para realização da entrevista.
Jornal do Dia (RS)	26/05/1966	Escolas de Engenharia, UFRGS, PUC, Universidade de Santa Maria e Escola de Engenharia Industrial da cidade de Rio Grande	Encontro Estadual de Estudantes de Engenharia entre os dias 11 a 15 de junho de 1966 que terá como um dos temas a monitoria
Jornal do Brasil (RJ)	13/01/1968	Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais	Ao escrever sobre o professor Antônio Zapalá, registra que em 1952, quando estudante de medicina da UFMG ele foi convidado para monitor da cadeira de Anatomia Descritiva, por indicação do professor José Otaviano Neves

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao analisar as notícias, percebemos que a monitoria que era executada pelas universidades possuía algumas características dos programas de monitoria existentes

atualmente. São elas a existência de processo de seleção e a percepção de bolsas para o desenvolvimento das atribuições de monitor, características essas que foram formalizadas posteriormente pelo Decreto nº 66.315/1970, o qual estabeleceu critérios para a participação dos discentes nos programas de monitoria e delegou funções referentes à gestão destes aspectos apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 - Características da monitoria acadêmica estabelecidas pelo Decreto nº 66.315/1970

Perfil Discente	<ul style="list-style-type: none"> • ser dos dois últimos anos dos cursos de graduação; • ter rendimento satisfatório; • ter sido aprovado no componente alvo da seleção e naqueles que fossem seus pré-requisitos; • ser aprovado em seleção na qual deveria mostrar conhecimento do componente e capacidade para auxiliar os docentes em atividades de ensino, de pesquisa e em outras técnico-didáticas; • Não ser repetente.
Carga Horária discente	<ul style="list-style-type: none"> • 30 (trinta) horas semanais, incluindo as atividades discentes.
Áreas prioritárias	<ul style="list-style-type: none"> • saúde, tecnologia e formação de professores de nível médio.
Gestão interna (Comissão Permanente do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva -COPERTIDE)	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar o Programa em cada universidade ou federação de escolas dentro dos recursos orçamentários próprios.
Gestão externa/nacional (Comissão Coordenadora de Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva - COMCRETIDE)	<ul style="list-style-type: none"> • Fixar critérios para a implantação do plano de monitoria e analisar os programas propostos pelos estabelecimentos de ensino superior. • Estabelecer as matérias em que haverá monitoria, o grau mínimo a ser obtido na matéria respectiva e em seus pré-requisitos, bem como as normas de realização do exame de seleção a ser efetuado.
Função do docente do componente	<ul style="list-style-type: none"> • Orientar o monitor.
Recursos	<ul style="list-style-type: none"> • O custeio dos Programas fica condicionado à aprovação dos mesmos pela – COMCRETIDE; • Os monitores remunerados tinham direito a uma bolsa mensal no valor de NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos).

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

As características da monitoria acadêmica apresentadas no Decreto nº 66.315/1970 evidenciam que, apesar de semelhanças com o Método Monitorial, o principal agente do processo de ensino da monitoria no ensino superior, conforme a política desenhada, é o professor, visto que ao monitor cabe auxiliá-lo no processo de ensino e não o substituir.

Uma leitura comparativa desse decreto com a atual política de monitoria em âmbito nacional permite observar que as universidades tinham pouca autonomia quanto à gestão de seus programas de monitoria, visto que uma Comissão Nacional era a responsável por fixar os critérios para implantação, por estabelecer as matérias/componentes que iriam compor os programas e as normas de seleção, assim como liberar o custeio.

O Decreto nº 66.315/1970 não foi o único a tratar sobre monitoria após a Lei nº 5.540/1968. Até 1981 foram expedidos ao todo onze decretos que de alguma forma legislavam

sobre a monitoria, mesmo que essa política nem sempre tenha sido o tema principal da normativa, vide Quadro 3.

Quadro 3 - Informações sobre monitoria acadêmica contidas em decretos expedidos de 1969 a 1981

Decretos	Informações sobre a monitoria
Nº 64.086/1969	Ao dispor sobre regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, estabeleceu a contratação de mil (1.000) monitores.
Nº 65.610/1969	Ao dispor sobre a constituição e funcionamento das Comissões Permanentes do Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (COPERTIDE), estabeleceu que compete a essas comissões o exame dos projetos de contratação de monitores.
Nº 66.315/1970	Ao dispor sobre a participação do estudante em trabalhos de magistério, estabeleceu critérios para a participação dos discentes nos Programas de Monitoria e delegou funções referentes a gestão dos mesmos.
Nº 68.771/1971	Alterou o Decreto nº 66.315 estabelecendo as mudanças: retirou a necessidade de o discente estar nos dois últimos anos da graduação; definiu a carga horária do monitor para 12 (doze) horas semanais de efetivo trabalho de monitoria; e, reduziu o valor da bolsa mensal de NCr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros novos) para Cr\$250,00 para (duzentos e cinquenta cruzeiros novos).
Nº 73.657/1974, Nº 75.998/1975, Nº 79.081/1977, Nº 81.417/1978, Nº 83.316/1979 e Nº 84.412/1980	Dispuseram sobre o valor mensal da bolsa de monitoria a partir dos respectivos anos de suas publicações: Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), Cr\$ 500,00 (quinhentos cruzeiros), Cr\$700,00 (setecentos cruzeiros), Cr\$ 950,00 (novecentos e cinquenta cruzeiros), Cr\$ 1.300,00 (um mil e trezentos cruzeiros) e Cr\$ 2.000,00 (dois mil cruzeiros).
Nº 85.862/1981	Responsabilizou as instituições por fixarem as condições para o exercício das funções de monitor previstas no Artigo 41º da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968. Estabeleceu que Ministério da Educação e Cultura continuaria a custear os programas de monitoria nos Estabelecimentos Federais de Ensino Superior e também a delimitar os limites mínimo e máximo de retribuição dos monitores. Revogou os Decretos nº 66.315 e nº 68.771.

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao longo desses anos nos quais a gestão do Programa era centralizada pela União, tanto as legislações quanto notícias veiculadas em jornais demonstram que a política mantinha como foco principal o estímulo do discente ao ingresso na carreira docente⁷, inclusive considerando a vivência da monitoria como experiência didático-científica relevante para a aprovação em seleções de docentes⁸. Além disso, é possível observar que as bolsas de monitoria eram consideradas como incentivo para a permanência⁹. Porém, ainda que houvesse o reconhecimento de benefícios do Programa, sua execução era também alvo de críticas¹⁰ que

⁷ Em 05 de agosto de 1979 o Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados, Edição 07262, noticiou que Luiz Roberto Werner Rocha, ao assumir o cargo de vice-diretor da Faculdade de Direito de Curitiba “Assegurou que incentivará sobremaneira a monitoria, prevista por regimento, para que surjam nos bancos acadêmicos os mestres de amanhã”.

⁸ Publicação de 24 de janeiro de 1976 da Prefeitura de Caxias do Sul traz um Edital de Seleção de Docentes para a Universidade de Caxias do Sul, que aceita o exercício de monitoria como comprovação de experiência didático-pedagógica.

⁹ Notícia de 29 de abril de 1974 do jornal Correio Braziliense abordando sobre os 13 anos da UnB dispõe: “Mantendo o sistema de monitoria a Universidade de Brasília, ajuda os alunos pouco favorecidos economicamente a se manterem”.

¹⁰ Na edição de 23 de outubro de 1973 o jornal Correio Braziliense traz o depoimento do docente Luiz Carlos da Cunha, o qual registrou que a Universidade de Brasília “subverteu toda a significação didática que a monitoria

denunciam a contratação de monitores para suprir vagas que estavam sem docentes em uma Universidade.

Com a descentralização da gestão dos programas de monitoria, o Decreto nº 85.862/1981 deu autonomia para as IES definirem as características de seus programas, contudo, manteve a obrigatoriedade de realização deles, obrigatoriedade essa que caiu a partir da LDBEN, Lei nº 9.394/96, a qual, para além de dar autonomia, faculta às IES a criação do Programa ao dispor no Artigo 84º que: “Os discentes da educação superior **poderão** ser aproveitados em tarefas de ensino e pesquisa pelas respectivas instituições, exercendo funções de monitoria, de acordo com seu rendimento e seu plano de estudos” (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Apesar da macropolítica da educação nacional facultar a instituição de programas de monitoria no âmbito das IES, normas da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, publicadas a partir do ano de 2001, acabam estimulando a manutenção ou criação de programas de monitoria e contribuindo para que os cursos incentivem os discentes a participarem deles.

Tal estímulo é propiciado pelo Parecer CNE/CES nº 583/2001, de 04 de abril de 2001, ao dispor que atividades complementares devem compor as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação, e também por diversas Resoluções¹¹ que instituem as DCNs de diferentes cursos de graduação e citam a monitoria como uma das atividades complementares relevantes para o enriquecimento do processo de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, apesar da não obrigatoriedade de criação de programas de monitoria, muitas IES criaram ou deram continuidade a eles mantendo um desenho semelhante à política original, também inserindo nuances que ampliaram ou deram nova direção à sua finalidade. Desse modo, além de propiciar aos discentes a vivência de experiências docentes, a monitoria é vista como uma política que visa qualificar o processo de ensino e aprendizagem tendo em vista a promoção de êxito acadêmico.

poderia ter [...] Cada disciplina é contemplada com monitores, quando a avalanche de alunos chega a números insuportáveis em que o único professor da disciplina não consegue mais corrigir os exercícios. Aí, a direção aponta a fórmula mágica da monitoria passando os monitores a desempenhar papéis de adjuntos e assistentes”.

¹¹ Do ano de 2001 ao ano de 2016 vinte e cinco resoluções que instituem Diretrizes Curriculares Nacionais de Cursos de Graduação trazem a monitoria como uma dentre as atividades complementares que podem ser desenvolvidas no âmbito dos cursos. São elas: Resoluções CNE/CES nº 3, nº 4 e nº 5 de 2001, Resoluções CNE/CES nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 11 de 2002, Resoluções CNE/CES nº 1 e nº 2 de 2003, Resoluções CNE/CES nº 7 e nº 8 de 2004, Resoluções CNE/CES nº 1, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6 e nº 10 de 2006, Resolução CNE/CP nº 1, Resoluções CNE/CES nº 4 e nº 8 de 2008, Resolução CNE/CES nº 1/2013, Resolução CNE/CES nº 1/2015 e Resolução CNE/CES nº 5/2016.

Não obstante as diferentes legislações internas que regulamentam os programas de monitoria em cada IES brasileira, podemos afirmar, com base em Natário (2001), Frison e Moraes (2010), Jesus *et al.* (2012), Dantas (2014) e Oliosi (2019), que os objetivos, requisitos de seleção e atribuições dos monitores e dos docentes guardam similitudes.

Segundo os estudos de Jesus *et al.* (2012) e Oliosi (2019), os objetivos giram em torno da contribuição para aperfeiçoar o processo de formação discente e a melhoria da qualidade de ensino, assim como visam despertar no monitor o interesse pela docência, estreitando seu vínculo com a universidade. Neste sentido, os Programas de Monitoria focam-se em dois aspectos: 1) formação do monitor para uma possível carreira na docência superior; e 2) aperfeiçoamento do ensino e aprendizagem do discente monitorado.

No que se refere aos requisitos para ser monitor de um componente curricular, é preciso que os discentes já o tenham cursado com aprovação. Além disso, os candidatos geralmente precisam passar por prova de conhecimentos, entrevista, dinâmica de grupo ou outro tipo de seleção capitaneada pelo docente proponente do projeto de monitoria (NATÁRIO, 2001). Quando selecionados, os monitores exercem atribuições, tais como: participar do planejamento das atividades da disciplina; executar atividades pedagógicas, sob orientação do docente; participar das aulas; auxiliar seus colegas na realização de trabalhos práticos e experimentais tirando dúvidas em atividades de classe, laboratório ou em horário extraclasse; cumprir um horário semanal de atividades; e apresentar relatórios mensais e final (FRISON, MORAES, 2010; DANTAS, 2014; OLIOSI, 2019).

As atribuições dos docentes coordenadores de projetos de monitoria também guardam semelhanças. Estes são responsáveis por encaminhar os projetos para seleção, elaborar o plano de atividades em conjunto com o monitor, promover formações, orientá-los e acompanhar suas atividades, homologar relatórios mensais e finais, cumprir os dispositivos previstos nos regulamentos (FRISON, MORAES, 2010; OLIOSI, 2019).

Conforme Oliosi (2019), algumas normativas, como por exemplo, a do Programa Institucional de Monitoria da Universidade Federal do Tocantins, estabelecem também algumas proibições aos monitores, vedam a realização de atividades burocráticas e características de servidores técnicos-administrativos, o preenchimento de documentos oficiais de responsabilidade do docente, a substituição dos docentes para ministrar aulas, aplicar avaliações ou corrigi-las.

Como nem todas as normativas trazem as vedações de forma explícita, ou quando as apresentam alguns docentes parecem desconhecer-las, conforme Natário (2001), Dias (2007) e Nunes (2007), ainda é possível observar certos desvios que prejudicam o alcance dos objetivos

dos programas de monitoria. Existem casos nos quais os monitores se tornam simples executores de tarefas como buscar diários, coletar apagador, fiscalizar provas, registrar frequências e notas, limpar peças de laboratório e coletar dados que não têm pertinência com a atividade docente. “Ações como essas desvirtuam o sentido formativo da monitoria” (NUNES, 2007, p. 49) e limitam seu potencial de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem e para a melhoria da qualidade dos cursos.

No entanto, quando os programas de monitoria são devidamente realizados, é possível observar benefícios para os monitores e monitorados, para os docentes e para a qualidade dos cursos. De acordo com Oliosi (2019), o monitor tem papel importante no processo de ensino e aprendizagem, pois ao aprofundar estudos sobre os conteúdos da disciplina, sob uma perspectiva docente, e por ter vivências semelhantes às de seu colega, é capaz de compreender suas dificuldades e propor novos métodos de ensino e um ambiente de aprendizagem mais descontraído e motivador. Por sua vez, ao coordenar essas atividades, o professor pode otimizar suas funções como docente.

Corroborando essa perspectiva, Natário (2001) e Nunes (2007) identificam que a monitoria promove uma aprendizagem cooperativa. Por pertencer a uma mesma cultura institucional, reconhecendo-se como iguais, os discentes monitorados ficam mais à vontade para consultar seus companheiros e tirar dúvidas. Além disso, “muitas vezes, ambos conseguem detectar dificuldades que um ou outro possa estar passando (pessoais, administrativas ou pedagógicas)” (NATÁRIO, 2001, p.31). Em vista disso, ao apoiarem-se mutuamente realizam uma aprendizagem mais significativa.

Em uma reflexão sobre as práticas de monitoria e sua relação com a formação do discente, Frison e Moraes (2010) dispõem que os monitores se apropriam de seu processo de aprendizagem autorregulando-a.

Autorregular as aprendizagens consiste num processo que envolve autonomia, iniciativa, planejamento, organização, características inerentes à vivência da monitoria que, por si só, exige de quem dela participa um mínimo de responsabilização pelo próprio processo de aprendizagem. Não há como aderir à monitoria sem que se tome para si os motivos e meios que levam ao aprender; é por essa razão que a monitoria apresenta em seu cerne um princípio autorregulatório. O ensino entre pares, a troca entre os “desigualmente iguais” convida para o desafio de aprender a aprender, para o risco de assumir a própria autoria (FRISON; MORAES, 2010, p. 148).

Nesse sentido, disponibilizando-se para mediar a aprendizagem de seus colegas, o discente monitor ao ensinar tende a fazer uma reflexão sobre seu próprio processo de construção de conhecimento. Frison e Moraes (2010) complementam que, mesmo de forma inconsciente,

os monitores constroem conhecimentos e desenvolvem competências “como domínio de linguagens, compreensão de fenômenos, construção de argumentações, solução de problemas e elaboração de propostas” (FRISON; MORAES, 2010, p. 148). Desse modo, ao revisar e aprofundar conteúdos de disciplinas estudadas, os monitores aprendem ensinando e tornam-se mais responsáveis, comprometidos e envolvidos com o estudo.

Para além de benefícios no processo de aprendizagem, segundo Natário (2001), o exercício da monitoria possibilita outras conquistas acadêmicas, tais como, reforço da autoimagem e autoestima, maior mobilidade dentro da universidade, aumento de suas relações interpessoais, e certificação das funções desempenhadas. Em sentido complementar, Jesus *et al.* (2012) afirmam que a comprovação do exercício de monitoria pode refletir em privilégios na disputa por bolsas de estudo em nível de Pós-Graduação e também pode ser apresentada como um título em concursos de magistério superior, caso o discente tenha despertado o interesse pela carreira docente.

Em suma, as leituras realizadas indicam que a realização de monitoria acadêmica nas IES se reflete em melhorias nas práticas de ensino e, sobretudo, nos processos de aprendizagem e formação dos discentes, os quais se refletem na qualificação dos cursos contemplados pelos Programas.

3 – SUCESSO ACADÊMICO

Se até o século XX a formação em nível superior no Brasil, principalmente em universidades públicas, era benefício de uma pequena elite econômica, políticas públicas implementadas no início do século XXI, a exemplo do Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES (2001), do Programa Universidade para Todos - ProUni (2004), do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI (2007), da criação do Sistema de Seleção Unificada – SISU (2010) e da Lei de Cotas (2012), possibilitaram uma expansão e interiorização do acesso ao ensino superior.

A ampliação da quantidade de discentes, assim como da heterogeneidade destes é uma conquista, todavia, também tem contribuído para um aumento das preocupações institucionais referentes à permanência e ao êxito acadêmico, visto que o acesso nem sempre se converte em integralização no tempo do curso ou em sua conclusão. Um dado atual que ilustra essa afirmação foi fornecido pelo Censo da Educação Superior de 2019, o qual apontou que de um total de ingressantes em 2010, 59% desistiram de seu curso de ingresso, 40% concluíram e 1% permanecia matriculado em 2019 (INEP, 2021).

Se analisarmos esses dados a partir da perspectiva da instituição de ensino, sem observar os motivos que causaram o abandono, poderíamos considerar que há uma alta porcentagem de fracassos. Todavia, de acordo com Silva *et al* (2016), apesar de podermos relacionar as definições de sucesso, fracasso e abandono, nem sempre o abandono de um curso é devido ao fracasso, isto é, à incapacidade de o discente alcançar os objetivos de aprovação em um componente curricular ou curso. O abandono pode ser originado por mudança de curso, de universidade e também pela inserção no mercado de trabalho.

Quando falamos sobre sucesso acadêmico, geralmente somos remetidos à ideia de notas, de discentes com bom desempenho que são aprovados nos componentes curriculares e no curso, ao passo que uma universidade bem sucedida é aquela que tem alta taxa de conclusão. Nesse sentido, a eficiência da universidade perpassa pelos resultados dos discentes. Conforme Paivandi (2015, p. 23-24), “Para as universidades, os resultados obtidos pelos estudantes se tornam sinônimo de prestação de contas ou de ‘rentabilidade’ de seus ensinamentos”.

Mas seriam os estudantes os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso, permanência ou abandono? O sucesso acadêmico se restringe à aprovação e à conclusão de um curso? Pesquisas diversas nos auxiliam a dar uma resposta negativa a essas questões, como também a afirmar que existem múltiplas compreensões sobre sucesso e fracasso, assim como sobre os fatores que os ocasionam.

Segundo Araújo (2017, p.134), a definição de sucesso acadêmico é complexa e multifatorial, visto que em alguns casos o sucesso pode ser medido por indicadores objetivos como o rendimento acadêmico e a conclusão de um curso, e em outros requer a observação de indicadores mais processuais, tais como o envolvimento, a satisfação com a experiência no ensino superior, os “ganhos em termos do desenvolvimento de competências verbais, quantitativas e técnicas, do desenvolvimento cognitivo, de mudanças psicossociais relativas à identidade, autoconceito e autoestima, da qualidade das relações interpessoais”, enfim de competências, habilidades e atitudes necessárias ao convívio social e ao exercício profissional.

Em tom crítico à limitação da compreensão do sucesso como produto objetivo (obtenção de notas, de diploma no tempo delimitado), Paivandi (2015) lembra que nessa perspectiva o sucesso ou fracasso é fruto do julgamento feito pelos professores sobre a forma como os discentes conseguem satisfazer as normas de excelência universitária. E complementa que essa concepção de sucesso não leva em conta a visão que o discente tem sobre sua real capacidade e também desconsidera seus objetivos pessoais. Para o autor, há múltiplas perspectivas de sucesso relacionadas com o sentido que a aprendizagem tem para os discentes, assim como com seus objetivos ao ingressar no ensino superior.

Tendo em vista as definições sobre sucesso acadêmico, os estudos realizados permitem apontar que estamos diante de dois parâmetros de sucesso, o sucesso objetivo (MARCHESI; PEREZ, 2004), também denominado como formal (PAIVANDI, 2015) e como sucesso normativo (SANTANA, 2017) que se refere ao alcance de parâmetros institucionais, aferidos a partir de notas, certificações, diplomas, entrada no mercado de trabalho, entre outros; e o sucesso subjetivo, que dificilmente pode ser medido, mas que é reconhecido pelo próprio sujeito da aprendizagem.

Ao abordar sobre fracasso e sucesso numa perspectiva normativa, respectivamente, Marchesi e Pérez (2004) e Paivandi (2015) lembram que eles têm significado e alcance temporais, pois são produtos de uma determinada época, visto que os conhecimentos e habilidades que eram requeridos em décadas anteriores não são os mesmos necessários atualmente.

Alarcão (2001) acrescenta que as discussões sobre insucesso se intensificaram a partir da expansão e democratização do ensino em um primeiro momento na educação básica e posteriormente no ensino superior. Insucessos esses que inicialmente eram imputados aos próprios discentes e aos seus professores.

Entendendo o sucesso e insucesso como fenômenos complexos multifatoriais, Alarcão (2001) organiza os fatores em quatro categorias: professor, aluno, currículo e instituição. Todos

interligados por ideologias, valores e preconceitos vigentes. Para ela, o insucesso ou sucesso não é determinado por um fator em específico, mas por diversos fatores correspondentes às quatro categorias, sendo que “*os factores de sucesso são o espelho positivo dos factores de insucesso (sic)*” (ALARCÃO, 2001, p. 20).

Nesse sentido, de acordo com a autora, os fatores de sucesso vinculados ao discentes têm a ver com elementos psicossociais, metodologias de estudo, integração institucional, condições familiares, profissionais e socioeconômicas. Os fatores referentes à categoria professores estão relacionados à formação e atuação científico-pedagógica, à relação com os discentes, ao quantitativo de atividades desempenhadas e à valorização profissional. Na categoria currículo, são observados a articulação entre os níveis de ensino, os recursos didáticos, a organização dos horários, a articulação entre componentes práticos e teóricos, a flexibilidade curricular e o tempo destinado ao ensino. Já a categoria instituição corresponde às condições físicas e instrumentais, organizacionais e integração institucional dos discentes.

Com uma visão global e sistêmica do sucesso, entendendo-o também como fenômeno multifatorial, Santana (2017) registra em sua Tese que os estudos sobre sucesso no âmbito escolar foram iniciados internacionalmente na década de 1970 e que, a partir deles, é possível delimitar três dimensões explicativas sobre o sucesso, são elas: as dimensões estrutural, individual e institucional.

Segundo a pesquisadora supracitada, os estudos que explicam o sucesso ou fracasso escolar a partir da dimensão estrutural afirmam que tais resultados são decorrentes de fatores macrossociológicos, tais como as condições sociais de renda, a ocupação e escolaridade dos pais, a origem étnico-racial do discente e de sua família, o local de moradia e, ultimamente, a condição de gênero. A dimensão individual compreende as teorias que argumentam que esses fatores sociais e culturais por si só não dão conta de explicar o sucesso ou fracasso, visto que discentes de origem socioculturais semelhantes podem ter resultados diferentes. Isso porque a diversidade de experiências vivenciadas por um indivíduo constitui um aspecto determinante do sucesso dos discentes.

A dimensão institucional abrange as teorias que explicam o sucesso educativo a partir de características sociais e culturais das instituições de ensino, ou seja, para estudos situados nessa dimensão, a forma como as escolas e universidades se organizam e conduzem os processos educativos implicam diferentes resultados.

Apesar de outros estudos categorizarem os fatores para o sucesso ou fracasso educativo de forma diferente, a exemplo do trabalho de Marchesi e Pérez (2004) que apresentam seis níveis estritamente relacionados causadores do fracasso escolar, a saber: contexto econômico e

social, contexto familiar, sistema educacional, escolas, ensino em sala de aula e disposição dos discentes; percebemos que há consenso entre as teorias estudadas e que resultados positivos ou negativos no processo formativo são multifatoriais.

Corroboramos que o sucesso acadêmico é construído a partir da interação de diferentes variáveis e atores, no entanto, entendemos que as instituições têm grande responsabilidade quanto ao processo formativo dos discentes, pois são instâncias idealizadas e estruturadas para execução dessa tarefa.

Ao realizar uma pesquisa na França sobre os fracassos e abandonos observados na graduação, Coulon (2008) constatou que o insucesso acadêmico nos anos iniciais do curso ocorre, principalmente, quando não há uma afiliação do estudante. Ou seja, visto que o processo de ensino e vivências no Ensino Superior são bem diferentes daquelas experimentadas até a conclusão de Ensino Médio, é preciso que os discentes aprendam o ofício de estudante para alcançarem o sucesso acadêmico.

Segundo o pesquisador, essa aprendizagem abrange três tempos: 1) tempo de estranhamento, no qual o discente encontra-se desorientado diante das novas regras sociais, institucionais e intelectuais; 2) tempo de aprendizagem, quando progressivamente ele se adapta a essa nova cultura; e 3) tempo de afiliação, que ocorre quando o estudante se reconhece enquanto membro deste novo universo e, estando adaptado às regras institucionais, é capaz de interpretá-las ou transgredi-las em prol de sua formação intelectual. E, para que essas aprendizagens aconteçam, é necessário que as instituições desenvolvam uma “*Pedagogia da afiliação*”, isto é, realizem atividades que possibilitem aos discentes integrarem-se intelectual e institucionalmente.

Em uma perspectiva semelhante, porém mais abrangente, Tinto e Pusser (2006) reconhecem que a sala de aula deve ser o centro dos esforços institucionais para possibilitar o sucesso acadêmico. Entretanto, ao proporem um modelo de ação institucional, eles dispõem que o sucesso da formação discente compreende uma articulação de políticas educacionais a nível federal, estadual e institucional, sendo que esse último precisa atender a cinco condições: compromisso institucional, expectativas institucionais, suporte (acadêmico, social e financeiro), *feedback* e integração acadêmica e social.

Ao proporem um modelo de ação institucional para o sucesso acadêmico, Tinto e Pusser (2006) identificam que fatores externos às instituições de ensino como características sociodemográficas, formação anterior, capacidades e habilidades individuais e a realização de outras atividades (família, trabalho) influenciam a obtenção do sucesso pelo discente, isto é, na permanência e na conclusão do curso. Todavia, ao centrarem suas análises em situações

passíveis de ação institucional, eles identificam que o sucesso acadêmico depende da aprendizagem e da qualidade de esforço exercido pelos discentes, ambos dependentes de suportes, *feedback* e integração possibilitados pela instituição de ensino superior, a qual desenvolve essas ações quando é institucionalmente comprometida em promover o sucesso acadêmico.

Na descrição do modelo proposto, Tinto e Pusser (2006) afirmam que a primeira, e talvez, a condição mais importante para a promoção do sucesso acadêmico, é o compromisso institucional. As instituições que de fato objetivam aumentar o sucesso dos seus discentes promovem ações para alcançá-lo. Segundo os autores, mais do que palavras registradas em documentos institucionais, é preciso investir recursos e incentivos para a promoção do sucesso. Sem a existência de compromisso institucional os programas podem até ser iniciados, mas não avançam.

Além dessa, outra condição fundamental são as expectativas que as instituições têm sobre seus discentes, visto que estes as apreendem rapidamente e são influenciados pela forma como essas expectativas validam sua presença na universidade. De acordo com esses autores, frequentemente as universidades esperam pouco de seus discentes, principalmente no primeiro ano do curso. Em vista disso, é necessário que elas promovam aconselhamento formal, por meio de programas pensados para este fim, e também aconselhamento informal que possibilite o conhecimento das regras e das redes informais da instituição, estas fundamentais para a permanência e sucesso de seus discentes.

Nesse sentido, de acordo com Tinto e Pusser (2006), outra condição que as instituições precisam fornecer aos discentes é o suporte nos níveis social, acadêmico e financeiro. O primeiro é necessário para integrar o discente ao convívio social da universidade. O segundo tem em vista auxiliar os discentes com dificuldades de aprendizagem em determinados componentes curriculares, a partir da realização de programas tais como tutoria, grupos de estudo e programas de apoio acadêmico, dentre os quais podemos situar o Programa de Monitoria Acadêmica. E o terceiro se refere ao fornecimento de bolsas via diversos programas para que os discentes, principalmente os com menores rendas, possam subsidiar sua permanência na universidade.

As duas últimas condições para o sucesso acadêmico que, segundo Tinto e Pusser (2006), precisam ser proporcionadas em conjunto com as três referenciadas são o *feedback* e o envolvimento, também conhecido como integração acadêmica e social. Segundo os autores, os discentes e a própria instituição serão mais sucedidos se os servidores docentes, técnicos e os

discentes tiverem *feedback* frequente sobre as atividades que realizam, podendo aprimorá-las caso necessário.

Em perspectiva semelhante ao estudo de Coulon (2008), Tinto e Pusser (2006) defendem que as universidades devem desenvolver atividades que possibilitem aos discentes, principalmente aos do primeiro ano de estudo, um maior envolvimento social e acadêmico, pois quanto mais integrados ao convívio na universidade, às regras e às atividades acadêmicas, maiores serão as chances de persistirem e concluírem seus cursos. Também para os pesquisadores, os discentes que estão mais envolvidos na aprendizagem, especialmente com outros discentes, tendem a aprender mais e a mostrar maiores níveis de desenvolvimento intelectual.

Dessa forma, tendo em vista os estudos referenciados, percebemos que existem várias formas de compreender o sucesso acadêmico, assim como diferentes fatores que o possibilitam acontecer. Contudo, para que o sucesso relacionado à permanência e à aprovação nos componentes curriculares e no curso seja efetivado, é preciso que as instituições de ensino superior se dediquem a este objetivo promovendo ações e atividades que integrem os discentes de tal forma que eles se sintam fortalecidos a persistirem no processo de aprendizagem inerente à graduação requerida.

Apesar de os programas de monitoria não serem destinados a terem como monitores os discentes dos primeiros anos de graduação, público alvo das discussões realizadas por Coulon (2008) e Tinto e Pusser (2006), visualizamos, a partir dos estudos sobre o programa, que este tem um potencial para promover o sucesso acadêmico visto que reúne condições favoráveis a seu desenvolvimento, principalmente no que se refere ao suporte acadêmico, social e financeiro e à promoção da integração acadêmica e social.

4 - CAMINHO METODOLÓGICO

A construção de conhecimento científico sobre determinada realidade social requer do pesquisador aprofundamento teórico e o desenho sistemático do caminho que pretende seguir para analisar o fenômeno à luz das teorias. Conforme Demo (2002, p. 351), “o cuidado metodológico evita certezas, dicotomias banais, evidências empíricas, leituras apressadas, tomadas parciais de autores e teorias, e toda forma de superficialidade na produção científica”.

Nesse sentido, abordaremos neste tópico o percurso metodológico pelo qual nosso estudo foi delineado, tendo em vista o propósito de analisar o Programa de Monitoria Acadêmica - PMA da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria.

4.1 – OBJETO DE PESQUISA

Esta pesquisa tem como objeto o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB, instituição desmembrada da Universidade Federal da Bahia - UFBA e criada em 29 de julho de 2005 pela Lei nº 11.151 como universidade *multicampi*. A princípio alocada em cinco municípios baianos, atualmente a UFRB possui sete centros de ensino localizados nos Territórios de Identidade Recôncavo, Vale do Jiquiriçá e Portal do Sertão.

Os Centros de Ensino que compõem a UFRB são o Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB e o Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas - CETEC localizados em Cruz das Almas, onde fica a Administração Central; o Centro de Artes, Humanidades e Letras – CAHL, situado nos municípios Cachoeira e São Félix; o Centro de Ciências da Saúde – CCS, localizado em Santo Antônio de Jesus; o Centro de Formação de Professores – CFP, em Amargosa; o Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas – CECULT, em Santo Amaro; e o Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, em Feira de Santana.

Conforme os microdados do Censo da Educação Superior, no ano de 2019 a UFRB tinha um total de 9017 discentes matriculados em 65 diferentes cursos de bacharelado, licenciatura ou tecnológico. Segundo o mesmo documento os discentes eram caracterizados pelo perfil apresentado na Tabela 2, na qual observamos que sobressaiam discentes do sexo feminino, na faixa etária de 18 a 24 anos, de cor preta e que estudavam durante o dia.

Tabela 2 - Perfil dos discentes da UFRB matriculados no ano de 2019, conforme microdados do Censo da Educação Superior

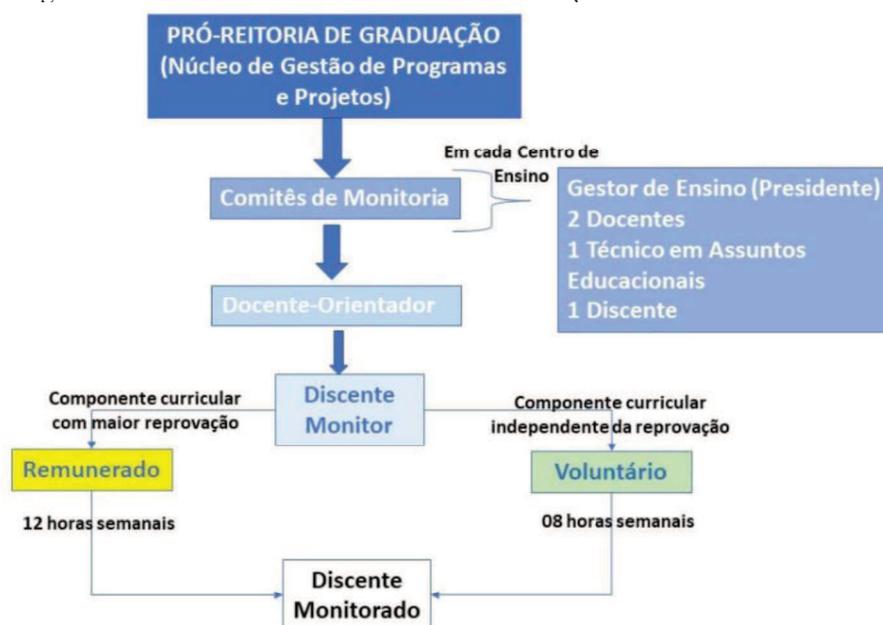
Sexo	Feminino	61,20%			
	Masculino	38,80%			
Faixa Etária	0 a 17 anos	0,27%	Cor	Preta	49,37%
	18 a 24 anos	56,06%		Parda	25,12%
	25 a 29 anos	21,33%		Branca	10,96%
	30 a 34 anos	9,52%		Amarela	1,13%
	35 a 39 anos	5,59%		Indígena	0,21%
	40 a 49 anos	5,06%		Não declarou	13,21%
	50 a 59 anos	1,75%		Turno	Diurno
	60 anos ou mais	0,43%	Noturno		21,92

Fonte: Resultados de pesquisa (2022)

Em 2019 o PMA tinha 11 anos de existência, visto que foi instituído em 03 de abril de 2008 pela Resolução CONAC nº 007/2008, com os objetivos de: 1) oportunizar iniciação na atividade de docência ao discente, estimulando-o ao ingresso nesta carreira; 2) apoiar os docentes no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas; 3) auxiliar a adoção da interdisciplinaridade na UFRB; e 4) possibilitar ao discente a ampliação de conhecimentos.

Desde então, o Programa passou por reformulações através das Resoluções CONAC nº 036/2010, nº 007/2011 e nº 051/2013, mas manteve a essência de seus objetivos e sua estrutura de funcionamento inalterada, tendo a Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD como unidade gestora e os Comitês de Monitoria de cada Centro de Ensino como coordenadores do Programa, conforme estrutura organizacional apresentada na Figura 1.

Figura 1 - Estrutura Organizacional do PMA da UFRB conforme Resoluções CONAC nº 036/2010 e nº 004/2018



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

O Programa foi executado em todos os semestres letivos desde sua criação, porém apesar dos registros institucionais consultados não terem permitido identificar a quantidade exata de todos os tipos de participantes, compreendemos que, por sua estrutura organizacional e pelo registro da quantidade de monitores apresentada na Tabela 3, o PMA envolveu centenas de participantes até os dias atuais.

Tabela 3 - Distribuição de monitores por Centro de Ensino no PMA nos semestres letivos 2011.1 a 2019.2, conforme Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB¹²

Centros de Ensino/ Semestres Letivos		CAHL	CFP	CETEC	CCAAB	CCS	CECULT	CETENS	Total	
REMUNERADA	2011.1	7	3	8	7	9	-	-	34	
	2011.2	9	1	14			-	-	24	
	2012.1	8	6	13	8	9	-	-	44	
	2012.2	7	3	9	8	7	-	-	34	
	2013.1	8	4	10	9	8	-	-	39	
	2013.2	7	7	9	7	4	-	-	34	
	2014.1	9	3	13	9	7	-	-	41	
	2014.2	10	3	15	11	10	4	-	53	
	2015.1	10	1	15	10	10	5	3	54	
	2015.2	10	2	15	10	10	5	3	55	
	2016.1	10	2	15	10	10	5	3	55	
	2017.1	7	3	6	5	5	3	3	32	
	2017.2	3	3	8	5	5	3	1	28	
	2018.1	6	6	10	6	5	5	6	44	
	2018.2	8	9	16	11	12	7	8	71	
	2019.1	7	7	12	10	7	5	6	54	
	2019.2	7	7	12	12	7	5	6	56	
		TOTAIS	133	70	200	138	125	47	39	752
	VOLUNTÁRIA	2014.1	4		17	27	15	-	-	63
2014.2		4	0	11	30	8	0	-	53	
2015.1		5	0	12	28	11	0	0	56	
2017.2		6	6	53	53	18	0	2	138	
2018.1		8	6	40	29	25	3	3	114	
2018.2		13	5	36	45	15	1	1	116	
2019.1		4	18	32	56	33	2	3	148	
2019.2		9	2	23	53	15	1	4	107	
	TOTAIS	53	37	224	321	140	7	13	795	

Fonte: Elaboração Própria (2021).

¹² Tabela elaborada com base nos dados disponíveis nos Relatórios de Gestão da Pró-Reitoria de Graduação da UFRB (2011, 2012, 2013, 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019). Não foram encontrados dados por Centro de Ensino referentes aos anos 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 e nem dados referentes aos monitores voluntários nos semestres letivos 2011.1, 2011.2, 2012.1, 2012.2, 2013.1, 2013.2, 2015.2, 2016.1 e 2017.1.

Desse modo, visto que o Programa não passou por um amplo processo de avaliação e tínhamos o anseio de entender como o PMA era desenvolvido e sua relevância para a formação discente, propomo-nos analisá-lo a partir das percepções dos discentes monitores, monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria, participantes do Programa no semestre letivo 2019.2, último semestre de execução presencial do Programa antes das mudanças acadêmicas realizadas devido à pandemia provocada pelo coronavírus COVID-19.

Assim, tendo em vista o recorte dado ao estudo e os dados obtidos junto à PROGRAD, a população da pesquisa abrangeu 170 discentes monitores, quantidade superior àquela encontrada no Relatório de Gestão, 93 docentes orientadores, 989 discentes monitorados e 29 membros dos Comitês de Monitoria participantes do Programa no semestre letivo 2019.2.

De acordo com a PROGRAD a quantidade de monitores e docentes orientadores foi identificada via informações fornecidas pelos Comitês de Monitoria e também por meio de um formulário eletrônico aplicado aos monitores no semestre letivo 2019.2, a partir do qual também foi possível estimar a quantidade de discentes monitorados, visto que, dentre outras questões contidas no referido instrumento, foi solicitado aos monitores que indicasse os discentes que buscaram seu auxílio. Em vista disso, para este estudo são considerados monitorados todos os discentes que no semestre letivo 2019.2 demandaram o auxílio dos monitores no decorrer da aula do componente curricular ou durante as atividades extraclasse organizadas pelos monitores.

4.2 – DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O alcance do objetivo proposto demandou uma investigação sobre um objeto localizado, o PMA da UFRB, com a finalidade de elaborar um estudo sobre seu desenvolvimento, desafios e resultados. Por isso, a pesquisa teve uma natureza aplicada, na qual a geração de conhecimentos envolveu verdades e interesses locais, dirigidos à solução de problemas específicos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Além de estar apoiada nos dados coletados na UFRB, ela teve como foco direcionador o conhecimento das percepções que os próprios discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria tinham sobre o Programa e seus resultados. Por isso, o problema da pesquisa foi abordado, sobretudo de forma descritiva, visto que as taxas percentuais foram utilizadas com fito de mapear e descrever as percepções dos pesquisados.

Nessa perspectiva, quanto aos fins da pesquisa, desenvolvemos um estudo descritivo, no qual são apresentados o perfil dos indivíduos pesquisados, as percepções referentes à forma como o PMA é desenvolvido e seus resultados e desafios, estes que precisam ser superados para o aperfeiçoamento do Programa.

Em razão de sua natureza descritiva e do anseio de conhecer um objeto específico a partir das opiniões dos próprios implementadores e beneficiários da política, esta pesquisa foi estruturada via procedimento técnico identificado como levantamento. Segundo Gil (2002, p. 51), o levantamento possibilita um “conhecimento direto da realidade” estudada, visto que “a investigação torna-se mais livre de interpretações calcadas no subjetivismo dos pesquisadores”. Em vista disso, apoiamos-nos em fontes bibliográficas e documentais para trazer definições sobre monitoria e sucesso acadêmico e utilizamos o formulário eletrônico para levantar dados que nos auxiliassem a responder o problema e objetivos da pesquisa.

Por envolver seres humanos e ser realizado em ambiente virtual, o delineamento metodológico também requereu o planejamento e adoção de princípios éticos de tal forma que minimizassem os riscos e desconfortos a seus participantes. Por essa razão, só iniciamos a investigação com o público alvo após aprovação do protocolo de pesquisa¹³ pelo Comitê de Ética da UFRB. Neste foram submetidos: 1) a Folha de Rosto com a autorização de realização da pesquisa pelo diretor do CCAAB (Apêndice A); 2) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE que foi apresentado aos sujeitos da pesquisa (Apêndice B); 3) o Termo de Compromisso da Pesquisadora (Apêndice C); e 4) o Termo de Compromisso de Utilização de Dados – TCUD (Apêndice D).

No TCLE foi explicitado que a participação na pesquisa seria voluntária e não obrigatória. Nele também foram apresentados o problema, os objetivos, a metodologia que seria utilizada, os possíveis desconfortos e benefícios e as medidas que seriam tomadas para evitar os riscos. Desse modo, só pôde ter acesso às questões presentes no formulário eletrônico quem confirmou a leitura e concordância com o referido Termo.

Com o intuito de evitar desconfortos, o sigilo dos pesquisados foi assegurado tanto durante o levantamento de dados quanto no processo de escrita do presente trabalho. Os convites (Apêndices E, F, G e H) para participação da pesquisa foram enviados por e-mail como cópia oculta para que os candidatos não pudessem identificar um ao outro. Neste trabalho, quando apresentamos falas de um participante específico, o identificamos a partir de um código formado por uma sigla referente à categoria do participante e por um número correspondente à

¹³ O protocolo de pesquisa sob nº 48951421.7.0000.0056 foi aprovado pelo Comitê de Ética da UFRB no dia 08 de setembro de 2021 por meio do parecer nº 4.958.924.

ordem da recepção dos formulários de cada categoria. Assim, quando referenciarmos a fala de um Docente Orientador empregaremos a nomenclatura (DO 01, DO 02, ... DO 25) e quando fizermos referência à fala de um Membro de Comitê utilizaremos o código (MC 01, MC 02, ... MC 10).

4.3 – ESTRATÉGIAS E PROCEDIMENTOS DE COLETA E ANÁLISE DE DADOS

A proposta de analisar o PMA desenvolvido na UFRB, assim como seus desafios e resultados a partir das percepções de seus participantes, teve como passo metodológico inicial a realização da fundamentação teórica tendo em vista que precisaríamos aprofundar nossos conhecimentos sobre a origem da monitoria acadêmica, suas características e contribuições e sobre a política de monitoria da UFRB para que então pudéssemos elaborar instrumentos para coleta de dados necessários à resposta do problema da pesquisa.

Durante o estudo de documentos históricos, legislações e teorias fomos entendendo e definindo as categorias teóricas e variáveis fundamentais para delineamento da pesquisa. Em vista disso, para analisar o PMA da UFRB a partir das percepções dos participantes identificamos como categorias principais a monitoria acadêmica, formação discente, sucesso, integração e afiliação acadêmica, e a permanência.

A partir da apropriação das categorias teóricas e das normas do PMA da UFRB, e, tendo em vista o tamanho da população e propósitos da pesquisa, optamos pelo formulário eletrônico como instrumento para o levantamento de dados. Concomitante a essa escolha fomos definindo as variáveis a serem analisadas e as questões necessárias à compreensão do PMA para a formação discente a partir das óticas de seus diferentes participantes.

Deste modo, as variáveis sexo, faixa etária, cor, modalidade de instituição onde cursou Educação Básica, como também centro de ensino, curso, turno de estudo, semestre de ingresso na UFRB foram incluídas nos formulários dos discentes tanto para conhecer o perfil dos participantes do Programa, quanto para possibilitar analisar se as percepções se diferiam conforme os perfis.

Além dessas variáveis, para a análise do desenvolvimento do PMA, seus resultados e desafios, identificamos que seria necessário investigar sobre a divulgação do Programa, os motivos que levaram à participação, a frequência de participação, o conhecimento dos participantes sobre as normas, o desenvolvimento de suas atribuições, resultados do Programa e grau de satisfação com as ações desenvolvidas ou necessárias ao funcionamento.

Deste modo, tendo em vista que os participantes vivenciam o Programa por ângulos distintos, elaboramos quatro modelos de formulário, construídos na Plataforma *Google* Formulários e aplicados aos discentes monitorados (Apêndice I), discentes monitores (Apêndice J), docentes orientadores (Apêndice K) e membros dos Comitês de Monitoria (Apêndice L) participantes do Programa no semestre letivo 2019.2.

Os formulários destinados aos monitores e aos monitorados foram subdivididos em três tópicos: Dados Sociodemográficos, Dados Acadêmicos e Participação no Programa de Monitoria. Para os monitores o formulário era composto por vinte e duas questões, sendo dezenove fechadas e três abertas, e, para os monitorados por dezenove questões, das quais dezessete foram fechadas e duas abertas.

Os formulários encaminhados para os docentes orientadores e para os membros dos Comitês eram compostos, respectivamente, pelos tópicos Dados Acadêmicos e O Programa de Monitoria para a formação discente que englobavam um total de nove questões fechadas e duas questões abertas, e, pelos tópicos Participação no Comitê e O Programa de Monitoria para a formação discente, somando um total de seis questões fechadas e uma questão aberta.

As questões fechadas foram do tipo múltipla escolha, escala de frequência, escala de concordância e escala de satisfação, sendo esses três últimos tipos utilizados com a finalidade de fazer a análise das percepções dos participantes da pesquisa referente ao desenvolvimento do Programa, sobre o que estava funcionando e o que precisaria aprimorar.

Seguindo o planejamento realizado, após a aprovação da coleta de dados da pesquisa pelo Comitê de Ética da UFRB, enviamos convites de preenchimento dos formulários para 60% de cada representante da população, selecionados aleatoriamente a partir da fórmula “=INT(ALEATÓRIO()* ‘quantidade de representantes da população’)” aplicada no Programa *Office Excel*, a qual respeitou a proporção de participantes do PMA por Centros de Ensino. Todavia, após vinte dias da disponibilização dos formulários, observamos que a devolução destes era baixa, por isso optamos por ampliar a amostra para 100% da população, isto é, 1.281 pessoas, conforme distribuição por categoria e por Centro de Ensino apresentados na Tabela 4.

O primeiro convite para participação do estudo foi disparado no dia 6 de outubro de 2021. Inicialmente os convites foram enviados para os monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês, cujos endereços eletrônicos eram de familiaridade da pesquisadora tendo em vista sua atuação pregressa enquanto gestora do Núcleo de Gestão Programas e Projetos. Visto que os contatos eletrônicos dos monitorados foram solicitados à PROGRAD, mas não fornecidos por essa unidade gestora devido ao atendimento do disposto na Lei nº 12.527/2011, Lei de Acesso à Informação, o convite para esses discentes foi enviado oito dias

depois pela Coordenação de Políticas e Planejamento de Graduação – CPPG da PROGRAD, unidade que ficou responsável pelos convites subsequentes destinados a todos os participantes da pesquisa.

Tabela 4 - Distribuição da população da pesquisa por categoria e por Centro de Ensino

Centros de Ensino	Monitores	Monitorados	Orientadores	Membros dos Comitês
CAHL	16	144	11	2
CCAAB	68	232	31	5
CCS	23	193	9	3
CECULT	6	35	12	4
CETEC	37	252	17	5
CETENS	11	66	8	5
CFP	9	67	5	5
Totais	170	989	93	29
Total Geral	1.281			

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Os formulários ficaram disponíveis por 48 dias para os monitores, docentes orientadores e membros dos comitês, aos quais foram enviados cinco convites em intervalo igual ou superior a sete dias. O intervalo de quarenta dias foi dado para os monitorados, aos quais foram encaminhados quatro convites em intervalos semelhantes, como pode ser observado na Tabela 5. Do total de convites encaminhados, recebemos respostas automáticas referentes a nove destinatários. Tais mensagens indicaram que os convites não chegaram ao destino devido a um problema relacionado ao endereço eletrônico.

Tabela 5 - Informações sobre o envio dos convites para participação da pesquisa e taxa de devolução dos formulários eletrônicos

Data de envio dos convites	06/10/2021	14/10/2021	26/10/2021	04/11/2021	16/11/2021	Os formulários foram fechados para resposta no dia 23/11/2021		
Intervalo de dias entre cada envio e o fechamento	8 dias	12 dias	9 dias	12 dias	7 dias			
Amostra populacional	60%	60%	100%	100%	100%			
Quantidade de retorno por data e tipo de participante						Totais de respondentes	Totais da população	Taxa de respostas por categoria
Monitor	8	3	13	12	7	43	170	25%
Orientador	6	2	6	5	6	25	93	27%
Membros dos Comitês	4	0	2	4	0	10	29	34%
Monitorado	----	0	78	50	22	150	989	15%
Total	18	5	99	71	35	228	1281	18%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Conforme consta na Tabela 5, de uma população composta por 1.281 pessoas, obtivemos o total de 228 respondentes, desses 150 foram monitorados, 43 monitores, 25 docentes orientadores e dez membros dos Comitês de Monitoria. Assim, tendo em vista a população geral da pesquisa, a taxa de resposta aos formulários foi de 18% do total da população. E, levando em conta a quantidade de respondentes por categoria, é possível perceber que houve uma variação na taxa de respostas. O maior retorno foi dado pelos membros dos Comitês com 34% de seus representantes respondendo aos formulários, seguido por 27% dos docentes orientadores, 25% dos monitores e 15% dos monitorados.

Tendo em vista os instrumentos de levantamento de dados utilizados, os objetivos da pesquisa, o formato deste documento, o volume dos dados e o tempo institucional do mestrado, optamos por realizar uma análise estatística descritiva utilizando o Programa *Office Excel* como ferramenta para tabulação dos dados. Este possibilitou sistematizar e analisar as informações levantadas auxiliando-nos a descrever as percepções dos participantes da pesquisa sobre o PMA da UFRB.

Para isso fizemos uso sobretudo de tabelas e gráficos. As tabelas foram utilizadas para apresentar os resultados das questões correspondentes à caracterização dos participantes, nelas os resultados foram expostos tanto na frequência absoluta quanto relativa para uma melhor identificação dos perfis dos participantes. Todavia, optamos por utilizar nos gráficos a frequência relativa, pois como objetivávamos estabelecer comparações entre respostas dadas às mesmas questões pelas diversas categorias, e, como a quantidade de indivíduos dessas eram diferentes, a comparação a partir das frequências absolutas poderia resultar em conclusões imprecisas.

Ainda assim, tendo em vista que em algumas análises a quantidade de integrantes das categorias de participantes é bem distinta, por exemplo, 150 monitorados e 10 membros de Comitês, temos ciência da limitação das comparações visto que os resultados encontrados podem não representar a percepção dos totais das populações, respectivamente, 989 e 29. Mas optamos por manter a análise comparativa para que os leitores possam ter uma ideia das percepções em cada estrato estudado.

Além de ser utilizado para a tabulação das questões fechadas, o Programa *Office Excel* foi empregado no processo de análise das questões abertas. Para a apreciação dessas últimas realizamos a organização e a sistematização dos dados, a pré-análise em alinhamento com o objetivo do estudo e, posteriormente, uma análise mais aprofundada para categorização das informações. Utilizamos-nos desses recursos para poder identificar as percepções que cada

participante da pesquisa tinha sobre sua participação no PMA, sobre o desenvolvimento do Programa, seus desafios e resultados para a formação discente.

5 – O PMA DA UFRB PARA A FORMAÇÃO DISCENTE

A realização de monitoria na UFRB é anterior à instituição da política via Resolução CONAC nº 007/2008. Em 2006, primeiro ano de funcionamento da Universidade, a PROGRAD em conjunto com, na época a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – PRPPG, atualmente Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação - PPGCI, buscaram junto à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB a liberação de bolsas para o Programa de Monitoria Científica desenvolvido na UFRB.

No entanto, por “entender que as características dessas bolsas estavam mais voltadas para atividades de pesquisa do que ensino” (UFRB, 2008^a, p.8) a PROGRAD decidiu deixar a gestão das bolsas de Monitoria Científica a cargo da PRPPG e elaborou uma proposta de norma para criação do Programa de Monitoria Acadêmica, futuramente aprovada pelo Conselho Acadêmico – CONAC como Resolução sob nº 007/2008.

Embora as normas que regulamentam o Programa tenham passado por reformulações, o PMA da UFRB sempre teve os Centros de Ensino como gestores e a PROGRAD como unidade de assessoria. Os Comitês de Monitoria são presididos pelos gestores de ensino e compostos também por dois representantes docentes, um discente e um técnico em assuntos educacionais, escolhidos em reunião dos respectivos Conselhos de Centro. Com exceção do primeiro, seus membros devem ser recompostos a cada dois anos e as reuniões dos Comitês devem ocorrer, ordinariamente, uma vez por mês.

Os docentes orientadores são os responsáveis pela submissão dos projetos de monitoria vinculados aos componentes curriculares, assim como por desenvolver atividades que possibilitem aos monitores aprofundar seus conhecimentos sobre o projeto a ser executado. Além disso, cabe aos docentes realizar reuniões mensais para planejar, orientar e avaliar as atividades de monitoria e encaminhar relatórios ao Comitê.

Conforme as normas do PMA, existem duas modalidades de monitoria, a remunerada, na qual os monitores exercem suas atividades por 12 horas semanais atuando, preferencialmente, em componentes curriculares que apresentam maiores índices de reprovação¹⁴; e a voluntária, cuja carga horária semanal é de 08 horas para atuação em qualquer componente curricular para qual o docente tenha apresentado um projeto de ensino de monitoria.

¹⁴ A prioridade de distribuição das bolsas aos componentes curriculares que apresentam altos índices de reprovação foi incluída na política de monitoria da UFRB por meio da Resolução CONAC nº 07/2011 que alterou o parágrafo 1º do Artigo 5º da Resolução CONAC nº 036/2010.

Não obstante as diferenças apresentadas, para exercer a monitoria em qualquer uma das duas modalidades, conforme Resolução CONAC nº 051/2013, os discentes precisarão declarar “possuir disponibilidade para o cumprimento da carga horária de monitoria (remunerada ou voluntária) de modo a não comprometer suas atividades acadêmicas” (UFRB, 2013, s/p). Além disso, precisam atender aos mesmos requisitos, dentre os quais, ter cursado com aprovação os componentes curriculares aos quais pretendem concorrer como monitores e passarem por prova de conhecimentos básicos e entrevista. Os processos de seleção dos monitores são realizados pelos Comitês de Monitoria de cada Centro de Ensino e que contam com a participação dos docentes proponentes dos projetos de monitoria para elaborarem e corrigirem as provas de conhecimentos básicos e fazerem as entrevistas.

Os discentes são selecionados para exercerem a monitoria por um semestre letivo, por isso para serem reconduzidos passam por nova seleção. Contudo, não é possível ser monitor remunerado por mais de dois semestres letivos consecutivos, medida que visa à diversificação dos discentes bolsistas.

Independentemente do tipo de monitoria, os discentes farão jus à certificação caso cumpram o plano de trabalho e as atribuições estabelecidas no Art. 13 da Resolução CONAC nº 036/2010 da UFRB, isto é: participar das atividades desenvolvidas pelo professor responsável, do planejamento de aulas, do processo de avaliação e orientação aos discentes, da realização de trabalhos práticos e experimentais, das práticas de ensino, atender os estudantes em horário marcados e encaminhar ao Comitê de Monitoria relatórios mensais e relatório final.

Embora o PMA mantenha seus objetivos, a inserção promovida pela Resolução CONAC nº 036/2010, via parágrafo 2º do Art. 6º, dispõe que “O Centro obrigatoriamente deverá abrir seleção para monitores, quando houver reprovação superior ou igual a 80% num componente curricular nos dois últimos semestres”, acresceu um novo foco ao Programa: reduzir os índices de reprovação.

Posteriormente, esse foco foi ratificado pelo parágrafo 1º do Artigo 5º da Resolução CONAC nº 07/2011, ao pôr como prioridade a distribuição das bolsas aos componentes curriculares que apresentam altos índices de reprovação e, mais recentemente, pelo Regulamento do Ensino de Graduação da UFRB, instituído pela Resolução CONAC nº 004/2018, ao afirmar que o PMA:

visa **contribuir para melhorias no processo de ensino e aprendizagem, com vistas ao êxito acadêmico nos cursos de graduação da UFRB**, além de proporcionar aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência (UFRB, 2018ª, p. 31, grifo nosso).

De modo geral, ao destacar a melhoria do processo de ensino e aprendizagem e o êxito acadêmico nos cursos de graduação como uma de suas finalidades, o PMA é inovado internamente, mas não em âmbito nacional, visto que segundo um estudo de Jesus *et al* (2012), alguns programas de monitorias instituídos por outras universidades federais brasileiras possuíam objetivos na linha de melhoria de indicadores de ensino e aprendizagem, do desempenho do discente, superar problema de reprovação e evasão, elevar o nível de qualidade dos cursos, entre outros.

5.1 – PERFIL SOCIODEMOGRÁFICO E ACADÊMICO DOS PARTICIPANTES DA PESQUISA

Compreender a importância do PMA para a formação discente perpassa pelo conhecimento do perfil dos participantes do Programa. Em vista disso, uma parte do formulário eletrônico foi planejado para coletar informações sociodemográficas dos discentes monitorados e monitores, informações acadêmicas desses e também dos docentes orientadores e dos membros dos Comitês de Monitoria, para que pudéssemos analisar se há percepções diferentes sobre o Programa conforme o perfil dos participantes.

Os atributos sociodemográficos solicitados aos discentes foram faixa etária, sexo, cor autodeclarada e o tipo de estabelecimento no qual estes cursaram a Educação Básica. As informações acadêmicas requeridas dos docentes orientadores, monitorados e monitores corresponderam ao Centro de Ensino ao qual o participante era vinculado no semestre letivo 2019.2, semestre de ingresso na UFRB, curso e turno de realização deste pelos discentes, semestre da primeira proposição de projetos de monitoria pelos docentes, e há quanto tempo cada membro participou ou participa dos Comitês de Monitoria.

Para definição da questão sobre faixa etária, elencamos cinco opções que partiram do intervalo de 18 a 24 anos, idade média para o ingresso na educação superior conforme o Plano Nacional de Educação – PNE de 2014, e seguiram com intervalos de dez em dez anos (25 a 34 anos, 35 a 44 anos e 45 a 54 anos) até a última faixa para contemplar participantes acima de 54 anos.

5.1.1 - Discentes monitorados

A partir da análise do formulário eletrônico aplicado aos discentes monitorados, identificamos, conforme Tabela 6, que, tal como o perfil dos discentes da UFRB apresentado

no Censo do Ensino Superior de 2019, mais da metade dos respondentes têm entre 18 a 24 anos, aproximadamente um terço tem entre 25 a 34 anos, 6,67% têm entre 35 a 44 anos, 1,33% tem de 45 a 54 anos, nenhum registrou ter idade superior a 54 anos e ninguém deixou de responder à questão.

Tabela 6 - Faixa etária dos monitorados

Faixa etária	Quantidade de respostas	Taxa percentual
18 a 24 anos	85	56,67%
25 a 34 anos	53	35,33%
35 a 44 anos	10	6,67%
45 a 54 anos	2	1,33%
Acima de 54 anos	0	0,00%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

No que diz respeito ao sexo informado, podemos observar na Tabela 7 que praticamente dois terços dos respondentes são do sexo feminino, correspondendo a 65,33% desses, e um pouco mais de um terço é do sexo masculino, o que equivale a 34,67% dessa categoria de participantes. Índices esses próximos aos da UFRB apresentados no Censo do Ensino Superior em 2019.

Tabela 7 - Sexo dos monitorados

Sexo informado	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Feminino	98	65,33%
Masculino	52	34,67%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Em relação à cor autodeclarada por esses participantes, identificamos, conforme Tabela 8, que três quartos é formada por pretos e pardos, e um quarto por brancos e amarelos, assim distribuídos: 44,67% se autodeclara preto(a), 30% pardo(a), 24% branco(a), 1,33% amarelo(a) e nenhum dos monitorados no semestre letivo 2019.2 afirmou ser indígena.

Tabela 8 - Cor autodeclarada pelos monitorados

Cor autodeclarada	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Preto(a)	67	44,67%
Pardo(a)	45	30,00%
Branco(a)	36	24,00%
Amarelo(a)	2	1,33%
Indígena	0	0,00%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Apesar de não ter discente indígena entre os respondentes, esses dados guardam, em certa medida, uma similaridade com o perfil de discentes da UFRB no ano de 2019, no qual,

conforme o Censo do Ensino Superior desse ano, os discentes autodeclarados pretos e pardos somam 74,49% da população estudantil. Ao contrário, a quantidade de monitorados autodeclarados brancos é um pouco maior que a metade daquela encontrada no referido Censo.

Quanto ao tipo de estabelecimento no qual foi cursada a Educação Básica, é possível observar na Tabela 9 que mais da metade dos respondentes, isto é, 57,05%, só estudaram em escolas públicas; 19,46% cursaram uma parte da Educação Básica em escola pública e outra parte em escola privada; 16,78% fizeram esse percurso educacional todo em instituição privada; 5,37% estudaram em escola pública e em escola privada, com bolsa; 1,34% cursou essa fase da educação toda em instituição privada utilizando bolsa de estudos; e um participante da pesquisa não apresentou resposta referente a esse questionamento.

Tabela 9 - Estabelecimento de ensino no qual os monitorados cursaram a Educação Básica

Tipos de estabelecimento	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Todo em escola pública.	85	57,05%
Uma parte em escola pública e outra em escola privada.	29	19,46%
Todo em escola privada.	25	16,78%
Uma parte em escola pública e outra em escola privada, com bolsa.	8	5,37%
Todo em escola privada, com bolsa.	2	1,34%
Total Geral	149	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

De acordo com os dados sociodemográficos dos monitorados participantes do PMA no semestre letivo 2019.2, o perfil desses discentes é constituído, sobretudo, por pessoas do sexo feminino, autodeclaradas pretas, com idade entre 18 a 24 anos e que cursaram toda a Educação Básica em escola pública.

Quanto aos dados acadêmicos, é possível observar na Tabela 10 que obtivemos retorno de monitorados de todos os Centros de Ensino na UFRB. A taxa de retorno foi maior em centros que geralmente têm mais projetos vinculados ao PMA. A quantidade de projetos tem relação com o tempo de existência dos Centros e de desenvolvimento do Programa, e também com a quantidade de bolsas recebidas, visto que sua distribuição para os Centros leva em consideração a quantidade de cursos e discentes, e, ainda, a quantidade de componentes com maiores índices de reprovação. Em vista disso, o maior número de respondentes foi de discentes do CCAAB, com 34,67% dos participantes, seguido pelo CETEC com 20,67%, CCS com 18,67%, CAHL com 12%, CETENS com 6,67%, CFP com 4% e CECULT com 3,33% dos discentes monitorados que responderam ao formulário eletrônico.

Tabela 10 - Centro de Ensino no qual os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Centro de Ensino	Quantidade de respostas	Taxa percentual
CCAAB	52	34,67%
CETEC	31	20,67%
CCS	28	18,67%
CAHL	18	12,00%
CETENS	10	6,67%
CFP	6	4,00%
CECULT	5	3,33%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

No que diz respeito aos cursos nos quais os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2, identificamos que 131 discentes eram de 21 diferentes cursos de bacharelado, treze eram de quatro cursos de licenciatura, cinco tinham matrícula em três cursos tecnológicos distintos e apenas um não respondeu à questão. Como pode ser observado na Tabela 11, a maior quantidade de discentes monitorados estava matriculada no curso de Bacharelado em Medicina Veterinária, com 14,09% dos participantes, seguido de forma decrescente pelos cursos de Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas (13,42), Bacharelado em Medicina (10,07%), Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (8,05%), Bacharelado em Biologia (6,71%), Bacharelado em Agronomia (6,04%), Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental (6,04%), Licenciatura em Educação Física (4,03%), Bacharelado em Engenharia de Pesca, Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, e Educação do Campo – Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática (cada um com 3,36%), Bacharelado em Engenharia Florestal e Bacharelado em Serviço Social (ambos com 2,68%), Bacharelado em Artes Visuais e Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade (ambos com 2,01%), Bacharelado em Cinema e Audiovisual, Bacharelado em Museologia, Bacharelado em Zootecnia, Tecnólogo em Gestão de Cooperativas e Tecnólogo em Gestão Pública (cada um com 1,34%), Bacharelado em Ciências Sociais, Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo, Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Física, Bacharelado em Publicidade e Propaganda, Educação do Campo - Tecnólogo em Alimentos, Licenciatura em Ciências Sociais e Licenciatura em História (todos com 0,67%).

Tabela 11 - Cursos nos quais os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Cursos	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Bacharelado em Medicina Veterinária	21	14,09%
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	20	13,42%
Bacharelado em Medicina	15	10,07%
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	12	8,05%
Bacharelado em Biologia	10	6,71%
Bacharelado em Agronomia	9	6,04%
Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental	9	6,04%
Licenciatura em Educação Física	6	4,03%
Bacharelado em Engenharia de Pesca	5	3,36%
Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	5	3,36%
Educação do Campo – Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática	5	3,36%
Bacharelado em Engenharia Florestal	4	2,68%
Bacharelado em Serviço Social	4	2,68%
Bacharelado em Artes Visuais	3	2,01%
Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	3	2,01%
Bacharelado em Cinema e Audiovisual	2	1,34%
Bacharelado em Museologia	2	1,34%
Bacharelado em Zootecnia	2	1,34%
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas	2	1,34%
Tecnólogo em Gestão Pública	2	1,34%
Bacharelado em Ciências Sociais	1	0,67%
Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo	1	0,67%
Bacharelado em Engenharia Civil	1	0,67%
Bacharelado em Física	1	0,67%
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	1	0,67%
Educação do Campo - Tecnólogo em Alimentos	1	0,67%
Licenciatura em Ciências Sociais	1	0,67%
Licenciatura em História	1	0,67%
Total Geral	149	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ainda no que se refere ao curso, foi identificado, como pode ser observado na Tabela 12, que um pouco mais de dois terços dos monitorados, isto é, 72% informaram ser de cursos realizados em turno integral, 14% de cursos noturnos, 7,33% de cursos matutino, 5,33% de cursos realizados em formato de alternância, 0,67% informou ser de um curso EAD e 0,67% de um curso vespertino. Apesar dos estratos pesquisados serem diferentes daqueles contidos no Censo do Ensino Superior em 2019, o qual classifica os cursos em diurnos e noturnos, observamos que o percentual de discentes monitorados que apontaram ser de cursos noturnos é inferior aos 21,92% indicados no referido Censo, o que nos põe a questionar se esse é um público com menor participação no PMA ou se não está totalmente representado na pesquisa.

Tabela 12 - Turno de realização do curso no qual os monitorados estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Turno	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Integral	108	72,00%
Noturno	21	14,00%
Matutino	11	7,33%
Em formato de alternância, com tempo comunidade e tempo universidade	8	5,33%
Era discente de um curso EAD	1	0,67%
Vespertino	1	0,67%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

No que concerne ao semestre de ingresso na UFRB, os monitorados indicaram vinte e um semestres letivos distintos. Como é possível analisar na Tabela 13, a grande maioria ingressou na UFRB nos últimos cinco semestres presenciais antes da pandemia causada pelo coronavírus Covid-19 e os demais se distribuíram por vários semestres, a saber: 2019.2 (20%), 2019.1 (16%), 2018.2 (12%), 2018.1 (10,67%), 2015.1 (8,67%), 2017.2 (8,67%), 2016.1 (5,33%), 2014.2 (3,33%), 2015.2 e 2014.1 (2% cada), 2017.1, 2013.1, 2009.2, 2009.1, 2008.1 e 2007.2 (1,33% cada), e, 2013.2, 2012.1, 2008.2, 2007.1 e 2006.2 (0,67% cada).

Tabela 13 - Semestres de ingresso na UFRB pelos monitorados no semestre letivo 2019.2

Semestre Letivo	Quantidade de respostas	Taxa percentual
2019.2	30	20,00%
2019.1	24	16,00%
2018.2	18	12,00%
2018.1	16	10,67%
2015.1	13	8,67%
2017.2	13	8,67%
2016.1	8	5,33%
2014.2	5	3,33%
2014.1	3	2,00%
2015.2	3	2,00%
2007.2	2	1,33%
2008.1	2	1,33%
2009.1	2	1,33%
2009.2	2	1,33%
2013.1	2	1,33%
2017.1	2	1,33%
2006.2	1	0,67%
2007.1	1	0,67%
2008.2	1	0,67%
2012.1	1	0,67%
2013.2	1	0,67%
Total Geral	150	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Apesar de discentes terem informado que ingressaram na UFRB em semestres letivos que ocorreram há mais de dez anos, a exemplo dos semestres, 2006.2, 2007.1, 2007.2, não

podemos afirmar que eles estivessem no mesmo curso até o semestre letivo 2019.2 e, em caso positivo, nos faz questionar sobre a eficácia da política de cancelamento de matrícula da UFRB. Por outro lado, a variedade de semestres de ingresso indica que discentes com uma longa experiência acadêmica ou experiência acadêmica pregressa também participaram ou participam do PMA.

5.1.2 - Discentes monitores

De acordo com o formulário eletrônico aplicado e com os dados dispostos na Tabela 14, grande parte dos monitores tem entre 18 e 34 anos, sendo que 46,51% informaram ter entre 18 a 24 anos, 51,16% disseram ter entre 25 a 34 anos, e uma pessoa, o que equivale a 2,33%, registrou ter entre 35 a 44 anos. Ao compararmos a faixa etária dos monitorados com a dos monitores, observamos que enquanto os primeiros têm, em sua maioria entre 18 a 24 anos, os segundos estão em maior número com as idades entre 25 a 34 anos, isso pode ser reflexo de maior tempo de vivência universitária ou até mesmo por terem entrado com idade mais avançada na Universidade.

Tabela 14 - Faixa etária dos monitores

Faixa etária	Quantidade de respostas	Taxa percentual
18 a 24 anos	20	46,51%
25 a 34 anos	22	51,16%
35 a 44 anos	1	2,33%
45 a 54 anos	0	0,00%
Acima de 54 anos	0	0,00%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

No que se refere ao sexo informado, a Tabela 15 expõe que, diferente dos monitorados que indicaram uma maior participação feminina, há um equilíbrio entre os monitores, entre os quais 52,38% registraram ser do sexo feminino e 47,62% marcaram ser do sexo masculino. Percentuais que, apesar de manter maioria do sexo feminino, indicam divergência com o perfil de discentes da UFRB encontrado no Censo do Ensino Superior de 2019, no qual as discentes representavam 61,20% da população estudantil.

Tabela 15 - Sexo dos monitores

Sexo informado	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Feminino	22	52,38%
Masculino	20	47,62%
Total Geral	42	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

A Tabela 16 apresenta que 39,53% dos monitores se autodeclararam pardos(as), 37,21% indicaram ser pretos(as) e 23,26% registraram ser brancos(as). Quando comparamos esses dados àqueles encontrados no Censo do Ensino Superior em 2019 observamos que há uma discrepância entre as taxas referentes aos monitores respondentes da pesquisa e a população estudantil da UFRB em 2019, a qual era formada por 49,37% de pretos, 25,12% de pardos e 10,96% de brancos. Em vista disso, fica o questionamento se as diferenças das taxas percentuais ocorrem pelo fato dos monitores respondentes não equivalerem ao total de monitores no semestre letivo 2019.2 ou se o Programa não abrangeu a população estudantil de forma proporcional.

Tabela 16 - Cor autodeclarada pelos monitores

Cor	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Pardo(a)	17	39,53%
Preto(a)	16	37,21%
Branco(a)	10	23,26%
Amarelo(a)	0	0,00%
Indígena	0	0,00%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Um atributo sociodemográfico que guarda similitude entre monitores e monitorados é o tipo de estabelecimento no qual cursaram a Educação Básica, visto que mais de 50% registraram ter cursado esse nível de ensino todo em instituição pública, dado esse reflexo da política de ingresso instituída pela Lei nº 12.711/2012, mais conhecida como Lei de Cotas, que faz a reserva de vagas para discentes oriundos de escolas públicas, discentes com baixa renda, pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.

De forma detalhada, a Tabela 17 mostra que 55,81% dos monitores cursaram toda a Educação Básica em escola pública, 20,93% realizaram seus estudos todos em instituição privada, 18,60% a realizaram em ambos os tipos de instituição, 2,33% também cursaram a Educação Básica em escola pública e em escola privada, mas nesta última com bolsa, e, 2,33% cursaram toda a Educação Básica em escola privada com bolsa.

Tabela 17 - Estabelecimento de ensino no qual os monitores cursaram a Educação Básica

Tipo de estabelecimento	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Todo em escola pública.	24	55,81%
Todo em escola privada.	9	20,93%
Uma parte em escola pública e outra em escola privada.	8	18,60%
Uma parte em escola pública e outra em escola privada, com bolsa.	1	2,33%
Todo em escola privada, com bolsa.	1	2,33%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

A Tabela 18 exibe que o perfil acadêmico dos monitores também está relacionado à proporcionalidade de projetos de monitoria em cada Centro de Ensino. Por isso, conforme indicaram no formulário eletrônico, os monitores participantes da pesquisa estão assim distribuídos: 39,53% são do CCAAB, 25,58% do CETEC, 13,95% do CCS, 11,63% do CAHL, 4,65% do CFP, 2,33% do CECULT e 2,33% do CETENS.

Tabela 18 - Centro de Ensino no qual os monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Centros de Ensino	Quantidade de respostas	Taxa percentual
CCAAB	17	39,53%
CETEC	11	25,58%
CCS	6	13,95%
CAHL	5	11,63%
CFP	2	4,65%
CECULT	1	2,33%
CETENS	1	2,33%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Além de apontar uma discrepância entre a quantidade de monitores nos Centros de Ensino, os dados da Tabela 18 nos fazem questionar por que o PMA que tem como um dos objetivos promover o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência tem pouca participação em um centro destinado à formação de professores? A existência de outros programas relacionados à docência, a exemplo do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e do Programa de Residência Pedagógica - PRP, são responsáveis por uma menor quantidade de monitores no CFP? Faltam incentivos ao Programa no Centro? Reflexões como estas precisam ser feitas para um maior alcance do PMA.

Conforme a Tabela 19, dos monitores que responderam ao formulário, quarenta discentes eram no semestre letivo 2019.2 de quinze cursos de bacharelado, dois discentes de um curso de licenciatura e um discente de um curso tecnológico, assim distribuídos: Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas (20,93%), Bacharelado em Engenharia Florestal (16,28%), Bacharelado em Medicina Veterinária (9,30%), Bacharelado em Agronomia (6,98%), Bacharelado em Biologia, Bacharelado em Enfermagem, Bacharelado em Medicina, Bacharelado em Museologia, Bacharelado em Serviço Social, Bacharelado Interdisciplinar em Saúde, Licenciatura em Química (com 4,65% cada), e, Bacharelado em Artes Visuais, Bacharelado em Engenharia Civil, Bacharelado em Física, Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade e Tecnólogo em Gestão de Cooperativas (todos com 2,33%).

Tabela 19 - Cursos nos quais os discentes monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Curso	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	9	20,93%
Bacharelado em Engenharia Florestal	7	16,28%
Bacharelado em Medicina Veterinária	4	9,30%
Bacharelado em Agronomia	3	6,98%
Bacharelado em Biologia	2	4,65%
Bacharelado em Enfermagem	2	4,65%
Bacharelado em Medicina	2	4,65%
Bacharelado em Museologia	2	4,65%
Bacharelado em Serviço Social	2	4,65%
Bacharelado Interdisciplinar em Saúde	2	4,65%
Licenciatura em Química	2	4,65%
Bacharelado em Artes Visuais	1	2,33%
Bacharelado em Engenharia Civil	1	2,33%
Bacharelado em Física	1	2,33%
Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	1	2,33%
Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	1	2,33%
Tecnólogo em Gestão de Cooperativas	1	2,33%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

As respostas à questão apresentada sobre o turno de realização do curso no qual os monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2 demonstram, como pode ser observado na Tabela 20, que a grande maioria dos monitores, 79,07%, são discentes de cursos realizados em turno integral, 11,63% são de cursos vespertinos, 6,98% de cursos noturnos e 2,33% de curso matutino.

Tabela 20 - Turno de realização do curso no qual os discentes monitores estavam matriculados no semestre letivo 2019.2

Turno do Curso	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Integral	34	79,07%
Vespertino	5	11,63%
Noturno	3	6,98%
Matutino	1	2,33%
Em formato de alternância, com tempo comunidade e tempo universidade	0	0,00%
Era discente de um curso EAD	0	0,00%
Total Geral	43	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Quanto ao semestre letivo de ingresso na UFRB pelos discentes monitores em 2019.2, a Tabela 21 apresenta nove diferentes semestres, sendo o mais longínquo o 2013.1 e o mais recente o 2018.2. Porém, aquele que apresentou maior quantidade de ingressos foi o semestre 2016.1 com 26,19% dos monitores, seguidos pelos semestres 2017.2, 2017.1, 2015.1 e 2014.1,

cada um com 11,90%; 2018.2 e 2018.1, ambos com 9,52%; 2014.2 com 4,76%; e 2013.1, com 2,38% dos monitores.

Tabela 21 - Semestres de ingresso na UFRB pelos discentes monitores no semestre letivo 2019.2

Semestre de Ingresso	Quantidade de respostas	Taxa percentual
2016.1	11	26,19%
2017.2	5	11,90%
2017.1	5	11,90%
2015.1	5	11,90%
2014.1	5	11,90%
2018.2	4	9,52%
2018.1	4	9,52%
2014.2	2	4,76%
2013.1	1	2,38%
Total Geral	42	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

5.1.3 - Docentes orientadores

No que se refere ao perfil acadêmico dos docentes orientadores de projetos de monitoria, coletamos informações referentes ao semestre de ingresso na UFRB, ao semestre de desenvolvimento do primeiro projeto de monitoria e ao Centro de Ensino no qual os docentes lecionam atualmente.

Os 25 docentes que participaram da pesquisa ingressaram na UFRB em quatorze semestres diferentes, sendo, como pode ser observado na Tabela 22, o ingresso mais antigo no semestre letivo 2006.1 e o ingresso mais recente no semestre letivo 2019.1.

Tabela 22 - Semestre letivo de ingresso na UFRB

Período em anos	Semestre Letivo	Quantidade de respostas	Taxa percentual
10 anos ou mais	2006.1	1	4,00%
	2006.2	5	20,00%
	2007.1	2	8,00%
	2009.2	2	8,00%
Menos que 10 anos e mais que 5 anos	2010.1	2	8,00%
	2010.2	1	4,00%
	2011.1	1	4,00%
	2012.1	1	4,00%
	2013.2	3	12,00%
	2014.1	2	8,00%
Menos que 5 anos	2015.2	1	4,00%
	2017.1	1	4,00%
	2018.2	2	8,00%
	2019.1	1	4,00%
Total Geral		25	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao fazer uma análise dos semestres de ingresso, podemos observar que dez docentes tinham dez ou mais anos na UFRB no semestre letivo 2019.2 (2006.1, 2006.2, 2007.1 e 2009.2);

outros dez tinham menos que dez anos e mais que cinco anos na instituição (2010.1, 2010.2, 2011.1, 2012.1, 2013.2 e 2014.1); e 5 cinco tinham menos que cinco anos na Universidade (2015.2, 2017.1, 2018.2 e 2019.1).

Em relação aos Centros de Ensino nos quais os docentes orientadores lecionavam no período da pesquisa, a Tabela 23 mostra que 48% eram vinculados ao CCAAB, 16% eram do CCS, outros 16% do CETEC, 12% eram do CAHL, 4% do CECULT, 4% do CFP e nenhum docente orientador do CETENS respondeu ao formulário eletrônico. Assim como aconteceu com os participantes discentes monitorados e monitores, o fato de a maior porcentagem dos docentes orientadores serem de três Centros de Ensino (CCAAB, CCS e CETEC) pode estar relacionado ao fato de serem centros que apresentam mais projetos de monitoria.

Tabela 23 - Centros de Ensino nos quais os docentes orientadores lecionam

Centro de Ensino	Quantidade de respostas	Taxa percentual
CCAAB	12	48,00%
CCS	4	16,00%
CETEC	4	16,00%
CAHL	3	12,00%
CECULT	1	4,00%
CFP	1	4,00%
Total Geral	25	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

A Tabela 24 traz a relação dos semestres letivos nos quais os docentes desenvolveram pela primeira vez um projeto de monitoria na UFRB. A partir das respostas dadas, subdividimos os semestres de início da participação no PMA em três períodos, que têm o semestre 2019.2 como referência.

Tabela 24 - Primeiro semestre letivo no qual o docente participou do PMA da UFRB

Período em anos	Semestre Letivo	Quantidade de respostas	Taxa percentual
10 anos ou mais	2007.1	1	4,00%
	2008.1	2	8,00%
	2010.1	2	8,00%
	2011.1	1	4,00%
Menos que 10 anos e mais que 5 anos	2012.2	2	8,00%
	2013.1	2	8,00%
	2013.2	1	4,00%
	2014.1	3	12,00%
	2017.1	5	20,00%
Menos que 5 anos	2018.1	1	4,00%
	2019.1	3	12,00%
	2019.2	2	8,00%
Total Geral		25	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Desse modo, a partir das respostas dadas no formulário eletrônico, identificamos que três docentes tinham dez anos ou mais anos de participação no PMA no semestre letivo 2019.2, dezesseis docentes tinham menos que dez e mais que cinco anos de Programa e seis tinham menos que cinco anos enquanto orientadores de projetos de monitoria.

Com base na informação dos semestres letivos de ingresso dos docentes na UFRB e dos semestres letivos nos quais iniciaram suas participações no PMA, elaboramos a Tabela 25 que apresenta a quantidade de semestres letivos que decorreram entre o ingresso na UFRB e a primeira participação no Programa.

Tabela 25 - Quantidade de semestres letivos entre o ingresso e o primeiro semestre letivo com monitor(a)

Quantidade de semestres	Quantidade de docentes	Taxa percentual
1 semestre	7	28,00%
6 semestres	5	20,00%
3 semestres	3	12,00%
2 semestres	2	8,00%
0 semestre	1	4,00%
4 semestres	1	4,00%
5 semestres	1	4,00%
8 semestres	1	4,00%
9 semestres	1	4,00%
13 semestres	1	4,00%
15 semestres	1	4,00%
26 semestres	1	4,00%
Total Geral	25	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Segundo a tabulação realizada, 28% dos docentes levaram apenas um semestre letivo para participar do PMA, 20% demoraram seis semestres, 12% ficaram três semestres sem projetos de monitoria, 8% permaneceram dois semestres sem participar do PMA e 4% desenvolveu projeto de monitoria no mesmo semestre no qual ingressou na UFRB. A mesma taxa de 4% também foi observada nos casos em que docentes ficaram sem participar do Programa por quatro, cinco, oito, nove, treze, quinze, e, 26 semestres letivos. Todavia, a média de semestres entre o ingresso dos docentes na UFRB e a participação no PMA é de aproximadamente 3,68 semestres letivos.

5.1.4 - Membros dos Comitês de Monitoria

No formulário eletrônico aplicado aos membros dos Comitês de Monitoria, a única pergunta referente ao perfil destes foi relativa ao tempo de participação nessa comissão, que tem a atribuição de gerir o PMA associada à Pró-Reitoria de Graduação. Entre os dez membros dos Comitês que responderam à pesquisa, 40% informaram que o compõem por um período de

dois a três anos, 30% registraram ter experiência de mais de cinco anos, 20% têm de quatro a cinco anos de participação e 10% tem de três a quatro anos. Nenhum dos respondentes identificou ter menos de um ano e nem de um a dois anos. Desse modo, conforme apresentado na Tabela 26, os membros dos Comitês no semestre letivo 2019.2 tinham no mínimo dois anos de experiência na gestão do Programa de Monitoria em determinado Centro de Ensino.

Tabela 26 - Tempo de participação em um Comitê de Monitoria

Período em anos	Quantidade de respostas	Taxa percentual
Menos de 1 ano	0	0%
1 a 2 anos	0	0%
2 a 3 anos	4	40,00%
3 a 4 anos	1	10,00%
4 a 5 anos	2	20,00%
Mais de 5 anos	3	30,00%
Total Geral	10	100,00%

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

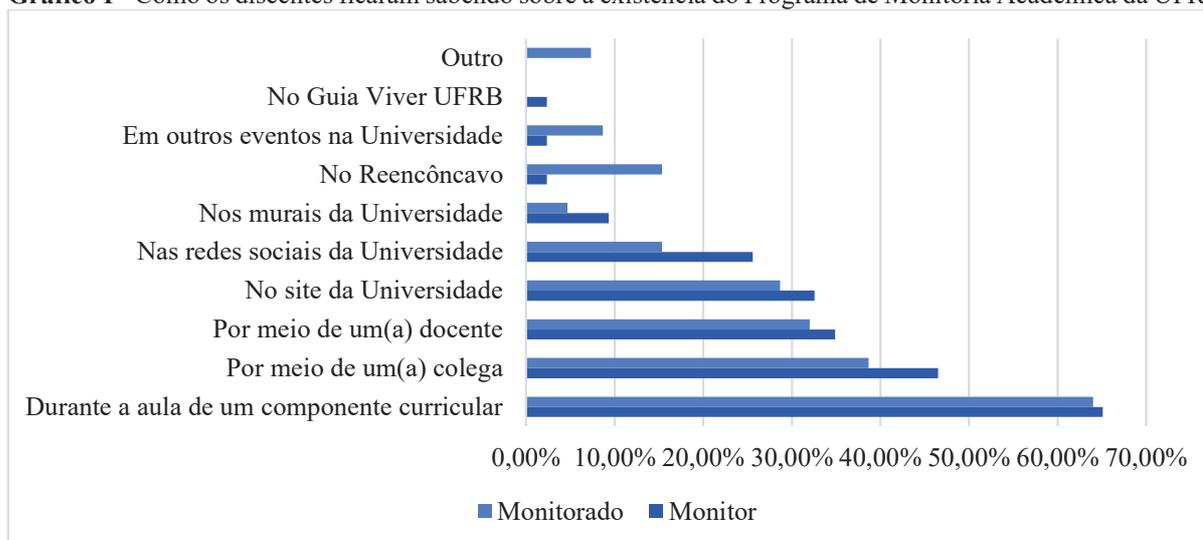
5.2 – PERCEPÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PMA E SEUS DESAFIOS

Enquanto atividade acadêmica não obrigatória, para a participação dos discentes no PMA, é necessário que estes conheçam o Programa e o que ele pode agregar à sua formação. Visando identificar como os discentes participantes do PMA no semestre letivo 2019.2 tiveram conhecimento sobre programa, colocamos no instrumento de levantamento de dados uma questão fechada contendo dez alternativas não exclusivas, ou seja, os discentes poderiam marcar mais de uma opção, dentre as quais a alternativa “outro”.

A questão foi aplicada tanto aos monitorados quanto aos monitores, dos quais obtivemos respostas semelhantes, especialmente, nas cinco alternativas mais marcadas. Como pode ser observado no Gráfico 01, grande parte dos discentes ficaram sabendo sobre a existência do PMA durante a aula de um componente curricular e também por meio de colegas, de docentes, do *site* e de redes sociais da UFRB.

Outros meios de divulgação indicados com menor frequência e em ordem distinta entre monitores e monitorados foram os murais da Universidade, o evento Reencôncavo, eventos diversos na instituição, o aplicativo Guia Viver UFRB e a alternativa “outro”, marcada exclusivamente pelos monitorados que apontaram ter obtido informações sobre o PMA via *e-mail* e também a partir do Projeto Acolhida¹⁵.

¹⁵ Projeto desenvolvido no semestre letivo 2018.2 que tinha como objetivo recepcionar os novos estudantes dos cursos de Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas (BCET) e Engenharia Sanitária e Ambiental (ESA), do CETEC, e também auxiliá-los a revisar conteúdos essenciais para os componentes do primeiro semestre dos cursos.

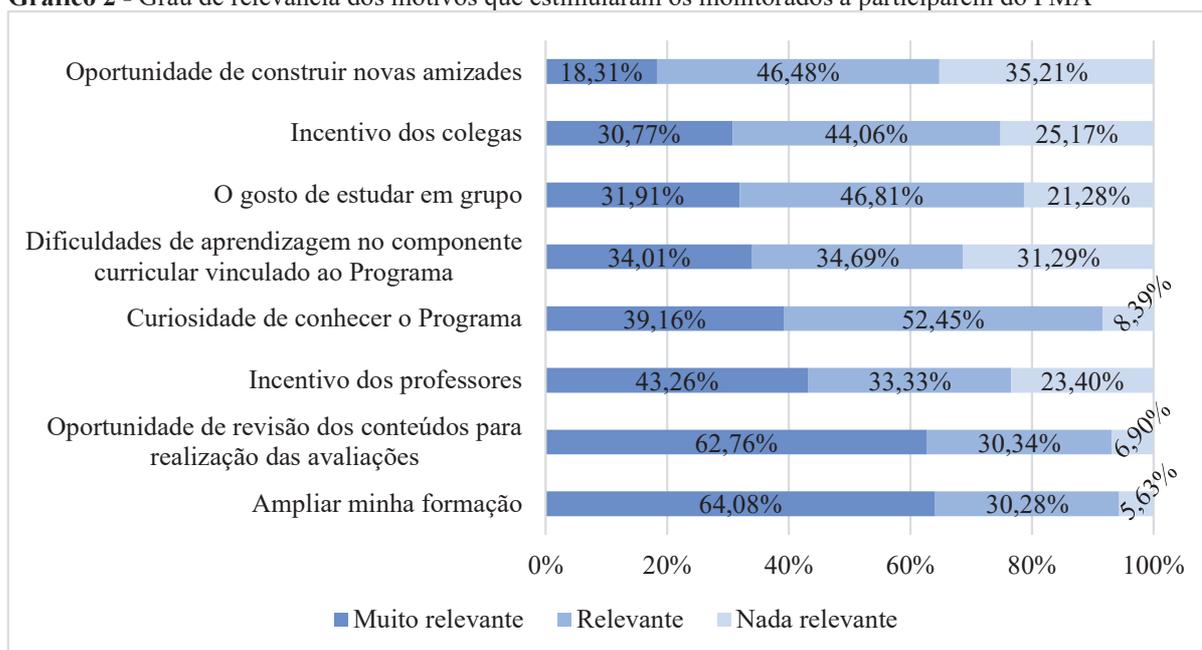
Gráfico 1 - Como os discentes ficaram sabendo sobre a existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Apesar de terem sido identificados em menor frequência como meios a partir dos quais os discentes ficaram sabendo sobre a existência do PMA da UFRB, é preciso destacar que o Reencôncavo e outros eventos foram registrados mais pelos monitorados do que pelos monitores como um meio a partir do qual obtiveram informações sobre o Programa, o que, de certa forma, indica que a divulgação do PMA em eventos é relevante para que os discentes tenham mais conhecimento sobre o Programa e comecem a participar deste.

Tão importante quanto saber quais os meios de divulgação que possibilitaram aos discentes conhecerem o Programa é entender os motivos que os estimularam a participar. Nos formulários eletrônicos destinados aos monitorados (Apêndice I) e aos monitores (Apêndice J), foram apresentados oito motivos possíveis e solicitado que eles indicassem o grau de relevância desses para seu ingresso no Programa.

No Gráfico 2, os motivos foram organizados por ordem crescente de relevância tendo, em consideração as taxas percentuais da opção “Muito relevante”. Nele podemos observar que o motivo “oportunidade de construir novas amizades” foi considerado muito relevante por apenas 18,31% dos monitorados, seguido pelo “incentivo dos colegas” com 30,77%, “o gosto de estudar em grupo” com 31,91%, as “dificuldades de aprendizagem no componente curricular” com 34,01%, a “curiosidade de conhecer o Programa” com 39,16%, “incentivo dos professores” com 43,26. Além disso, apresentaram maior porcentagem da opção muito relevante foram a “oportunidade de revisão dos conteúdos para realização das avaliações” com 62,76% e “ampliar minha formação” com 64,08%.

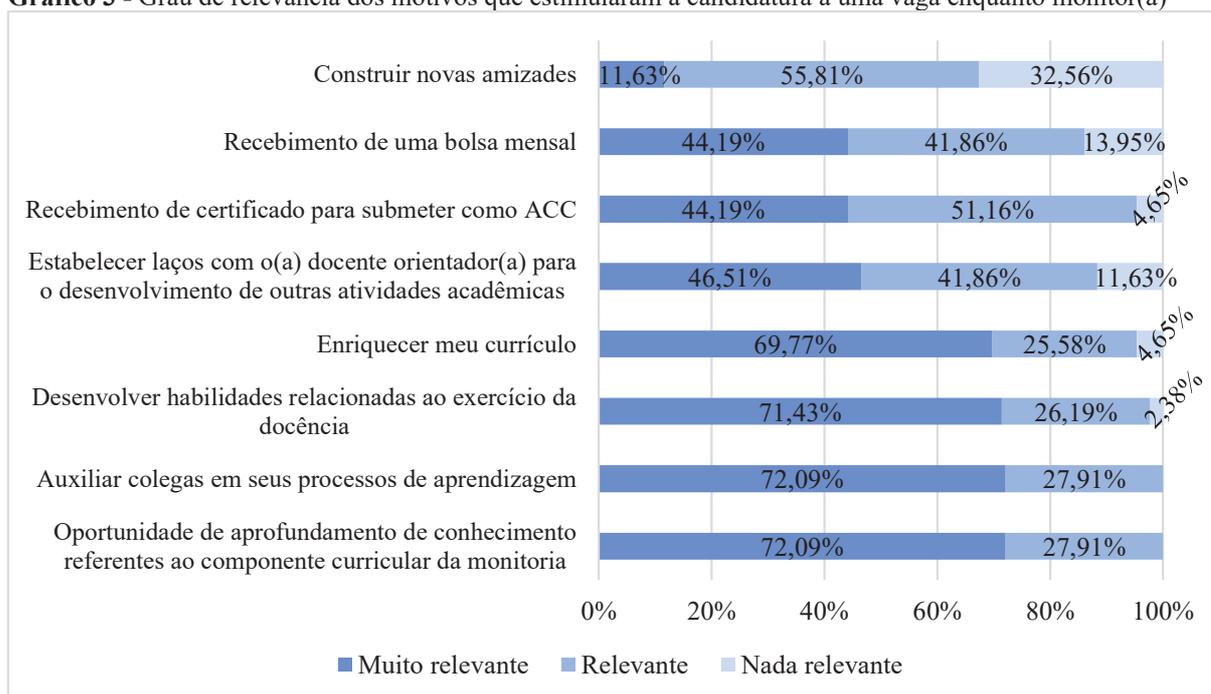
Gráfico 2 - Grau de relevância dos motivos que estimularam os monitorados a participarem do PMA

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

A leitura do Gráfico 2 aponta que, apesar de todos os motivos elencados terem algum grau de contribuição para aproximadamente dois terços dos monitorados, os dois motivos que têm relevância para mais de 90% dos monitorados são os dois últimos. Um com objetivo mais imediato, a aprovação nas avaliações, e outro que tem em vista a formação como um todo. Se por um lado a monitoria acadêmica também tem em vista essas contribuições, por outro é preciso disseminar entre gestores, executores e discentes participantes do PMA que o Programa não se limita ao processo de tirar dúvidas antes das avaliações ou ao treinamento para as mesmas, é um meio propício para debates e aprendizagem conjunta.

Aos monitores também foi solicitado que apreciassem o grau de relevância de oito motivos, alguns semelhantes e outros diferentes daqueles apresentados aos monitorados, que também foram organizados em ordem crescente utilizando como parâmetro a taxa percentual da opção “Muito relevante”.

Como pode ser observado no Gráfico 3, o motivo “Construir novas amizades” obteve apenas 11,63% de muito relevante, seguida dos motivos “Recebimento de uma bolsa mensal” e “recebimento de certificado para submeter como ACC”, ambos com 44,19%; “estabelecer laços com o(a) docente orientador(a) para o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas” com 46,51%, “enriquecer meu currículo” com 69,77%, “desenvolver habilidades relacionadas ao exercício da docência” com 71,43%, “auxiliar colegas em seus processos de aprendizagem” e “oportunidade de aprofundamento de conhecimento referente ao componente curricular da monitoria”, ambos com 72,09%.

Gráfico 3 - Grau de relevância dos motivos que estimularam a candidatura a uma vaga enquanto monitor(a)

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Embora todos os motivos apresentados tenham sido considerados relevantes para no mínimo 67% dos monitores terem se candidatado a essa função, os quatro motivos que se sobressaíram no momento de suas candidaturas à monitoria têm em foco a formação pessoal e a de seus colegas.

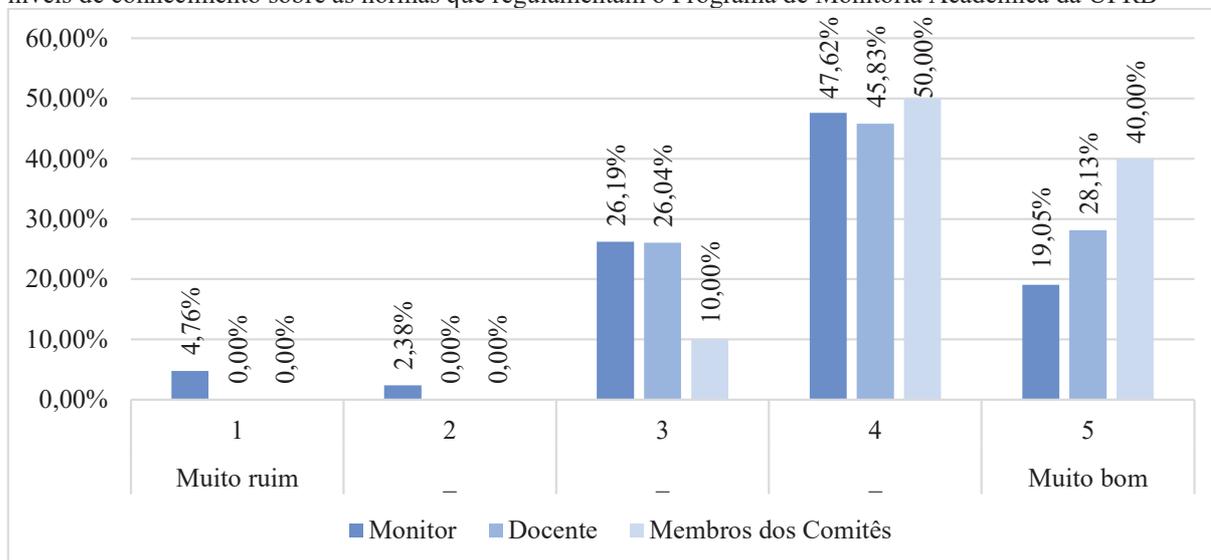
Se por um lado saber como os discentes tomam conhecimento do PMA e os motivos que os estimularam a participar deste é necessário para aprimorar as estratégias de divulgação do Programa, por outro o alcance dos objetivos só será possível se os executores do Programa conhecerem as normas.

Em vista disso, perguntamos aos monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria como eles classificariam, em uma escala de 1 a 5, na qual 1 é equivalente a 'Muito ruim' e 5 é equivalente a 'Muito bom', seus níveis de conhecimento sobre as normas do PMA.

De uma forma geral, como pôde ser observado no Gráfico 4, grande parte dos monitores, docentes e membros dos Comitês registraram ter de médio a muito bom o nível de conhecimento sobre as normas do Programa. Desses, respectivamente 19,05%, 28,13% e 40% selecionaram a opção 5 indicando ter muito bom conhecimento das normas, 47,62%, 45,83, e 50% marcaram o nível 4, por sua vez 26,19%, 26,04%; e 10% ao marcarem o número 3 consideraram ter uma noção média sobre as normas do PMA. Os monitores foram os únicos a

marcarem a opção de níveis 1 e 2, compondo, respectivamente, 4,76% e 2,38% dos respondentes que consideraram conhecer pouco as regras do Programa.

Gráfico 4 - Como os monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria classificam seus níveis de conhecimento sobre as normas que regulamentam o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ainda que a maioria dos respondentes das três categorias tenha registrado possuir bom ou muito bom conhecimento das normas do PMA, o fato de um pouco mais de um quarto dos docentes e dos monitores registrarem ter uma noção média das normas indica que é necessário haver uma formação ou material informativo que tornem as regras mais acessíveis a estes participantes.

Coadunando com o registro de conhecimento das regras do PMA, ao serem questionados sobre seus objetivos ao proporem projetos de monitoria, os docentes orientadores demonstraram estar concatenados com a finalidade do PMA, visto que, de uma forma geral, afirmaram ter como foco a ampliação de conhecimento dos discentes, o estímulo e formação para a docência, o aperfeiçoamento didático-pedagógico do processo de ensino e aprendizagem, o suporte técnico e pedagógico na execução das aulas, o auxílio à formação discente, a melhoria da interação professor-discente e discente-discente, a vivência do tripé ensino-pesquisa-extensão, e também houve docente que apresentou como objetivo a troca de experiências e a reflexão em ações educativas.

Uma análise dos objetivos elencados pelos docentes respondentes da pesquisa permite afirmar que, ao desenvolverem projetos de monitoria, a maioria deles tem em foco auxiliar na formação do monitor e/ou do monitorado. Porém, alguns objetivos também têm como alvo o aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas e ora o suporte ao próprio docente, como

também há visões que englobam todos esses benefícios, a exemplo dos objetivos apresentados pelo(a) DO 24:

- 1) *Atender os discentes matriculados no componente curricular de forma mais imediata e individualizada; 2) Auxiliar os discentes matriculados nas atividades teóricas e práticas durante as aulas; 3) Incentivar os monitores a iniciarem nas atividades de docência, extensão e pesquisa; 4) Otimizar o ensino-aprendizado do conteúdo programático das disciplinas CCA025 – Microbiologia Geral e GCCA320–Microbiologia.*

Outros objetivos enfatizam o auxílio aos discentes monitorados, tal como o objetivo apresentado pelo(a) DO 13, cujo enfoque é *“Permitir que os estudantes matriculados tenham melhor auxílio nas aulas práticas e nos projetos que são desenvolvidos ao longo da disciplina”*.

Apesar de nenhum docente ter escrito de forma explícita o termo êxito acadêmico, ao buscarem auxiliar o aprendizado e formação dos discentes monitores ou monitorados, a intenção, em certa medida, é promover o sucesso acadêmico destes discentes, do processo de ensino e da própria instituição.

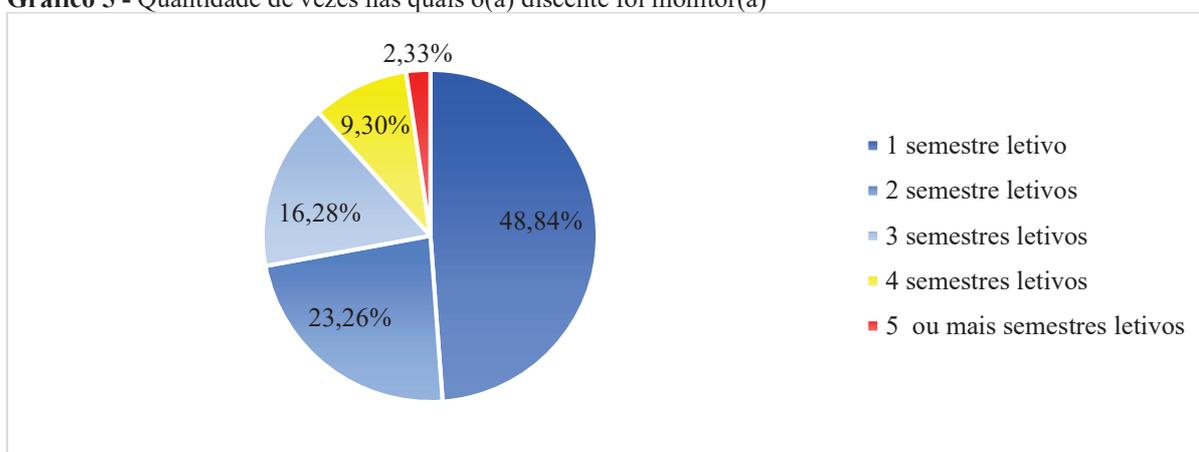
Nos objetivos dispostos também há o reconhecimento do monitor enquanto um intermediador de conhecimentos entre o professor e o monitorado, tal como registra o(a) DO 17, cuja pretensão, ao propor projetos de monitoria, é *“Ter um estudante que intermedeie o conhecimento entre professor-classe de modo a facilitar a compreensão dos conteúdos e, também, como estratégia de formação, pois a monitoria desenvolve as habilidades docentes no próprio estudante-monitor”*.

Além de pensar o monitor como um auxiliar para atendimento aos discentes do componente curricular que leciona, o(a) DO 21 apresenta um objetivo inovador para o PMA: a intenção de *“Trazer experiência para participação de estudante monitor em atendimentos e dúvidas de estudantes do componente, **reflexão em ações educativas**”* (grifo nosso). Isso em nossa compreensão refere-se à reflexão durante a prática de ensino, tendo em vista seu aprimoramento constante. Ao pensar por essa perspectiva, o DO 21 coaduna com Dantas (2014, p. 573) ao afirmar que o monitor *“deve ser estimulado a pensar, permanentemente, sobre a ação e sobre a reflexão na ação”*.

Diversamente da maioria dos objetivos apresentados, o(a) DO 25 resumiu que ao propor projetos de monitoria tem em alvo a *“Assistência técnica e pedagógica”*. Entender a monitoria apenas enquanto Programa que fornece suporte ao trabalho docente é uma visão limitada, pois desconsidera seu potencial de estimular o monitor para a carreira docente, e, de acordo com Nunes (2007), acaba resumindo-o como um assistente.

Dando continuidade à análise de como o PMA é desenvolvido na UFRB e visando dimensionar a experiência que os monitores tiveram no Programa, perguntamos em quantos semestres eles foram monitores. Os dados resultantes desse questionamento, apresentados no Gráfico 5, apontam que enquanto 48,84% tinham sido monitores pela primeira vez no semestre letivo 2019.2, outros 51,16% possuíam mais de uma experiência no Programa, sendo que 23,26% tinham sido monitores em dois semestres, 16,28% foram monitores em três semestres, 9,30% exerceram a atribuição em quatro semestres e 2,33% vivenciaram a monitoria por cinco ou mais semestres letivos.

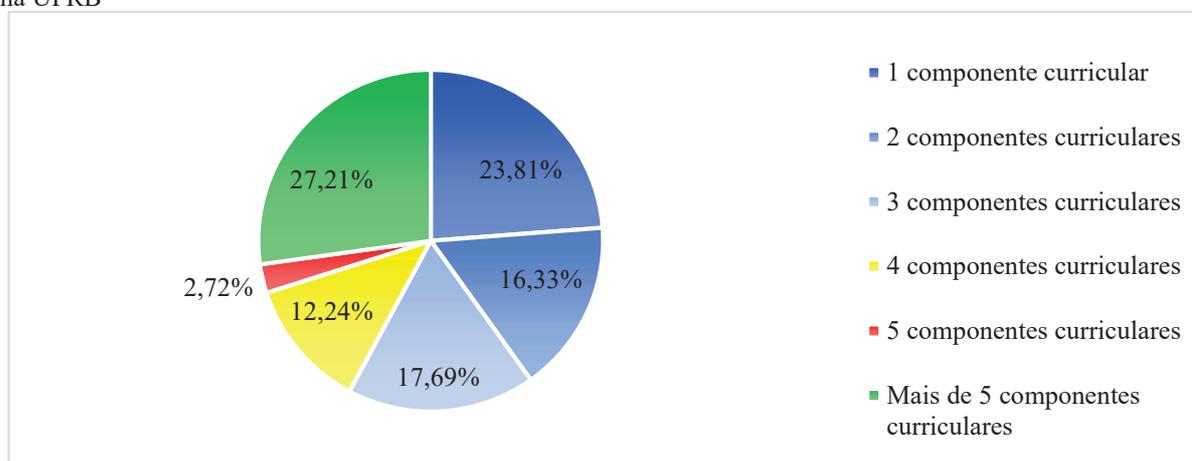
Gráfico 5 - Quantidade de vezes nas quais o(a) discente foi monitor(a)



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

De forma semelhante, para caracterizar o tipo de participação no PMA pelos monitorados, fizemos duas questões fechadas, uma sobre a quantidade de projetos dos quais participaram, representada pelo Gráfico 6, e outra sobre o tipo de interação que foi feita com os monitores, como pode ser conferido no Gráfico 7.

Gráfico 6 - Quantidade de projetos de monitoria dos quais os monitorados participaram ao longo de sua graduação na UFRB

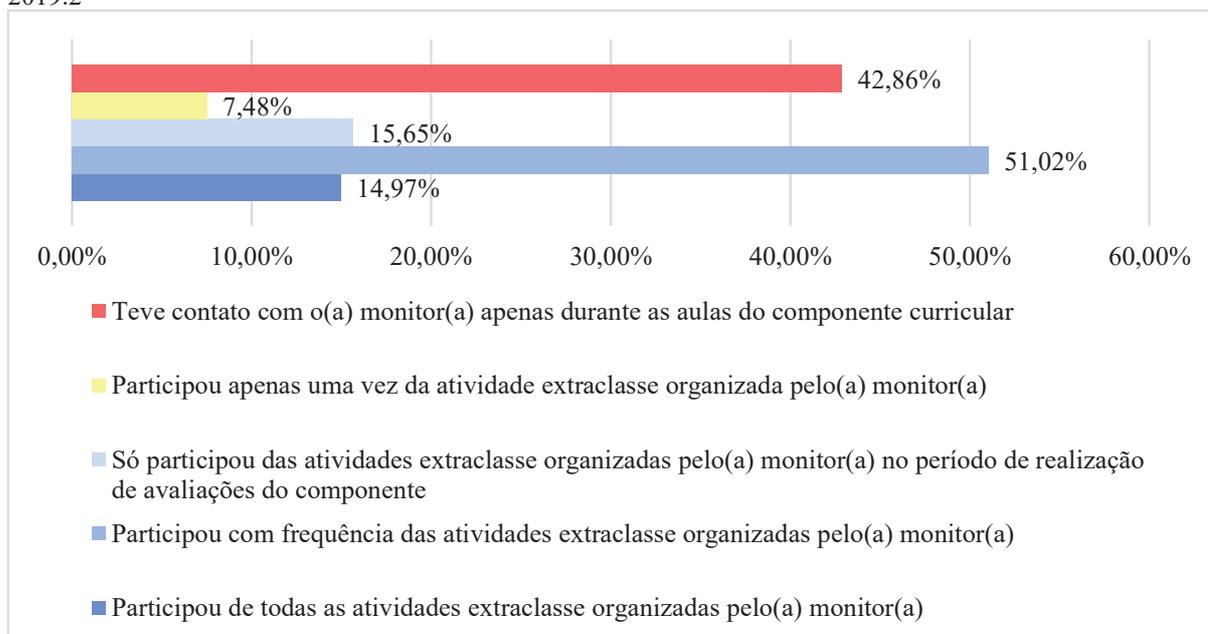


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Enquanto 23,81% dos pesquisados informaram ter participado da monitoria de apenas um componente curricular, outros 76,19% indicaram ter vivenciado experiências no Programa em mais de uma oportunidade, sendo que 16,33% participaram da monitoria de dois componentes curriculares, 17,69% de três projetos, 12,24% de quatro projetos, 2,72% marcaram a opção cinco componentes curriculares e 27,21% a opção mais de cinco componentes curriculares.

Quando questionados sobre o tipo de descrição que mais se aproximava da forma de interação com monitor(es) de um ou mais componente(s) curricular(es) no período letivo 2019.2, os monitorados demonstraram participar do Programa de diferentes formas. Como podiam marcar mais de uma opção de resposta, uma parte dos respondentes assinalaram opções à primeira vista contraditórias, a exemplo das opções, “*Tive contato com o(a) monitor(a) apenas durante as aulas do componente curricular*” e “*Participei com frequência das atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a)*”, porém como na questão anterior assinalaram ter participado de mais de uma atividade de monitoria, compreendemos que as opções marcadas podem caracterizar formas de interações diferentes em momentos distintos. Ao contabilizarmos todas as respostas apresentadas, chegamos ao resultado apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Forma de interação com monitor(es) de um ou mais componente(s) curricular(es) no período letivo 2019.2



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

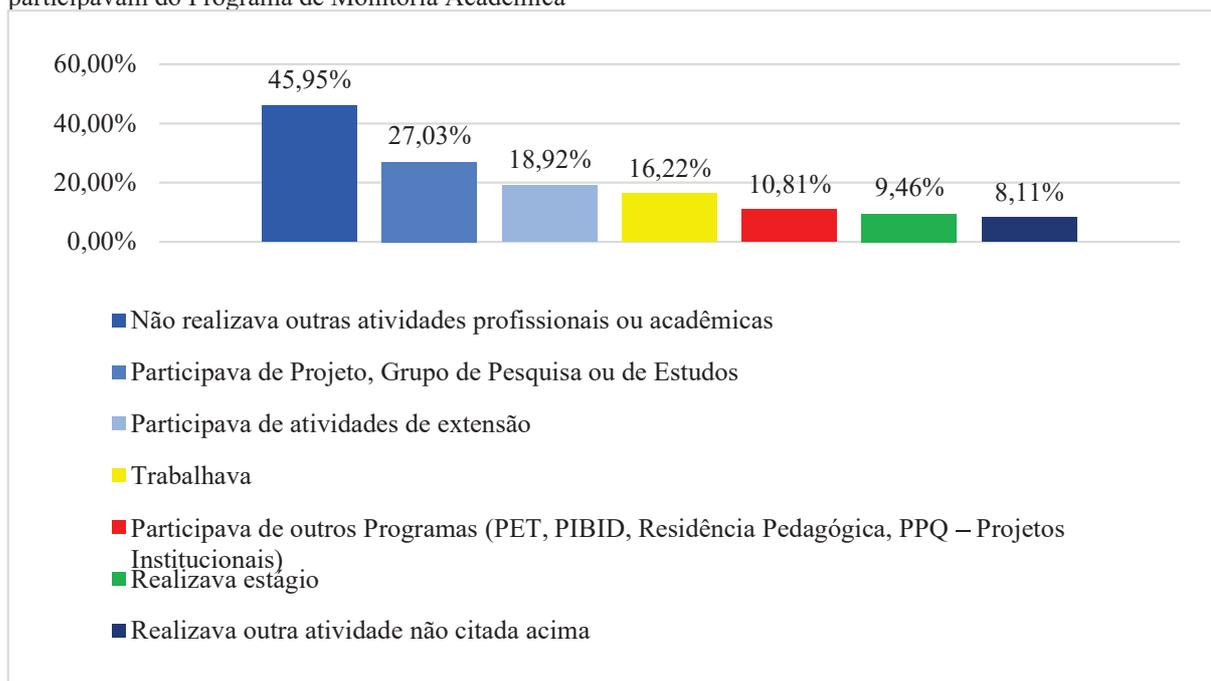
Neste podemos observar que 51,02% informaram ter participado com frequência das atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a), 42,86% indicaram que tiveram contato

com o(a) monitor(a) apenas durante as aulas do componente curricular, 15,65% registraram só ter participado das atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a) no período de realização de avaliações do componente curricular, 14,97% marcaram a opção participou de todas as atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a) e 7,48% indicaram ter participado apenas uma vez da atividade extraclasse organizada pelo(a) monitor(a).

Os dados apresentados no Gráfico 7 demonstram que, embora um pouco mais de um terço dos discentes tenham dito que o contato com o monitor ocorreu apenas durante as aulas do componente curricular e 15% dos discentes tenham buscado o auxílio dos monitores apenas durante o período de avaliações, outra parcela, composta por um pouco mais da metade dos monitorados, participaram com frequência das atividades organizadas pelos monitores.

Em uma questão sobre o desenvolvimento de outras atividades profissionais ou acadêmicas durante o semestre letivo no qual participaram da monitoria, mais da metade dos monitorados respondentes registraram desenvolver outras atividades. Conforme apresentado no Gráfico 8, 45,95% dos monitorados responderam que não realizaram outras atividades no período de participação do PMA, 27,03% informaram participar de Projetos, Grupos de Pesquisa ou de Estudo, 18,92% desenvolviam atividades de extensão, 16,22% trabalhavam, 10,81% participavam de outros programas institucionais, tais como PET, PIBID, Residência Pedagógica, PPQ – Projetos Institucionais, 9,46% realizavam estágio e 8,11% realizavam outra atividade não citada na questão.

Gráfico 8 - Atividades profissionais ou acadêmicas desenvolvidas pelos monitorados no período no qual participavam do Programa de Monitoria Acadêmica



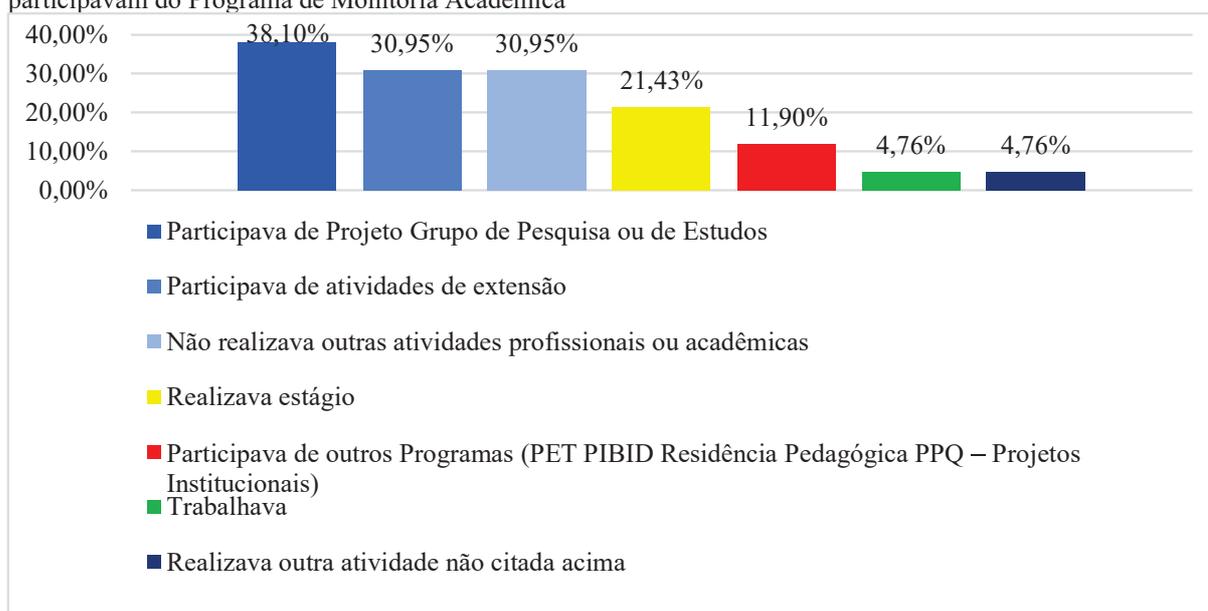
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Na questão aberta destinada a quem marcou a opção “Realizava outra atividade não citada acima”, os monitorados indicaram que também desenvolviam as seguintes atividades: auxílio na correção de provas, estudo em casa, participação em eventos, realização de aulas extras, participação de Liga Acadêmica, participação do Centro Acadêmico do Curso e do Colegiado, exerciam a maternidade e participação de Empresa Junior.

Num cruzamento dos resultados da questão referente ao desenvolvimento de atividades profissionais e acadêmicas com aquela que trata da forma de interação dos monitorados com os monitores, observamos que 36,76% dos monitorados que não desenvolviam outras atividades profissionais ou acadêmicas, isto é, 16,67% do total de respondentes, só tiveram contato com os monitores durante as aulas dos componentes curriculares vinculados à monitoria. Isso evidencia que a não participação destes discentes nas atividades extraclases organizadas pelos monitores estava relacionada a uma escolha pessoal.

No formulário eletrônico encaminhado aos monitores também buscamos saber se estes desenvolviam outras atividades profissionais ou acadêmicas. Como pode ser observado no Gráfico 9, 38,10% informaram que participavam de Projeto, Grupo de Pesquisa ou de Estudos, 30,95% não realizava outras atividades profissionais ou acadêmicas, 30,95% participavam de atividade de extensão, 21,43% realizavam estágio, 11,90% participavam de outros programas institucionais, como o PET, PIBID, Residência Pedagógica, PPQ – Projetos Institucionais, 4,76% trabalhavam e 4,76% realizavam outra atividade não citada na questão, a saber, Liga Acadêmica, Empresa Junior e Diretório Acadêmico.

Gráfico 9 - Atividades profissionais ou acadêmicas desenvolvidas pelos monitores no período no qual participavam do Programa de Monitoria Acadêmica

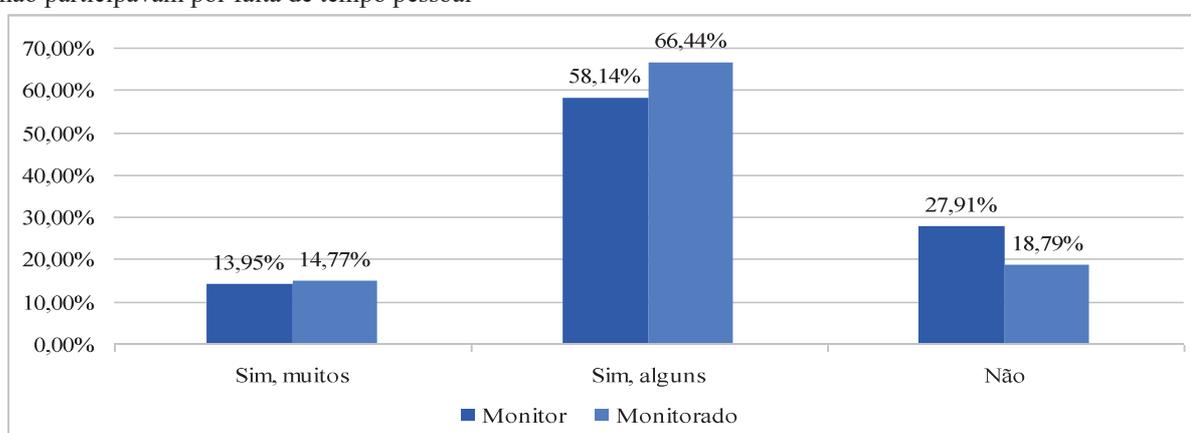


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Esses dados apontam que a maioria dos monitores que responderam à pesquisa são discentes integrados academicamente e engajados com sua formação, visto que não limitam seus estudos às atividades de ensino.

Ainda tendo em vista entender a participação no PMA, consultamos se os monitores e monitorados conheciam colegas que gostariam de participar do Programa, mas não o faziam por falta de tempo pessoal. Os dados apresentados no Gráfico 10 mostram que obtivemos taxas de respostas semelhantes desses discentes, respectivamente, 13,95% e 14,77% marcaram a opção “Sim, muitos”, 58,14% e 66,44% informaram “Sim, alguns”, e 27,91% e 18,79% indicaram não conhecer colegas que não participaram do PMA por falta de tempo.

Gráfico 10 - Conhecimento pelos monitores e monitorados de colegas que gostariam de participar do PMA, mas não participavam por falta de tempo pessoal



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao considerarmos as respostas positivas apresentadas no Gráfico 10, notamos que 72,09% dos monitores e 81,21% dos monitorados conhecem alguns colegas que gostariam de participar do PMA, mas não participam devido à indisponibilidade de tempo, seja por estarem trabalhando ou desenvolvendo outras atividades acadêmicas.

A compreensão da relevância do PMA para a formação discente perpassa também pela percepção que os participantes têm sobre como o Programa é desenvolvido, ou seja, de suas satisfações com ações que fazem o PMA acontecer. O conhecimento dessas apreciações é uma forma de *feedback* para entender as ações que podem ser continuadas, aprimoradas ou, até mesmo, extintas ou iniciadas.

Nessa perspectiva, listamos em todos os formulários eletrônicos diversas ações¹⁶ do PMA que estão relacionadas às vivências de seus participantes e solicitamos que indicassem se

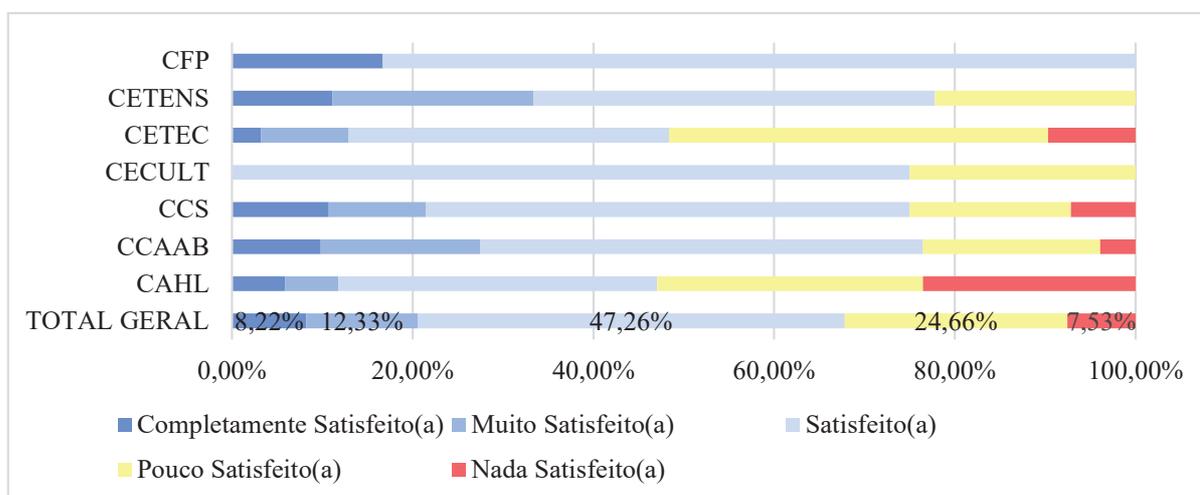
¹⁶ As ações analisadas pelos participantes da pesquisa foram elencadas pela pesquisadora com base nas normas do PMA, mas também em suas vivências enquanto era gestora do Núcleo de Programas e Projetos da Pró-Reitoria de

estavam satisfeitos com tais. Para tanto, elencamos cinco pontos em Escala *Likert*, a saber: completamente satisfeito(a), muito satisfeito(a), satisfeito(a), pouco satisfeito(a) e nada satisfeito(a).

Ao todo foram apresentadas dezesseis ações para análise, uma ação foi analisada por todas as categorias de participantes da pesquisa, outras ações foram analisadas por três, duas e até mesmo por apenas uma das categorias. Para os monitorados foram apresentadas cinco ações, das quais apenas uma foi submetida à análise dos outros participantes. Aos monitores coube analisar dez ações, das quais três foram específicas para esta categoria e sete também foram analisadas por outros participantes do PMA. Os docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria analisaram oito ações cada, todavia, uma das ações foi analisada unicamente por esses últimos.

Uma das vivências dos monitorados posta para análise foi o método de divulgação dos horários e dos locais de monitoria dos componentes curriculares, cujos níveis de satisfação podem ser observados por Centro de Ensino e de uma forma geral no Gráfico 11.

Gráfico 11 - Nível de satisfação dos monitorados com o método de divulgação dos horários e dos locais de monitoria dos componentes curricular



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

De acordo com as respostas apresentadas à questão, de todos os monitorados que a responderam, 8,22% estão completamente satisfeitos com o método de divulgação dos horários e dos locais de monitoria dos componentes curriculares, 12,33% estão muito satisfeitos, 47,26% satisfeitos, 24,66% pouco satisfeitos e 7,53% nada satisfeitos. Analisando os dados por Centro

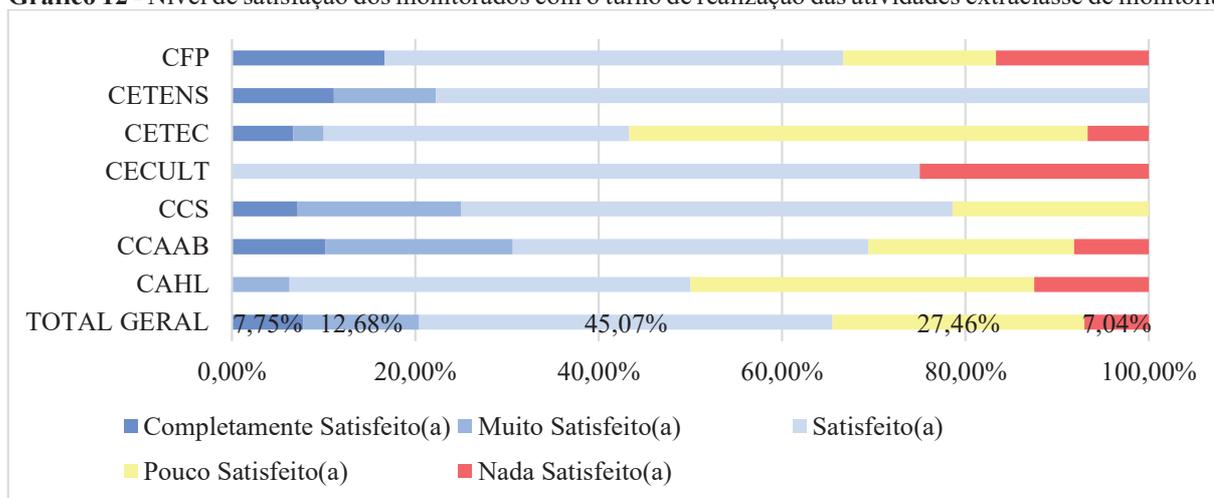
Graduação. Como os Comitês de Monitoria têm autonomia para a gestão do Programa nos Centros de Ensino, podem haver ações que não são praticadas em determinados Centros.

de Ensino é possível observar que na maioria deles¹⁷, CETENS, CCS e CCAAB, os monitorados respondentes apresentam um nível de satisfação alinhado à perspectiva geral, ao contrário do CETEC e CAHL, onde aproximadamente metade dos monitorados está pouco ou nada satisfeita com o método de divulgação dos horários e locais de monitoria.

Esses dados demonstram que, apesar de aproximadamente 70% do total de monitorados indicarem satisfação com as formas como são divulgados os horários e locais de realização das monitorias nos Centros de Ensino, sobretudo no CETEC e CAHL, é preciso aprimorar e/ou diversificar a forma de divulgação dessas informações para que as monitorias sejam acessadas facilmente pelos discentes interessados.

Outra prática analisada pelos monitorados foi o turno no qual são realizadas as atividades extraclasse de monitoria, representada no Gráfico 12. Do total de respondentes, 7,75% indicaram estar completamente satisfeitos com o turno das atividades extraclasse, 12,68% registraram estar muito satisfeitos, 45,07% marcaram a opção satisfeitos, 27,46% indicaram estar pouco satisfeitos e 7,04% nada satisfeitos.

Gráfico 12 - Nível de satisfação dos monitorados com o turno de realização das atividades extraclasse de monitoria



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Nesse contexto, observamos que há maior satisfação do que insatisfação com o turno de realização das atividades extraclasse de monitoria, entretanto, assim como na análise dos métodos de divulgação dos horários e locais, no CETEC e no CAHL, aproximadamente metade dos monitorados está pouco ou nada satisfeitos com essa ação. Em vista disso, apesar dos dados

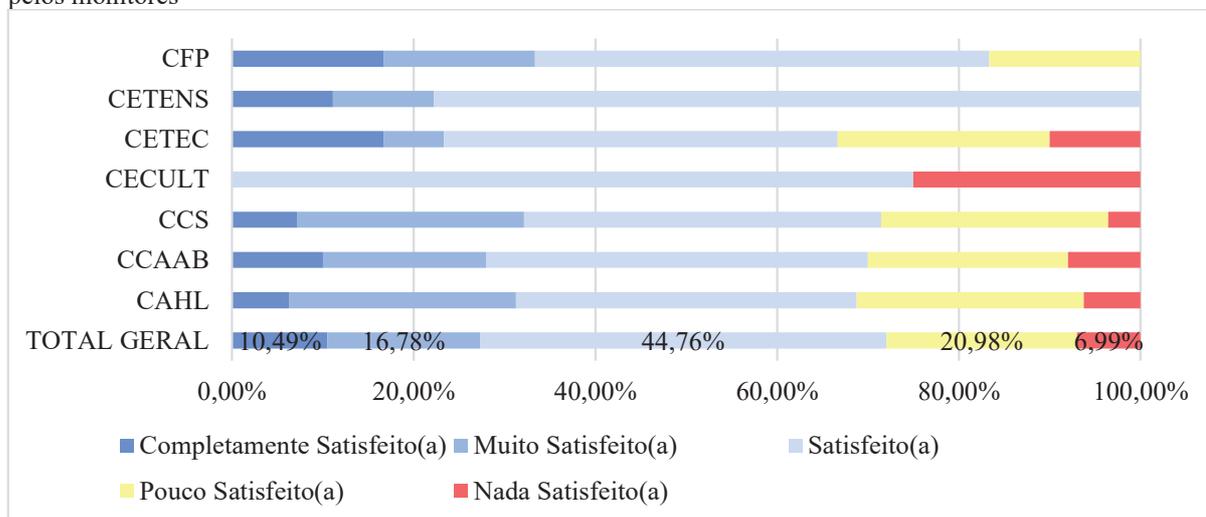
¹⁷ Conforme pode ser observada na Tabela 9, a quantidade de monitorados do CFP e CECULT que responderam aos formulários foi baixa em relação aos outros Centros de Ensino, respectivamente, 6 e 5, o que torna complexa uma comparação dos dados. Todavia, optamos por apresentar as respostas dos discentes monitorados desses Centros nos Gráficos 11, 12, 13, 14 e 15 para valorizar a participação dos respondentes e dar uma noção de sua representatividade no índice total dos dados.

indicarem ser necessário que haja uma reflexão em todos os Centros sobre como organizar as atividades extraclasse de monitoria de forma que possam contemplar uma grande quantidade de discentes, no CETEC e no CAHL, essa demanda é mais urgente.

Aos monitorados também foi solicitado que ponderassem sua satisfação com a quantidade de horários de orientação disponibilizada pelos monitores. Conforme as respostas apresentadas, registradas em porcentagem no Gráfico 13, dos monitorados que responderam à questão, 10,49% estão completamente satisfeitos, 16,78% muito satisfeitos, 44,76% satisfeitos, 20,98% pouco satisfeitos e 6,99% nada satisfeitos. Índices semelhantes foram apresentados em todos os Centros, exceto no CETENS, onde todos os respondentes registraram estar satisfeitos com a quantidade de horários de orientação.

Embora o índice de insatisfação com a quantidade de horários de orientação seja pequeno, durante o desenvolvimento dos projetos de monitoria faz-se necessário que docentes em conjunto com os monitores analisem continuamente a oferta e demanda de horários de orientação e façam as adequações de tal forma que não seja desrespeitada a carga horária e horário de atuação dos monitores.

Gráfico 13 - Nível de satisfação dos monitorados com a quantidade de horários de orientação disponibilizados pelos monitores

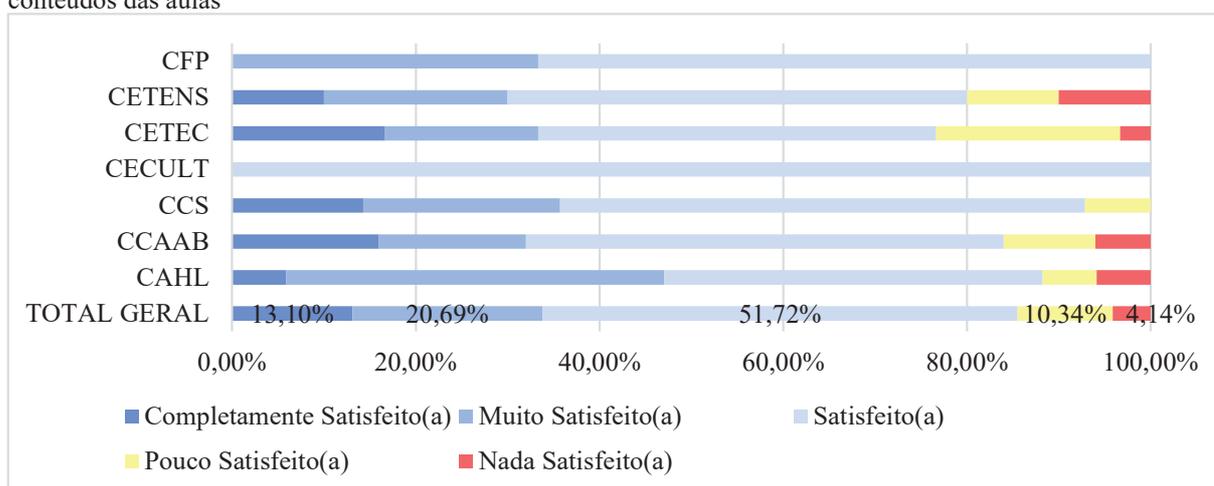


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Outra ação analisada exclusivamente pelos monitorados foi referente às metodologias utilizadas pelos monitores para revisar os conteúdos das aulas. Ao analisar o Gráfico 14 observamos que dentre todas as ações analisadas pelos monitorados, essa foi a que obteve maior nível de satisfação, visto que 13,10% estão completamente satisfeitos, 20,69% muito satisfeitos, 51,72% satisfeitos, 10,34% pouco satisfeitos e apenas 4,14% nada satisfeitos.

O resultado da análise dessa ação corrobora uma das finalidades do PMA, que é “contribuir para melhorias no processo de ensino e aprendizagem” (UFRB, 2018), visto que os monitorados reconhecem a relevância da atuação dos monitores para seu processo de aprendizagem.

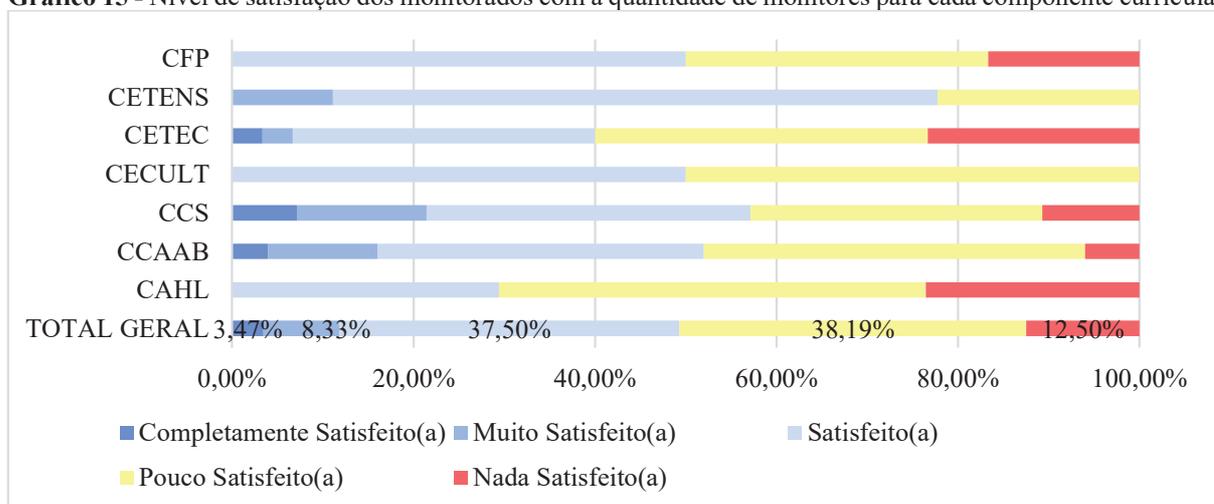
Gráfico 14 - Nível de satisfação dos monitorados com as metodologias utilizadas pelos monitores para revisar os conteúdos das aulas



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

A última ação analisada pelos monitorados foi referente à quantidade de monitores para cada componente curricular. No Gráfico 15 é possível notar que do total de monitorados respondentes, aproximadamente metade indicaram determinada satisfação e a outra metade registrou estar pouco ou nada satisfeita, o que percentualmente está assim representado: 3,47% completamente satisfeitos, 8,33% muito satisfeitos, 37,50% satisfeitos, 38,19% pouco satisfeitos e 12,50% nada satisfeitos.

Gráfico 15 - Nível de satisfação dos monitorados com a quantidade de monitores para cada componente curricular



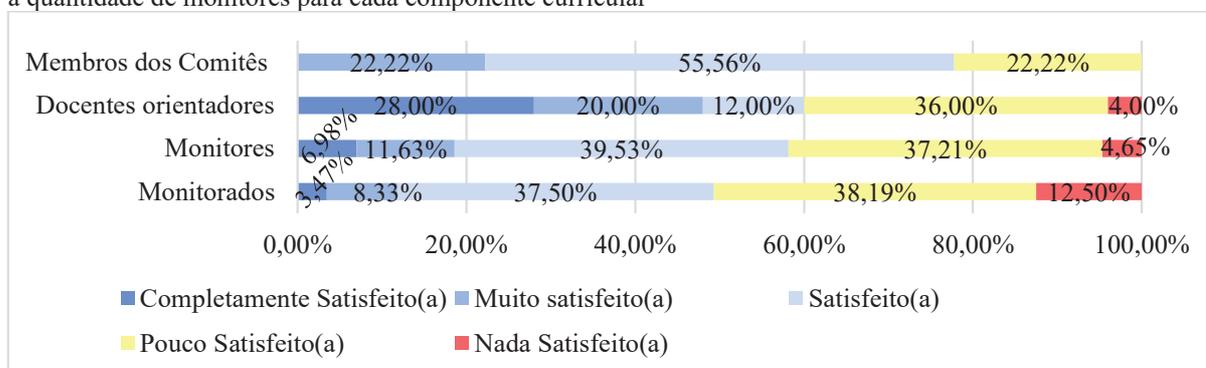
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Dando continuidade à leitura do Gráfico 15, vemos que na maioria dos Centros de Ensino os monitorados mantêm nível de satisfação semelhante quanto à quantidade de monitores por componente, exceto no CETENS, no qual foi observada maior satisfação e no CAHL, onde os poucos ou nada satisfeitos é de aproximadamente dois terços do monitorados.

A quantidade de monitores por componente curricular foi a única ação analisada por todas as categorias de pesquisados. Para que seja possível fazer um comparativo do nível de satisfação registrado, apresentamos no Gráfico 16 os percentuais encontrados. Nele se pode observar que apesar da divergência entre as opiniões dos participantes de cada categoria, praticamente um terço dos docentes orientadores e dos monitores e metade dos monitorados registraram estar pouco ou nada satisfeitos com a quantidade de monitores por componente curricular, enquanto apenas 22,22% dos membros dos Comitês que responderam à questão demonstraram-se pouco satisfeitos.

Outro ponto a ser observado é que dentre as categorias, os docentes apresentaram um maior percentual de completamente satisfeitos com 28,00%, enquanto os monitores registraram percentual de 6,98%, monitorados uma taxa de 3,47% e os membros dos Comitês não marcaram essa opção.

Gráfico 16 - Nível de satisfação de monitores, monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês com a quantidade de monitores para cada componente curricular

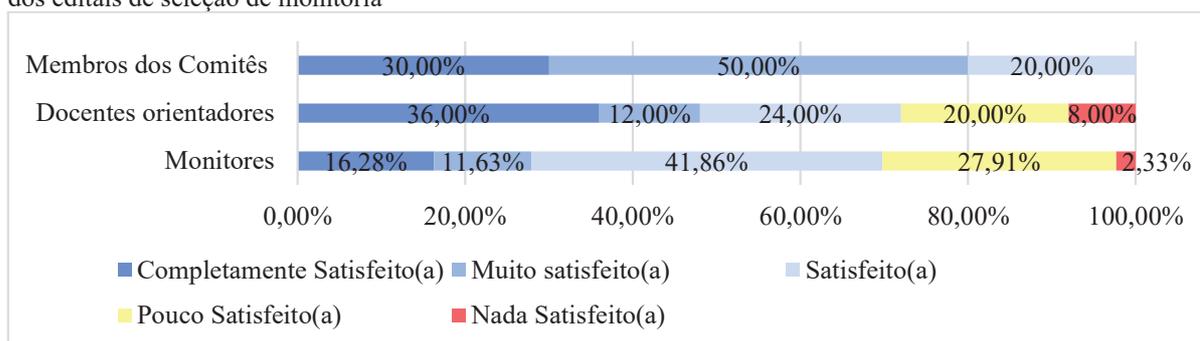


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

No que pese a inexistência nesse estudo de questão complementar para identificar se há falta ou excesso de monitores por componente curricular, é sabido que todas as categorias pesquisadas, exceto os membros dos Comitês, mostraram considerável insatisfação com a quantidade de monitores por componente curricular. Esse detalhe, e também o fato de aproximadamente um quarto dos docentes estar completamente satisfeito com a quantidade de monitores por componente curricular, aponta para a necessidade de um estudo e debate mais detalhados da ação.

A divulgação dos editais de monitoria foi outro ponto sobre o qual buscamos saber o nível de satisfação dos monitores, docentes e membros dos Comitês. No Gráfico 17, pode-se notar que, das três categorias, os membros dos Comitês são aqueles que se apresentam mais satisfeitos, seguidos pelos docentes e pelos monitores, categorias essas nas quais um pouco mais de um quarto dos respondentes estão pouco ou nada satisfeitos com a divulgação dos editais.

Gráfico 17 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a divulgação dos editais de seleção de monitoria

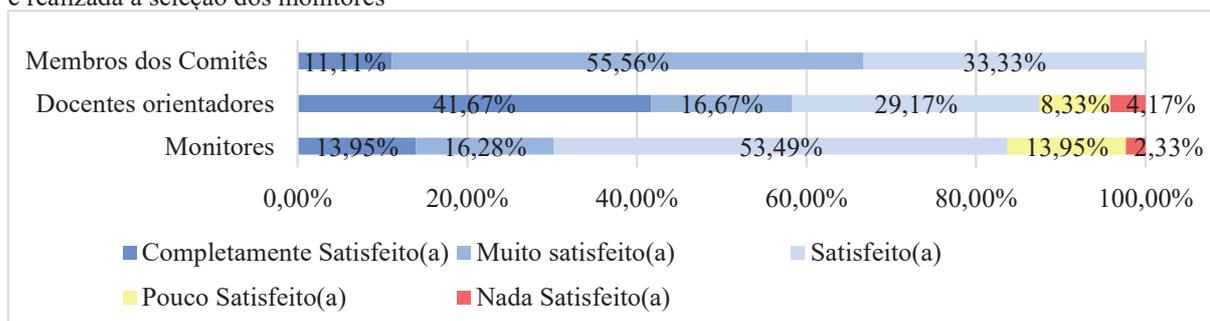


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Em que pese a pequena percentagem de respondentes pouco ou nada satisfeitos, o índice aponta que é necessário averiguar junto aos docentes e discentes o que pode ser melhorado na divulgação dos editais de monitoria para possibilitar maior acesso ao PMA.

Outra ação analisada pelas três categorias foi a forma como é realizada a seleção dos monitores. Sobre esse ponto, os resultados apresentados no Gráfico 18 mostram que, de uma forma geral, a maioria dos membros dos Comitês estão muito satisfeitos, uma boa parte dos docentes estão completamente satisfeitos e mais da metade dos monitores estão satisfeitos. O percentual de pouco ou nada satisfeitos apenas entre os docentes orientadores e monitores indica que há considerável receptividade da forma como a seleção de monitores é conduzida, contudo não deixa de ser um indício de que o processo possa ser aprimorado.

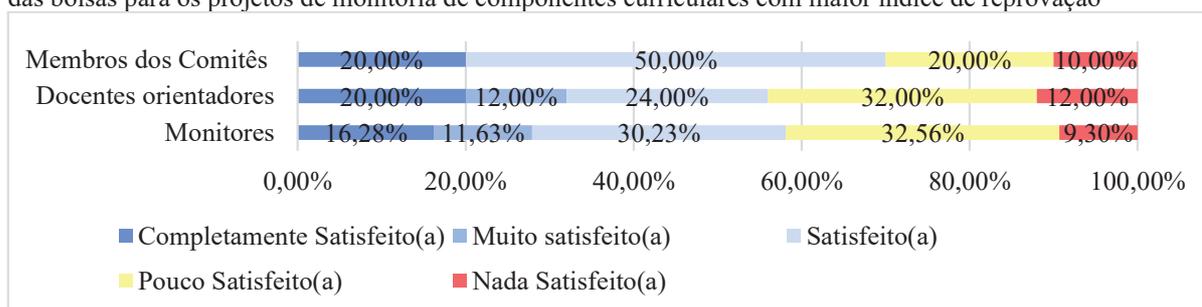
Gráfico 18 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a forma como é realizada a seleção dos monitores



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Por outro lado, quando a ação a ser analisada pelos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores foi a destinação das bolsas de monitoria para os componentes curriculares com maior índice de reprovação, pôde-se observar, conforme Gráfico 19, que dentro das três categorias há percentual considerável de pensamentos divergentes, ainda que os completamente satisfeitos, muito satisfeitos e satisfeitos estejam somando mais de 50% dos respondentes.

Gráfico 19 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a destinação das bolsas para os projetos de monitoria de componentes curriculares com maior índice de reprovação



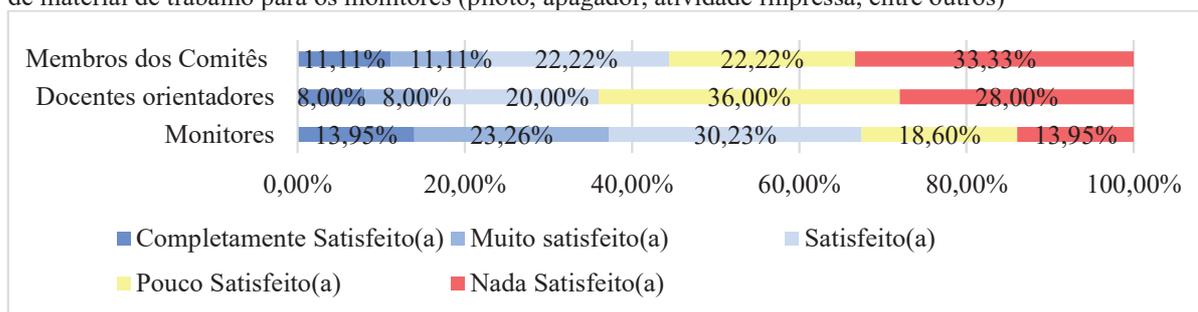
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

O fato de termos respectivamente nas três categorias 30%, 42% e 41,86% de pouco ou nada satisfeitos com as bolsas para os componentes curriculares com maior índice de reprovação aponta que um dos desafios a serem enfrentados na gestão do PMA é a promoção da discussão sobre qual metodologia deve ser empregada para a distribuição das bolsas.

O monitor enquanto participe do processo de ensino e aprendizagem também necessita de material de apoio para execução de suas atribuições. Em vista disso, solicitamos que os membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores indicassem sua satisfação com o fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros).

Conforme se pode notar no Gráfico 20, o índice de pouco ou nada satisfeitos é de mais da metade dos membros dos Comitês e dos docentes orientadores é de aproximadamente um terço dos monitores, o que indica que essa ação requer melhorias para que os monitores possam qualificar sua atuação no Programa.

Gráfico 20 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com o fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros)

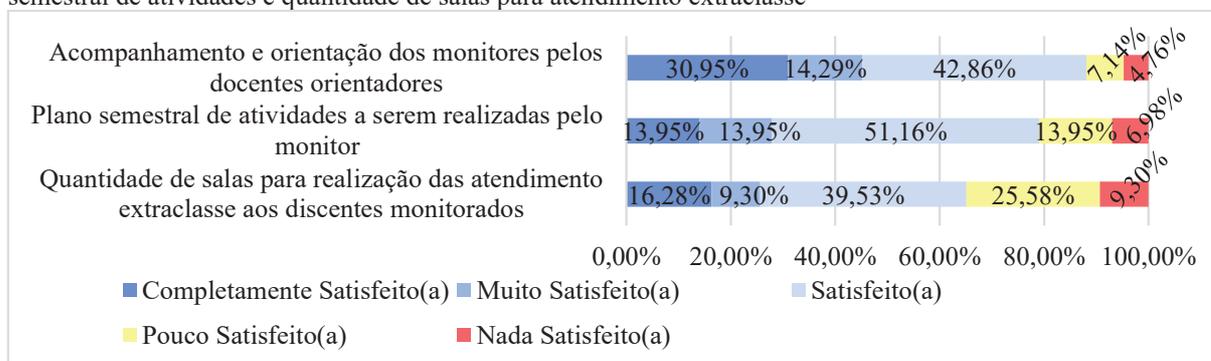


Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Outras três ações analisadas exclusivamente pelos monitores foram referentes à quantidade de salas para realização dos atendimentos extraclasse aos monitorados, o plano semestral de atividades a serem realizadas pelo monitor e o acompanhamento e orientação dos monitores pelos docentes orientadores.

Ao analisar as três atividades no Gráfico 21, é perceptível que a maioria dos monitores indicou estar satisfeita, principalmente com o acompanhamento e orientação dada pelos docentes, sobre a qual há 30,95% de completamente satisfeitos, 14,29% de muito satisfeitos, 42,86% de satisfeitos, 7,14% de pouco satisfeitos e 4,76% da nada satisfeitos.

Gráfico 21 - Nível de satisfação dos monitores com o acompanhamento e orientação pelos docentes, plano semestral de atividades e quantidade de salas para atendimento extraclasse



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

O plano semestral de atividades a serem realizadas pelo monitor e a quantidade de salas para realização dos atendimentos extraclasse dos monitorados também obtiveram níveis de satisfação elevados, respectivamente, 13,95% e 16,28% de completamente satisfeitos, 13,95% e 9,30% de muito satisfeitos, 51,16% e 39,53% de satisfeitos, 13,95% e 25,58% de pouco satisfeito e 6,98% e 9,30% de nada satisfeitos. Todavia, os percentuais de pouco ou nada satisfeitos foram maiores do que os relativos aos recebidos pelo acompanhamento e orientação,

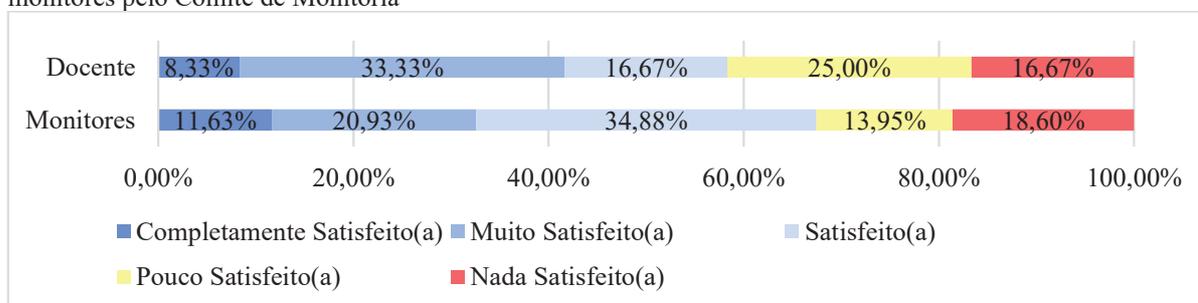
somando 20,98% quanto ao plano semestral de atividades e 34,88% quanto às salas de aula para atividades extraclasse.

A análise dessas ações pelos monitores indica que esses geralmente estão mais satisfeitos com as práticas pedagógicas inerentes ao PMA do que com os recursos físicos e estruturais básicos para o desenvolvimento do Programa. Em vista disso, é preciso realizar discussões sobre como aprimorar o apoio estrutural ao Programa.

Tendo em vista que os Comitês de Monitoria, enquanto unidades gestoras do Programa nos Centros, têm como atribuições o acompanhamento e orientação dos monitores, as dificuldades para reservas de salas e acesso aos materiais podem ser uns dos fatores que contribuíram para os níveis de satisfação dos docentes e monitores com o acompanhamento e orientação dos monitores pelos Comitês de Monitoria.

Conforme pode ser observado no Gráfico 22, o acompanhamento e orientação dos monitores pelos Comitês de Monitoria obtiveram as respectivas taxas percentuais pelos docentes e monitores: 8,33% e 11,63% de completamente satisfeitos, 33,33% e 20,93% de muito satisfeitos, 16,67% e 34,88% de satisfeitos, 25% e 13,95% de pouco satisfeitos, e, 16,67% e 18,60% de nada satisfeitos.

Gráfico 22 - Nível de satisfação dos docentes orientadores e monitores com o acompanhamento e orientação dos monitores pelo Comitê de Monitoria



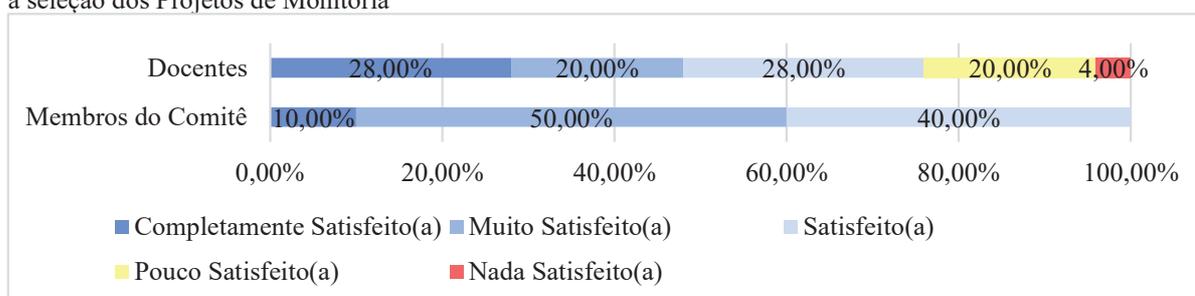
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Apesar de haver insatisfação de docentes orientadores e de monitores com o acompanhamento realizado pelos Comitês, essa não é uma unanimidade, visto que praticamente 60% dos docentes e 70% dos monitores indicaram estar pelo menos satisfeitos com a ação, o que não dispensa a necessidade de análise e discussões posteriores que viabilizem o aperfeiçoamento da atuação dos Comitês.

Quando a ação analisada foi a forma como é realizada a seleção dos Projetos de Monitoria, todos os membros dos Comitês e três quartos dos docentes orientadores mostraram-se no mínimo satisfeitos. Como nota-se no Gráfico 23, dos membros dos Comitês 10% estão completamente satisfeitos, 50% muito satisfeitos e 40% satisfeitos. Entre os docentes

orientadores 28% estão completamente satisfeitos, 20% muito satisfeitos, 28% satisfeitos, 20% pouco satisfeitos e 4% nada satisfeitos. A existência de 24% de insatisfeitos indica que de uma forma geral o método de seleção dos projetos de monitoria contempla os envolvidos, contudo, para esse um quarto de insatisfeitos ainda há o que aprimorar.

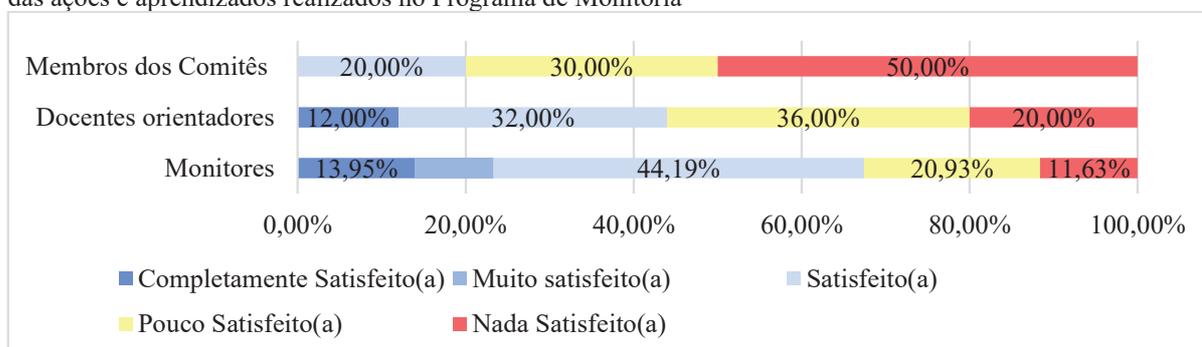
Gráfico 23 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês e docentes orientadores com a forma como é realizada a seleção dos Projetos de Monitoria



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Outra ação submetida à análise dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores, cujos índices de satisfação estão apresentados no Gráfico 24, foi a divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria. Como pode ser observado no referido gráfico, há uma alta taxa de pouco ou nada satisfeitos nas três categorias, sobretudo entre os membros dos Comitês na qual 20% estão satisfeitos, 30% pouco satisfeitos e 50% nada satisfeitos, e entre os docentes com 12% de completamente satisfeitos, 32% de satisfeitos, 36% de pouco satisfeitos e 20% de nada satisfeitos. Por outro lado, com uma menor taxa de insatisfação, 13,95% dos monitores indicaram estar completamente satisfeitos, 9,30% muito satisfeitos, 44,19% satisfeitos, 20,93% pouco satisfeitos e 11,63% nada satisfeitos.

Gráfico 24 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês, docentes orientadores e monitores com a divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria



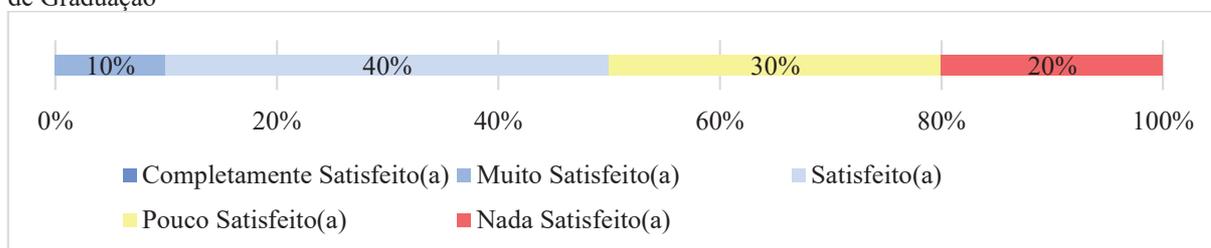
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Essas diferentes ponderações podem estar relacionadas ao fato de que, apesar de não haver previsão nas normas do PMA sobre a necessidade, e também sobre meios destinados à divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa, alguns monitores podem ter

aproveitado eventos na UFRB ou em outras instituições para divulgarem suas vivências e aprendizados consolidados no PMA. Porém, a leitura do Gráfico 24 aponta para a necessidade de formalizar meios de divulgação das experiências vividas no Programa.

Tendo em vista que a gestão do PMA é compartilhada entre a Pró-Reitoria de Graduação e os Comitês de Monitoria, instâncias entre as quais é necessária interação para andamento das ações do Programa, solicitamos que os membros dos Comitês indicassem sua satisfação com o acompanhamento do Programa pela Pró-Reitoria de Graduação. Como pode ser visualizado no Gráfico 25, há um equilíbrio entre a satisfação e insatisfação com essa ação, visto que 10% indicaram estar muito satisfeitos, 40% satisfeitos, 30% pouco satisfeitos e 20% nada satisfeitos.

Gráfico 25 - Nível de satisfação dos membros dos Comitês com o acompanhamento do Programa pela Pró-Reitoria de Graduação



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

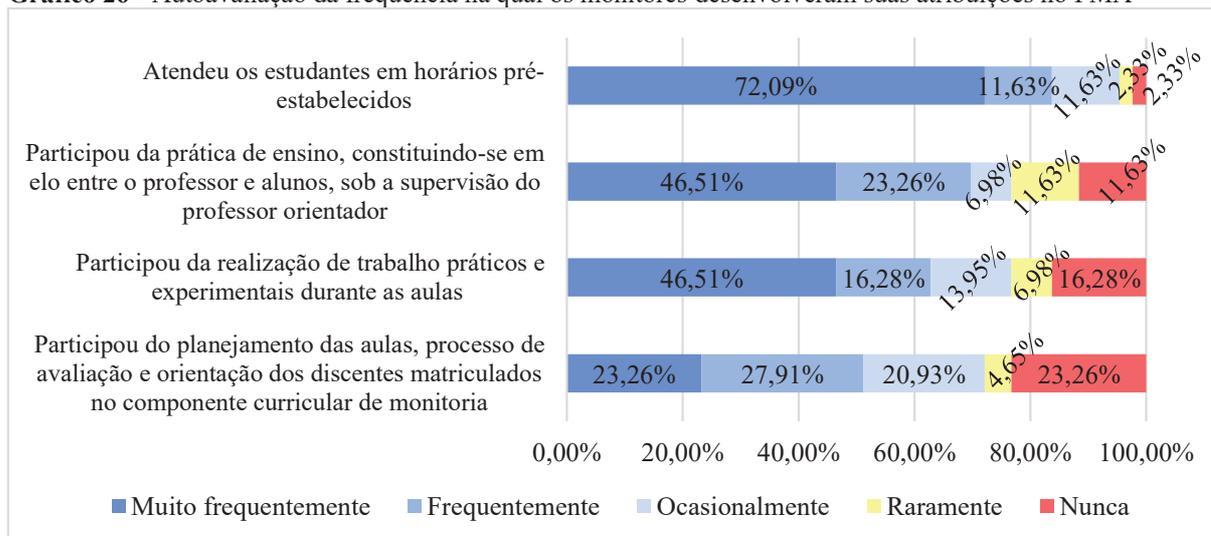
As diferentes percepções quanto ao acompanhamento do PMA pela Pró-Reitoria de Graduação, sobretudo considerando que metade dos membros dos Comitês está pouco ou nada satisfeita, levam-nos a questionar: para os Comitês, quais atividades de acompanhamento deveriam ser realizadas pela PROGRAD e esta não correspondeu? Como entre os desafios postos não há um direcionamento à PROGRAD, compreendemos que é preciso um constante diálogo entre essas instâncias para entender os anseios, delimitar atribuições e atividades fundamentais para a continuidade do alcance dos objetivos do Programa.

No processo de compreender como o PMA é desenvolvido, além de buscarmos entender o nível de satisfação com ações referentes ao Programa, consultamos monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês quanto à frequência da realização de atribuições elencadas nas normas de monitoria.

Deste modo, tendo em vista o Artigo 13º da Resolução CONAC nº 36/2010, elencamos quatro atribuições dos monitores para que esses analisassem a frequência na qual as desenvolveram. Em cada atribuição analisada, eles poderiam marcar um dos cinco pontos da Escala *Likert*, a saber: muito frequentemente, frequentemente, ocasionalmente, raramente ou nunca.

Conforme pode ser visto no Gráfico 26, ao analisar a atribuição atender estudantes em horários pré-estabelecidos, 72,09% responderam muito frequentemente, 11,63% marcaram a opção frequentemente, 11,63% indicaram que o atendimento foi realizado ocasionalmente, 2,33% marcaram a opção raramente e outros 2,33% indicaram nunca ter atendido estudantes em horário pré-estabelecidos, ou seja, a interação com os monitorados ficou restrita ao horário das aulas.

Gráfico 26 - Autoavaliação da frequência na qual os monitores desenvolveram suas atribuições no PMA



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Não é sabido se a ausência de atendimento dos monitorados em horário pré-estabelecidos foi devida à indisponibilidade do monitor ou à não procura pelos monitorados. Contudo, entendemos que a restrição da interação entre monitores e monitorados ao momento das aulas do componente curricular acaba limitando as contribuições do Programa para melhorias no processo de ensino e aprendizagem.

Outra atribuição cuja frequência de realização foi analisada pelos monitores foi a participação nas práticas de ensino, constituindo-se elo entre o professor e discentes, sob a supervisão do professor orientador. Neste quesito, 46,51% dos monitores marcaram a opção muito frequentemente, 23,26% frequentemente, 6,98% ocasionalmente, 11,63% raramente e 11,63% nunca.

Por seu turno, quando a atribuição analisada foi a participação na realização de trabalhos práticos e experimentais durante as aulas, 46,51% marcaram a opção muito frequentemente, 16,28% frequentemente, 13,95% ocasionalmente, 6,98% raramente e 16,28% assinalaram nunca.

A análise da frequência na participação do planejamento das aulas, processo de avaliação e orientação dos discentes matriculados no componente curricular de monitoria, obteve os seguintes índices: 23,26% muito frequentemente, 27,91% frequentemente, 20,93%, ocasionalmente, 4,65% raramente e 23,26% nunca.

A leitura do Gráfico 26 permite perceber que aproximadamente um quarto dos monitores não desenvolveu as três últimas atribuições ou as realizou raramente. Esse fato inspira cuidados, pois além das atribuições terem em vista o auxílio aos docentes no processo de ensino e aprendizagem, também visam ao aprofundamento de conhecimentos pelo monitor, assim como o desenvolvimento de habilidades docentes. Logo, a não execução destas pelos monitores acaba limitando o potencial do Programa em contribuir para seu processo de formação.

Além de consultarmos sobre a frequência de realização das atribuições dispostas nas normas de monitoria, questionamos os monitores se eles haviam realizado outras atividades não especificadas na questão anterior. Ao todo obtivemos quatorze respostas, porém, sete responderam não e, entre as outras sete respostas, foram indicadas a realização das seguintes atividades: proposição de métodos de avaliação, métodos e ferramentas de ensino, atendimento remoto aos monitorados, auxílio na realização de avaliações e trabalhos finais, carregar material de professor, elaboração de listas de exercícios, simulados pré-avaliações e tutoriais.

Ao analisar as atividades desenvolvidas pelos monitores, percebemos que, em sua maioria, referem-se a práticas pedagógicas para auxílio ao ensino e à aprendizagem, todavia, “carregar material de professor” não é uma delas. A esse respeito, Nunes (2007) dispõe que quando as atividades atribuídas aos monitores se resumem ao suporte técnico ao docente, tais como buscar diários, coletar apagador, fiscalizar provas, registrar frequências e notas, limpar peças de laboratório e coletar dados que não têm pertinência com a atividade docente, há um desvirtuamento do sentido formativo da monitoria. Isso limita seu potencial de contribuir para o processo de ensino e aprendizagem e para a melhoria da qualidade dos cursos.

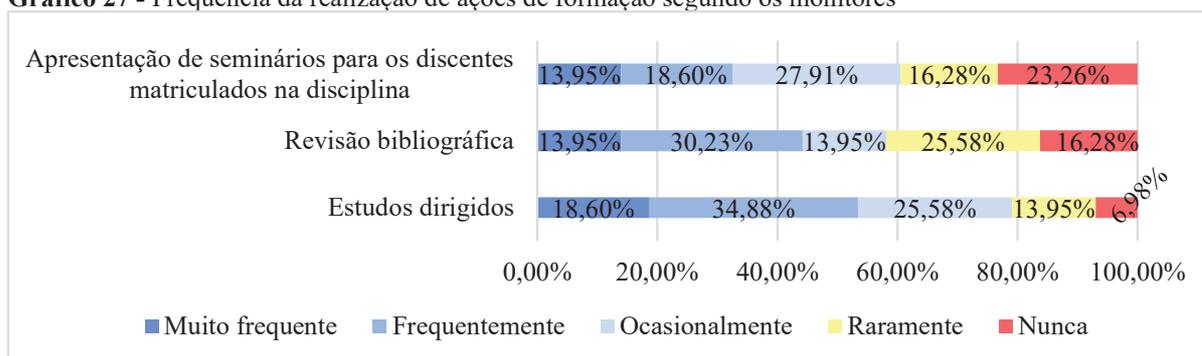
Assim como consultamos os monitores sobre a frequência de desenvolvimento de suas atribuições, questionamos também sobre a frequência de realização pelos docentes orientadores das ações de formação que visam aprofundar o conhecimento dos monitores sobre o componente curricular vinculado ao projeto de monitoria.

Tal como está exemplificado no inciso II do Artigo 14º da Resolução CONAC nº 036/2010, as ações de formação submetidas à análise dos monitores foram apresentação de seminários para os discentes matriculados nas disciplinas, revisão bibliográfica e estudos dirigidos. De acordo com o Gráfico 27, para 13,95% dos monitores a primeira ação é realizada

muito frequentemente, 18,60% consideram ser desenvolvida de forma frequente, 27,91% registraram ser ocasionalmente, 16,28% marcaram a opção raramente e 23,26% que nunca são realizadas apresentação de seminários.

A análise da frequência de realização das atividades revisão bibliográfica e estudos dirigidos apresentou, respectivamente, as seguintes taxas percentuais: 13,95% e 18,60% de muito frequente, 30,23% e 34,88% de frequentemente, 13,95% e 25,58% de ocasionalmente, 25,58% e 13,95% de raramente e 16,28% e 6,98% de nunca.

Gráfico 27 - Frequência da realização de ações de formação segundo os monitores



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

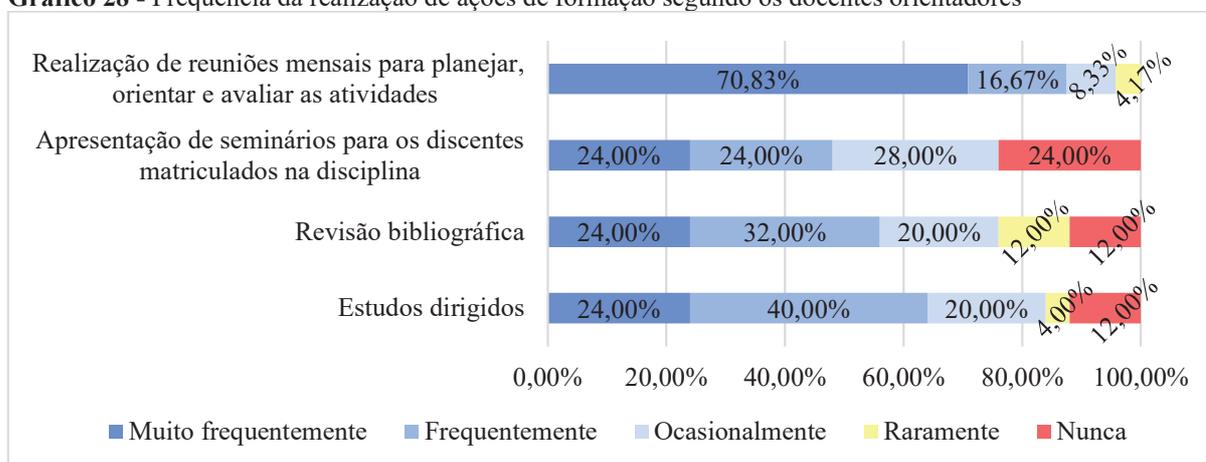
Esses dados apontam que, segundo os monitores, as atividades de formação mais desenvolvidas pelos docentes são os estudos dirigidos, seguidos pela apresentação de seminários e revisão bibliográfica. Apesar da Resolução CONAC nº 036/2010 não apresentar essas ações de formação como obrigatórias, mas sim exemplificativas, o desenvolvimento desses tipos de atividades junto aos monitores é necessário para a ampliação de seus conhecimentos, principalmente no caso dos seminários, para uma formação pedagógica e maior potencial dos monitores no auxílio aos monitorados.

Os docentes orientadores também foram chamados a analisar a frequência de realização das ações de formação. Como pode ser observado no Gráfico 28, no que se refere à frequência da realização de reuniões mensais para planejamento, orientação e avaliação das atividades, 70,83% dos docentes marcaram realizá-la muito frequentemente, 16,67% indicaram ser uma atividade frequente, 8,33% realizam-na ocasionalmente e 4,17% raramente. Quando comparamos essas taxas com aquela resultante da análise feita pelos monitores e exposta no último item do Gráfico 27, observamos que as percepções apresentam divergência, visto que 20,93% registraram que essa ação foi realizada ocasionalmente, 4,65% raramente e 23,26% nunca.

De acordo com o inciso III do Artigo 14º da Resolução CONAC nº 036/2010, é atribuição dos docentes orientadores realizar reuniões mensais para orientar e avaliar as

atividades de monitoria. Visto que essas atividades são basilares para que o monitor possa delinear sua atuação no projeto de monitoria, a não realização delas pode descaracterizar sua atuação e inviabilizar o processo de formação dos monitores e monitorados.

Gráfico 28 - Frequência da realização de ações de formação segundo os docentes orientadores



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao analisar a frequência da realização de seminários pelos monitores, de revisão bibliográfica e de estudos dirigidos, 24% dos docentes orientadores marcaram que as realizam muito frequentemente, 24%, 32% e 40% indicaram desenvolvê-las de forma frequente, 28%, 20% e 20% consideram ser ocasional, 24% marcaram nunca ter promovido seminários, 12% e 4% indicaram que raramente solicitam revisão bibliográfica e estudos dirigidos, e, 12% registraram nunca terem requerido essas duas últimas atividades.

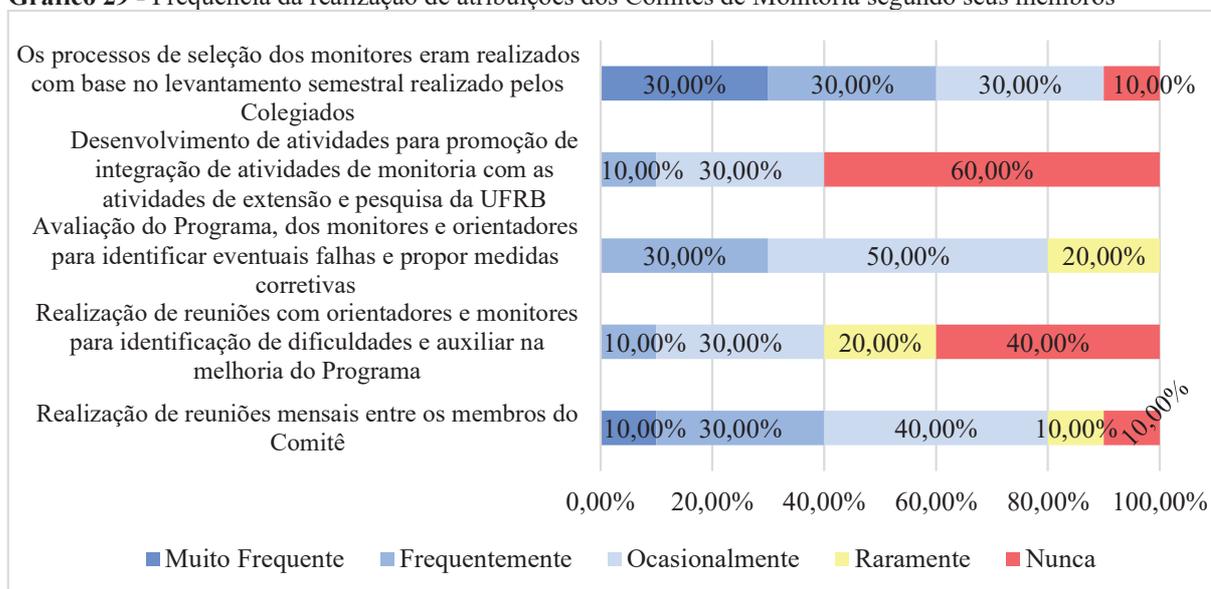
Ao compararmos a análise feita pelos monitores e pelos docentes orientadores, percebemos que a atividade de formação mais desenvolvida é o estudo dirigido e a menos realizada é a apresentação de seminários pelos monitores. Esse fato pode estar relacionado com o que um membro de Comitê de Monitoria escreveu ao analisar a relevância do Programa e se este precisava ser aprimorado. Ao registrar que há poucos relatos sobre a contribuição do Programa para o desenvolvimento de habilidades docentes, o MC 08 dispôs que uma má interpretação da impossibilidade do monitor substituir o docente na execução da aula pode estar “gerando assim uma falsa impressão de que o monitor não pode desenvolver tais atividades”.

Em vista disso, apesar de não haver uma confirmação que a não realização de seminários se dê pelo desconhecimento de que os monitores podem ministrar parte da aula aos discentes monitorados sob a supervisão do docente orientador, é preciso que as possibilidades e limites das ações dos docentes e dos monitores no PMA estejam mais explícitas a seus participantes.

A análise que os membros dos Comitês de Monitoria fazem da frequência de realização de suas atribuições, além de trazer um panorama de como o PMA vem sendo desenvolvido, faz

refletir sobre a aplicabilidade de algumas ações dispostas nas normas do Programa. Nessa perspectiva, foram apresentadas aos membros dos Comitês de Monitoria cinco atribuições dispostas no Artigo 17º da Resolução CONAC nº 036/2010 para que analisassem a frequência de realização de tais. O resultado dessas análises está disposto no Gráfico 29.

Gráfico 29 - Frequência da realização de atribuições dos Comitês de Monitoria segundo seus membros



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Ao analisar se os processos de seleção dos monitores eram realizados com base no levantamento semestral realizado pelos Colegiados, tal como orienta a norma do Programa, 30% dos membros dos Comitês marcaram a opção muito frequente, 30% indicaram ser frequentemente, outros 30% ocasionalmente e para 10% a seleção nunca era realizada com base em levantamento feito pelos Colegiados dos cursos.

Quanto à frequência do desenvolvimento de atividades para promoção de integração de atividades de monitoria com as atividades de extensão e pesquisa da UFRB, 10% dos membros dos Comitês marcaram a opção frequentemente, 30% a opção ocasionalmente e 60% apontaram que nunca foram realizadas atividades de integração da monitoria com a pesquisa e a extensão.

A atribuição avaliação do Programa, dos monitores e orientadores para identificar eventuais falhas e propor medidas corretivas foi considerada frequente por 30%, ocasional por 50% e raramente por 20% dos membros dos Comitês que responderam à pesquisa. A realização de reuniões com orientadores e monitores para identificação de dificuldades e auxiliar na melhoria do Programa foi avaliada como frequente por 10% dos membros, ocasional por 30%, rara por 20% e por 40% como nunca realizada. Essa infrequência e/ou ausência de reuniões entre os Comitês e os executores dos projetos de monitoria dificulta a reflexão sobre o que vem

dando certo e o que precisa ser aprimorado no Programa para que seus objetivos sejam alcançados.

A realização de reuniões mensais entre os membros do Comitê também foi posta em análise. Sobre essa atribuição 10% indicaram desenvolver de forma muito frequente, 30% registraram a opção frequentemente, 40% ocasionalmente, 10% raramente e 10% registraram que nunca foi realizada reunião mensal enquanto era membro do Comitê.

Tendo em vista a análise que os membros dos Comitês fazem sobre a frequência da realização de suas atribuições, percebe-se que dificilmente estes realizam atividades para promoção de integração de atividades de monitoria com as atividades de extensão e pesquisa da UFRB. A não realização dessas atividades pode estar relacionada ao fato de o Comitê caracterizar-se mais como uma instância gestora e prestadora de suporte técnico e menos como uma unidade pedagógica.

As taxas apresentadas nos três últimos itens do Gráfico 29, nos quais a soma das opções ocasionalmente, raramente e nunca representa, respectivamente, 70%, 90% e 60% das respostas, apontam para a necessidade de investigação junto aos Comitês sobre as possíveis causas da pouca frequência de realização de reuniões entre os membros, entre estes, os docentes orientadores e monitores, como também do desenvolvimento de avaliações referentes ao PMA. Compreendemos que as realizações dessas ações são essenciais para diagnosticar se o Programa está atendendo aos propósitos para os quais foi implantado ou se precisa passar por processos de aprimoramento.

As percepções dos monitores, monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria sobre como o PMA é desenvolvido, assim como sobre suas atribuições, apontam que, numa perspectiva geral, o Programa foi desenvolvido no semestre letivo 2019.2 de acordo com o parâmetro esboçado, contudo, também há indicativos de que algumas atividades precisam ser aprimoradas para ampliar seus resultados.

Além de chegarmos a essa compreensão a partir das questões referentes à análise da satisfação e frequências das ações do PMA, perguntamos aos docentes orientadores e aos membros dos Comitês se, com base em suas participações no Programa, consideravam se este precisaria ser aprimorado de alguma forma e como.

Tendo em vista que foi uma questão aberta, sistematizamos as respostas dos docentes orientadores e membros dos Comitês, apresentadas no Quadro 4 como desafios que, de acordo com os respondentes, precisam superados. Neste, organizamos os desafios em oito eixos temáticos formulados com base nos temas abordados pelos pesquisados.

De acordo com os docentes orientadores e membros do Comitês, para aprimorar o PMA é necessário melhorar a infraestrutura e disponibilidade de recursos, realizar mudanças no desenho do Programa, promover formação técnica e metodológica dos participantes, aumentar a quantidade de bolsas, aprimorar o acompanhamento do Programa, melhorar a divulgação de suas seleções, prazos, vivências e dos resultados, criar estratégias para participações mais efetivas no Programa e estimular a autonomia e proatividade dos monitores.

Quadro 4 - Desafios do PMA segundo os docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria (continua)

EIXOS TEMÁTICOS	TEMAS INICIAIS	
	Docente orientadores	Membros dos Comitês
Melhorar infraestrutura e disponibilidade de recursos	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilização de materiais didáticos e meios para realização das atividades. • Apoio para aquisição de material. 	<ul style="list-style-type: none"> • Acesso dos monitores ao sistema quando em atividade remota. • Ampliação da quantidade de salas para atendimentos em horários diversificados, principalmente nos turnos matutino e vespertino. • Horários do Circular à noite para facilitar o acesso dos estudantes e monitores aos pavilhões.
Realizar mudanças no desenho do Programa	<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar a certificação de monitor com menor carga horária de atuação. • Mudar a forma de pontuação das entrevistas. • Aumento na quantidade de monitores por componente. • Refletir sobre os critérios para monitoria remunerada. • Possibilitar a recondução do monitor por mais um semestre sem a necessidade de nova seleção. • A organização de eventos para que os discentes procurassem concorrer aos editais. • Distribuição das bolsas com base no rendimento acadêmico. 	<ul style="list-style-type: none"> • Novas normas mais abrangentes, disciplinando também as monitorias de pesquisa e extensão. • Ampliar a natureza e objetivos do Programa. • Atualização do processo de seleção. • Solicitar relatórios mensais de acompanhamento de monitores e orientadores • Mudar o formato para não contemplar com bolsas os mesmos componentes que mais reprovam. • Alteração da resolução para estabelecer prazo limite para entrega de relatório final. • Alteração da resolução para que a prova de conhecimento tenha peso maior que as entrevistas. • Ações de monitorias mais orgânicas/obrigatórias aos componentes curriculares, para que os monitorados não procurem o Programa apenas na véspera das avaliações. • Aumento no período de duração das bolsas para atrair os (bons) candidatos.
Promover formação técnica e metodológica dos participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos docentes. • Formação de todos os participantes do PMA. 	<ul style="list-style-type: none"> • Formação dos docentes que desejam participar do PMA. • Formação dos monitores sobre metodologias de ensino. • Formação dos docentes orientadores quanto aos objetivos e atribuições dos participantes. • Formação dos membros dos Comitês.

Quadro 5 - Desafios do PMA segundo os docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria (conclusão)

EIXOS TEMÁTICOS	TEMAS INICIAIS	
	Docente orientadores	Membros dos Comitês
Aumentar a quantidade de bolsas	<ul style="list-style-type: none"> Ampliação das bolsas de monitoria. 	<ul style="list-style-type: none"> Recebimento de mais bolsas. Receber mais investimentos para aumento do quantitativo de bolsas
Aprimorar o acompanhamento do Programa	<ul style="list-style-type: none"> Análise dos projetos e acompanhamento contínuo pelos Comitês. Maior interação entre os gestores do Programa e os docentes para sugestões e proposições. Adoção de ações e estratégias que visem o constante acompanhamento. 	<ul style="list-style-type: none"> Garantir periodicidade das reuniões dos Comitês. Utilização de instrumentos de avaliação e gestão de dados. Acompanhamento mais próximo das experiências em processo para maior apoio, atenção, interações e aprendizagens. “Não existe ação da PROGRAD quanto a reprovação”. Acompanhamento do Programa para saber se aumenta as aprovações e diminui os trancamentos dos componentes.
Melhorar a divulgação da seleção, prazos, vivências e dos resultados do Programa	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação prévia do período de seleção. Maior divulgação do Programa pelos meios de comunicação dos Centros. Site ou afins para divulgação dos produtos da monitoria e consequente estímulo de discentes e docentes. Divulgar a experiência dos monitores em evento com essa finalidade. Maior tempo entre divulgação dos editais e realização das provas. Divulgação da avaliação dos monitores sobre a experiência vivenciada. 	<ul style="list-style-type: none"> Divulgação da quantidade de bolsas com antecedência. Compartilhamento/divulgação das experiências. Divulgação dos resultados do Programa. Maior divulgação do PMA.
Criar estratégias para participações mais efetivas no Programa	<ul style="list-style-type: none"> Ampliar a participação dos discentes na monitoria. Realização de campanhas educativas incentivando os discentes a procurarem a monitoria. Maior cobrança do monitor para uma atuação mais comprometida. A atividade de monitor deve ter destaque na contagem de pontos para ACC. 	<ul style="list-style-type: none"> Pensar estratégias para maior frequência dos monitorados. Tornar a participação dos discentes e docentes mais atrativa para que possam atuar efetiva e propositivamente do Comitê de Monitoria, diminuindo as atribuições do Gestor e do Técnico em Assuntos Educacionais.
Estimular a autonomia e proatividade dos monitores	<ul style="list-style-type: none"> Mais autonomia para os monitores desenvolverem suas atividades. Os docentes precisam estimular os monitores a serem pró-ativos. Maior autonomia dos monitores para reservas de salas. 	

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Apesar do conteúdo apresentado no Quadro 4 ter se originado de uma pergunta aberta feita apenas aos docentes orientadores e aos membros dos Comitês, em alguns pontos ele aparenta ser uma síntese das percepções dos monitorados, monitores e dos próprios docentes e membros dos Comitês que foram apresentadas nos gráficos que compõem este tópico 5.2.

Contudo não dá para afirmar que todos os itens elencados sejam considerados unanimemente como desafios, principalmente os relacionados a mudanças no desenho do Programa, como por exemplo, “distribuição das bolsas com base no rendimento acadêmico” dos discentes, “alteração da resolução para que a prova de conhecimento tenha peso maior que as entrevistas”. Mudanças como estas precisam ser amplamente debatidas pelos gestores do Programa.

A análise da frequência de participação no PMA (Tabelas 23 e 25, Gráficos 4 e 5) demonstra que parte significativa dos docentes, membros dos Comitês, monitores e monitorados participantes da pesquisa tinham uma experiência mais consolidada no Programa, pois, respectivamente, 76% tinham desenvolvido o primeiro projeto de monitoria a mais de cinco anos, 100% dos membros participaram do Comitê por 2 anos ou mais, 51,16% dos monitores tinham exercido essa função em pelo menos duas possibilidades e 76,19% dos monitorados participaram de projetos de monitoria de mais de um componente curricular.

Os anos de experiência dos docentes refletem nos objetivos que pretendem alcançar com o desenvolvimento de projetos de monitoria, os quais, em sua maioria, estão condizentes com a política desenhada. Apesar disso, uma análise dos Gráficos 27 e 28 e da Tabela 4 indica que é preciso melhorar e ampliar a formação dos executores da política.

Embora os discentes monitorados estejam satisfeitos com a metodologia utilizada pelos monitores para revisar as aulas, consideramos, assim como os docentes e membros dos Comitês, que o PMA pode ampliar seus resultados se uma quantidade maior de discentes participar das atividades extraclasse promovidas pelos monitores. Para que isso seja possível uma das possíveis estratégias a serem adotadas é também um dos desafios registrados pelos participantes, a necessidade de maior divulgação dos Programas, dos editais, dos horários e locais de realização da monitoria, assim como das ações, resultados e dos benefícios propiciados a seus participantes, e assim sensibilizar os discentes a participarem do PMA.

O olhar sobre as percepções dos participantes da pesquisa também possibilitou apreendermos que em sua maioria os membros dos Comitês, docentes e monitores estão satisfeitos com a forma de seleção dos monitores. Porém, o mesmo não pode ser dito quanto à metodologia empregada para a distribuição das bolsas, que privilegia os componentes com maiores índices de reprovação. Os dados ainda demonstram que há insatisfação com a quantidade de monitores por componentes curriculares, como também uma demanda pelo aumento na quantidade de bolsas, de salas para realização de atendimentos pelos monitores e de recursos didáticos para esses desenvolverem suas atribuições.

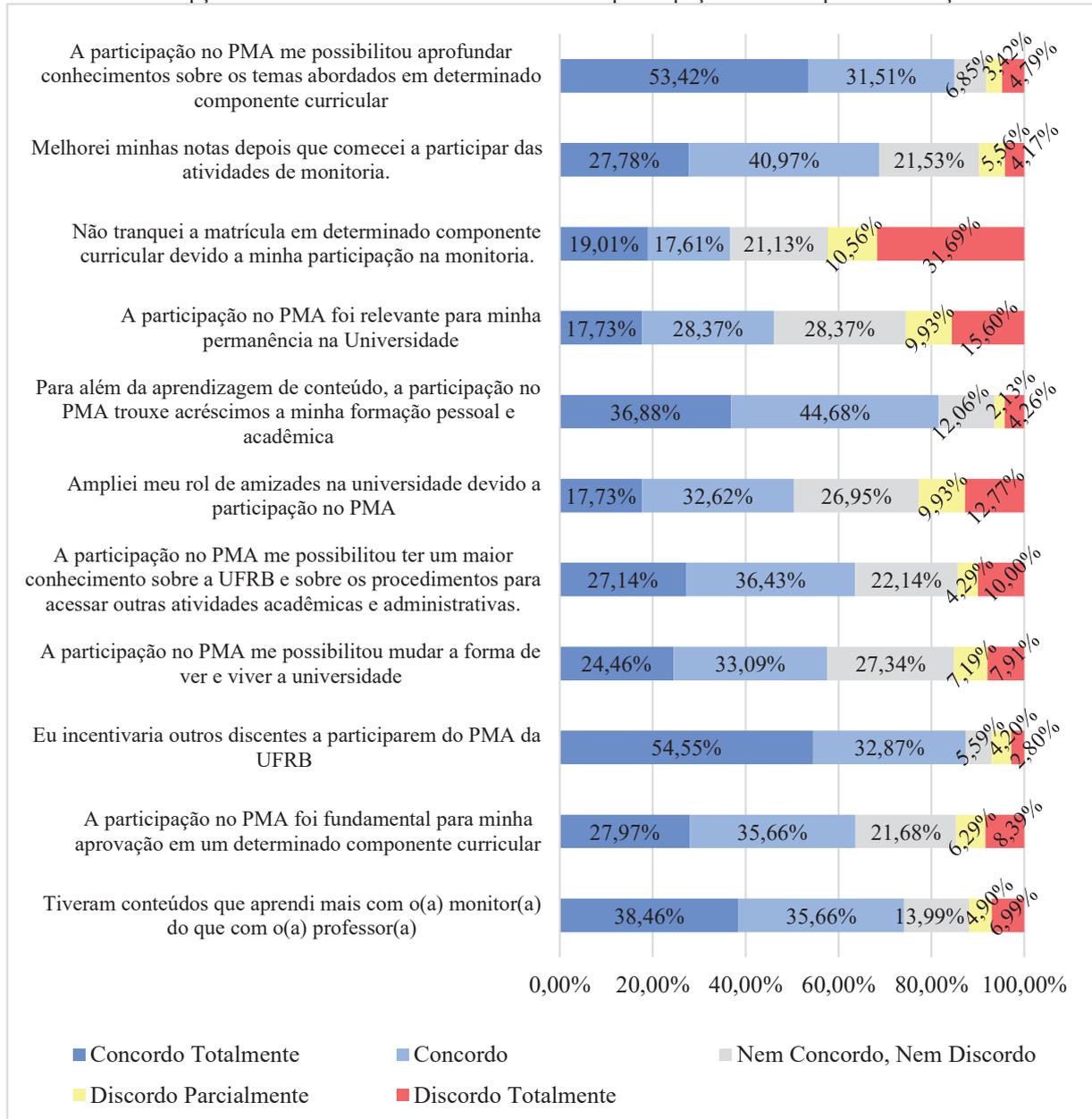
As percepções dos monitores e docentes quanto ao acompanhamento realizado pelos Comitês, e as percepções dos membros desses sobre o acompanhamento do Programa pela

PROGRAD indicam que essas ações precisam ser aprimoradas. Para isso um dos desafios a ser enfrentado, como reconhecido pelos próprios membros dos Comitês, é a garantia da periodicidade das reuniões e a participação efetiva de todos os membros, além da proposição de instrumentos para acompanhamento do Programa e de canais e momentos para uma maior interação entre os gestores do Programa, os docentes e monitores.

5.3 - CONTRIBUIÇÕES DO PMA PARA A FORMAÇÃO DISCENTE

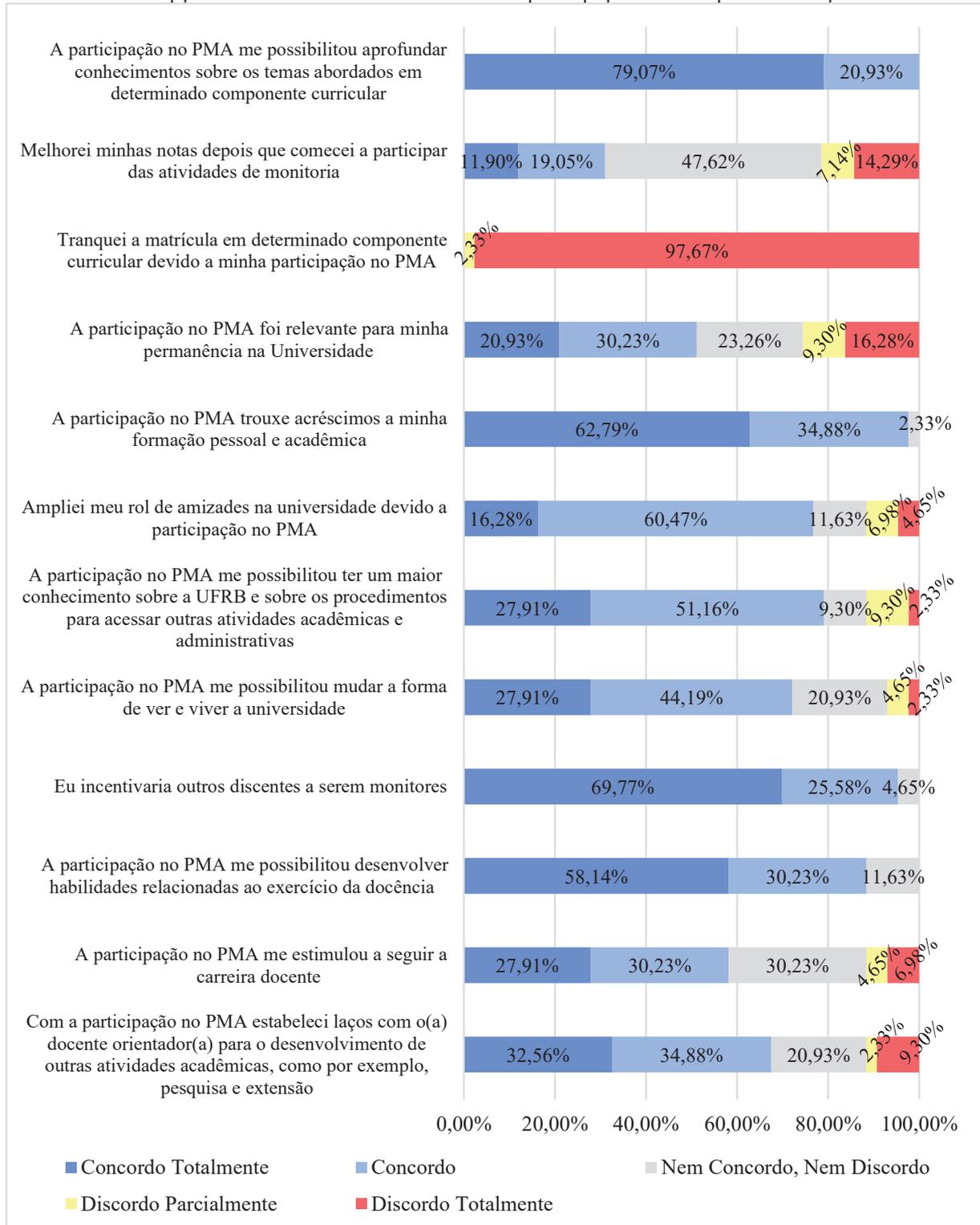
A análise de como o PMA é desenvolvido apontou que, apesar da frequência de realização das atividades e satisfação com as ações delineadoras do Programa, este precisa superar alguns desafios para seu aperfeiçoamento. No entanto, as percepções dos pesquisados também indicam que o Programa exerce influências no processo de ensino e aprendizagem.

Visando sistematizar os resultados do PMA para a formação discente, elencamos uma série de afirmações sobre as quais os discentes poderiam concordar totalmente, concordar, nem concordar, nem discordar, discordar parcialmente ou discordar totalmente. O resultado das onze afirmações analisadas pelos monitorados está apresentado no Gráfico 30 e o das doze assertivas analisadas pelos monitores está disposto no Gráfico 31.

Gráfico 30 - Percepção dos monitorados sobre a relevância da participação no PMA para a formação

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Tendo em vista que nove afirmações semelhantes foram apreciadas por ambas as categorias de discentes, a princípio apresentamos um comparativo das percepções dos monitorados e dos monitores, e, na sequência, expomos as apreciações sobre as afirmações que foram apresentadas apenas a uma das duas categorias de discentes.

Gráfico 31 - Percepção dos monitores sobre a relevância da participação no PMA para a formação

Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Um dos objetivos do PMA segundo a Resolução CONAC nº 036/2010 é “permitir ao discente ampliação de seu conhecimento na área em que está envolvido” (UFRB, 2010, p.02). Tendo em consideração esse objetivo, solicitamos que os discentes indicassem sua concordância com a afirmação “A participação nas atividades de monitoria me possibilitou

aprofundar conhecimentos sobre os temas abordados em determinado componente curricular”. Enquanto 53,42% dos monitorados concordaram totalmente, 31,51% concordaram, 6,85% nem concordaram, nem discordaram, 3,42% discordaram parcialmente e 4,79% discordaram totalmente, 79,07% dos monitores concordaram totalmente e 20,93% concordaram.

Embora exista uma diferença entre a porcentagem de monitorados e monitores que de alguma forma concordaram com a afirmação, respectivamente, 84,93% e 100%, é expressiva a quantidade de discentes que avaliaram ter aprofundado conhecimentos sobre determinado componente curricular devido à sua participação no Programa, o que demonstra uma tendência de eficácia desse objetivo do PMA.

Mas, a construção de conhecimentos nem sempre tem uma relação direta com o desempenho escolar. E isso é perceptível na análise da assertiva “Melhorei minhas notas depois que comecei a participar das atividades de monitoria”. Dentre os monitorados 27,78% concordaram totalmente com a afirmação, 40,97% concordaram, 21,53% nem concordaram, nem discordaram, 5,56% discordaram parcialmente e 4,17% discordaram totalmente. Entre os monitores 11,90% concordaram totalmente, 19,05% concordaram, 47,62% nem concordaram, nem discordaram, 7,14% discordaram parcialmente e 14,29% discordaram totalmente.

Se por um lado a diferença na quantidade de monitorados e monitores que apresentaram concordância sobre a melhoria das notas após a participação na monitoria era esperada, visto que uma das finalidades do Programa é possibilitar a diminuição dos índices de reprovação nos componentes curriculares contemplados, e os monitores já cursaram esses componentes, por outro questionamos qual o êxito acadêmico esperado do Programa, aquele limitado à obtenção de uma nota satisfatória para aprovação ou o que abrange a construção de conhecimentos que incentivarão a permanência e a contínua formação ao longo da vida?

Outra afirmação analisada pelos monitorados que vai ao encontro desta discussão foi “Não tranquei a matrícula em determinado componente curricular devido a minha participação na monitoria”. Sobre essa declaração 19,01% dos monitorados concordaram totalmente, 17,61% concordaram, 21,13% nem concordaram, nem concordaram, 10,56% discordaram parcialmente e 31,69% discordaram totalmente.

Apesar de uma maioria ter discordado ou dado uma resposta neutra à afirmação, 63,38%, é preciso destacar que de 142 monitorados que responderam à questão, 52 apontaram que deram continuidade a seus estudos em um determinado componente curricular devido à sua participação no Programa. Desse modo, apesar de o PMA não ter sido considerado determinante para a diminuição de trancamentos, para uma parte dos discentes participantes da pesquisa o Programa auxiliou na decisão de não trancar o componente curricular.

Para os monitores, a afirmação sobre a influência do PMA sobre o trancamento de componentes foi invertida numa tentativa de entender se o exercício da monitoria comprometia sua trajetória curricular. Ao analisarem a afirmação “Tranquei a matrícula em determinado componente curricular devido a minha participação no PMA”, 2,33% dos monitores discordaram parcialmente e 97,67% discordaram totalmente, resultado este que aponta uma tendência segunda a qual a experiência enquanto monitor(a) tende a somar à trajetória formativa e não o contrário.

No que se refere à afirmação sobre relevância da participação no Programa para permanência na Universidade, 17,73% dos monitorados concordaram totalmente, 28,37% concordaram, 28,37% nem concordaram, nem discordaram, 9,93% discordaram parcialmente e 15,60% discordaram totalmente. Entre os monitores, 20,93% concordaram totalmente, 30,23% concordaram, 23,26% nem concordaram, nem discordaram, 9,30% discordaram parcialmente e 16,28% discordaram totalmente.

Ao concordarem com a afirmação, um pouco menos da metade dos monitorados, isto é 46,10%, e aproximadamente metade dos monitores, 51,16%, destacaram o PMA como um dos instrumentos que contribuíram para a sua permanência na Universidade. Embora uma parte dos monitores recebam bolsas e possam ter considerado o auxílio pecuniário como um meio de subsistência e conseqüente permanência na Universidade, outra parte dos monitores, assim como os monitorados, não fez jus a um auxílio financeiro por participar do PMA, o que nos faz considerar que a influência do Programa na permanência dos discentes que concordaram com a afirmação é devida à integração acadêmica e social que este possibilita.

Corroborando essa compreensão a apreciação dos monitorados e monitores sobre a afirmação “Para além da aprendizagem de conteúdo, a participação no PMA trouxe acréscimos a minha formação pessoal e acadêmica”. Dentre os primeiros 36,88% concordaram totalmente, 44,68% concordaram, 12,06% nem concordaram, nem discordaram, 2,13% discordaram parcialmente e 4,26% discordaram totalmente. Dentre os segundos 62,79% concordaram totalmente, 34,88% concordaram e 2,33% nem concordaram, nem discordaram. Desse modo, aproximadamente 81% dos monitorados e 97% dos monitores identificam que o Programa exerceu influência sobre seu percurso formativo.

Apesar de não ser um objetivo do PMA, nem ser um dos principais motivos que fazem os discentes procurá-lo, a análise da assertiva “Ampliei meu rol de amigos na universidade devido à participação no Programa de Monitoria” corrobora o entendimento de que o Programa é um meio que auxilia no processo de integração social. Ao analisar a afirmação, 17,73% dos monitorados concordaram totalmente, 32,62% concordaram, 26,95% nem concordaram, nem

discordaram, 9,93% discordaram parcialmente e 12,77% discordaram totalmente. Entre os monitores, 16,28% concordaram totalmente, 60,47% concordaram, 11,63% nem concordaram, nem discordaram, 6,98% discordaram parcialmente e 4,65% discordaram totalmente.

Outra apreciação realizada pelos discentes que nos faz enxergar as potencialidades do PMA para além do desempenho curricular foi referente à colocação “A participação no PMA me possibilitou ter um maior conhecimento sobre a UFRB e sobre os procedimentos para acessar outras atividades acadêmicas e administrativas”. Ao analisá-la, 27,14% dos monitorados concordaram totalmente, 36,43% concordaram, 22,14% nem concordaram, nem discordaram, 4,29% discordaram parcialmente e 10,00% discordaram totalmente. Numa escala semelhante, 27,91% dos monitores concordaram totalmente, 51,16% concordaram, 9,30% nem concordaram, nem discordaram, 9,30% discordaram parcialmente e 2,33% discordaram totalmente.

Tendo em vista que a taxa de concordância foi de 63,57% dos monitorados e 79,07% dos monitores, os resultados da pesquisa apontam que o PMA tem alto potencial de auxiliar também no processo de integração acadêmica, o qual segundo Tinto e Pusser (2006) é uma das condições para o sucesso acadêmico.

Dentre as afirmações apreciadas pelos discentes, encontrava-se a seguinte: “A participação no PMA me possibilitou mudar a forma de ver e viver a universidade”. Enquanto 24,46% dos monitorados concordaram totalmente com a assertiva, 33,09% concordaram, 27,34% nem concordaram, nem discordaram, 7,19% discordaram parcialmente e 7,91% discordaram totalmente, entre os monitores 27,91% concordaram totalmente, 44,19% concordaram, 20,93% nem concordaram, nem discordaram, 4,65% discordaram parcialmente e 2,33% discordaram totalmente. Visto que aproximadamente metade dos monitorados e dois terços dos monitores concordaram com a assertiva, compreendemos que a participação no Programa viabilizou aos discentes respondentes uma reflexão e mudança de rumo nas suas trajetórias acadêmicas.

O resultado referente à apreciação da assertiva “Eu incentivaria outros discentes a participarem do PMA da UFRB” nos dá um parâmetro da relevância que o Programa tem no processo de aprendizagem e formação dos discentes, visto que a grande maioria dos monitorados e monitores apontaram que incentivariam colegas a participarem do PMA. Sobre essa afirmação 54,55% dos monitorados concordaram totalmente, 32,87% concordaram, 5,59% nem concordaram, nem discordaram, 4,2% discordaram parcialmente e 2,80% discordaram totalmente. Enquanto entre os monitores a taxa daqueles que concordaram totalmente foi de

69,77%, os que concordaram foram 25,58%, ante 4,65% que nem concordaram, nem discordaram.

As afirmações analisadas apenas pelos monitorados vão nessa mesma direção de ratificar a relevância do Programa para o processo formativo. Dos discentes que apreciaram a assertiva “A participação no PMA foi fundamental para minha aprovação em um determinado componente curricular”, 27,97% concordaram totalmente, 35,66% concordaram, 21,68% nem concordaram, nem discordaram, 6,29% discordaram parcialmente e 8,39% discordaram totalmente. O fato de mais da metade, isto é, 63,63% concordarem que o PMA foi fundamental para a sua aprovação indica que o Programa vem alcançando seu objetivo de promover o êxito acadêmico nos cursos de graduação.

Essa intervenção exitosa está relacionada à especificidade da prática de ensino, o ensino entre pares, o qual Frison e Moraes (2010, p.148) definem como “a troca entre os ‘desigualmente iguais’”. Essa compreensão é visibilizada a partir da análise da colocação “Tiveram conteúdos que aprendi mais com o(a) monitor(a) do que com o(a) professor(a)”. Isso porque 38,46% dos monitorados concordaram totalmente, 35,66% concordaram, diante de 13,99% que nem concordaram, nem discordaram, 4,90% discordaram parcialmente e 6,99% discordaram totalmente.

Da mesma maneira que a escala de concordância com as afirmações permitiu observar que no semestre letivo 2019.2 o Programa alcançou seus objetivos quanto aos monitorados, ela também demonstrou o alcance dos objetivos relacionados ao monitor. Ao analisar a assertiva “A participação no PMA me possibilitou desenvolver habilidades relacionadas ao exercício da docência”, 58,14% dos monitores concordaram totalmente, 30,23% concordaram e 11,63% mantiveram neutralidade nem concordando, nem discordando com a afirmação.

Porém, o desenvolvimento de habilidades relacionadas à docência nem sempre significa que os monitores pretendam seguir a carreira. Do total que apreciaram a assertiva “A participação no PMA me estimulou a seguir a carreira docente”, 27,91% dos monitores concordaram totalmente, 30,23% concordaram, 30,23% nem concordaram, nem discordaram, 4,65% discordaram parcialmente e 6,98% discordaram totalmente.

Embora haja diferença de quantidade entre aqueles que indicaram ter desenvolvido habilidades relacionadas ao exercício da docência, 88,37%, e aqueles que se sentiram estimulados a ser docentes, 58,14%, ainda assim foi significativa a quantidade de discentes cuja experiência na monitoria propiciou ver a docência como uma opção de profissão a seguir. Resultados estes permitem observar o quanto a monitoria acadêmica tende a ser eficaz no

processo de “recrutamento de docentes”, finalidade acentuada no Decreto nº 62.937/1968 que institucionalizou o Programa de Monitoria nas instituições federais de ensino superior.

Além da possibilidade de aprofundar conhecimentos sobre determinada área, contribuir para a permanência, desenvolver habilidades docentes, auxiliar os colegas no processo de aprendizagem e ampliar o rol de amizades, a atuação como monitor pode propiciar a intensificação da relação discente e universidade. Essa compreensão deriva da apreciação que os monitores fizeram da assertiva “Com a participação no PMA estabeleci laços com o(a) docente orientador(a) para o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como por exemplo, pesquisa e extensão”, visto que 32,56% dos monitores concordaram totalmente, 34,88% concordaram, 20,93% nem concordaram, nem discordaram, 2,33% discordaram parcialmente e 9,30% discordaram totalmente.

Os níveis de concordância dos monitorados e monitores com as assertivas que lhes foram apresentadas indicam o potencial do PMA para a formação discente e corroboram para a compreensão de que seus objetivos vêm sendo atingidos. Esse entendimento é reflexo das percepções dos discentes, dos docentes orientadores e membros dos Comitês quando analisaram com qual frequência os objetivos do Programa são alcançados.

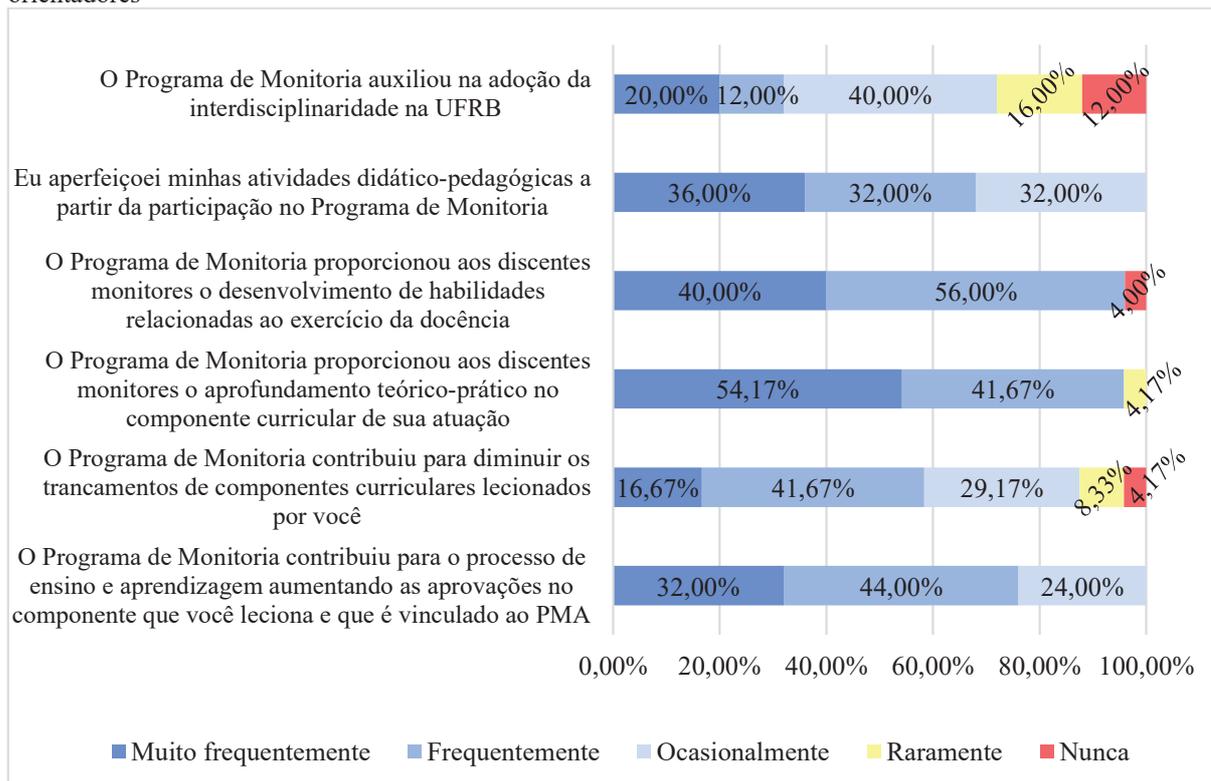
Solicitamos que ambas as categorias de participantes ponderassem sobre a frequência do alcance de seis objetivos explícitos e implícitos retirados da resolução que instituiu o PMA e também do Regulamento do Ensino de Graduação. Embora haja divergências na intensidade da frequência registrada pelos docentes, Gráfico 32, e pelos membros dos Comitês, Gráfico 33, é possível considerar que, de uma forma geral, eles avaliaram que o PMA tem obtido êxito em seus objetivos.

Quando analisaram se o PMA tem auxiliado “complementarmente na adoção da interdisciplinaridade na UFRB como princípio epistemológico”, a percepção dos docentes e dos membros dos Comitês foi a seguinte: para 20% dos primeiros o objetivo é atingido muito frequentemente, 12% marcaram a opção frequentemente, 40% indicaram que é alcançado ocasionalmente, 16% entenderam ser uma conquista rara e 12% marcaram a opção nunca. Os membros dos Comitês têm uma percepção mais pessimista. Enquanto 11,11% marcaram a opção muito frequentemente, 22,22% frequentemente, 11,11% ocasionalmente, 33,33% indicaram ser alcançado raramente e para 22,22% nunca é concretizado.

Essa percepção da maioria dos docentes e dos membros dos Comitês de que o PMA pouco auxilia na adoção da interdisciplinaridade na UFRB é compreensível, pois as próprias normas do Programa direcionam as ações de forma disciplinar. Os monitores são selecionados por componente curricular. As bolsas são destinadas aos projetos de componentes curriculares

com maior reprovação. Em vista disso, a promoção da interdisciplinaridade fica sob a responsabilidade dos docentes em seus fazeres pedagógicos. Nesse sentido cabem alguns questionamentos. Os docentes que propõem projetos de monitoria têm propriedade desse princípio? Teríamos um resultado diferente se houvesse oportunidades de reflexões conjuntas após execução dos projetos?

Gráfico 32 - Frequência na qual os objetivos do Programa de Monitoria são alcançados, segundo os docentes orientadores



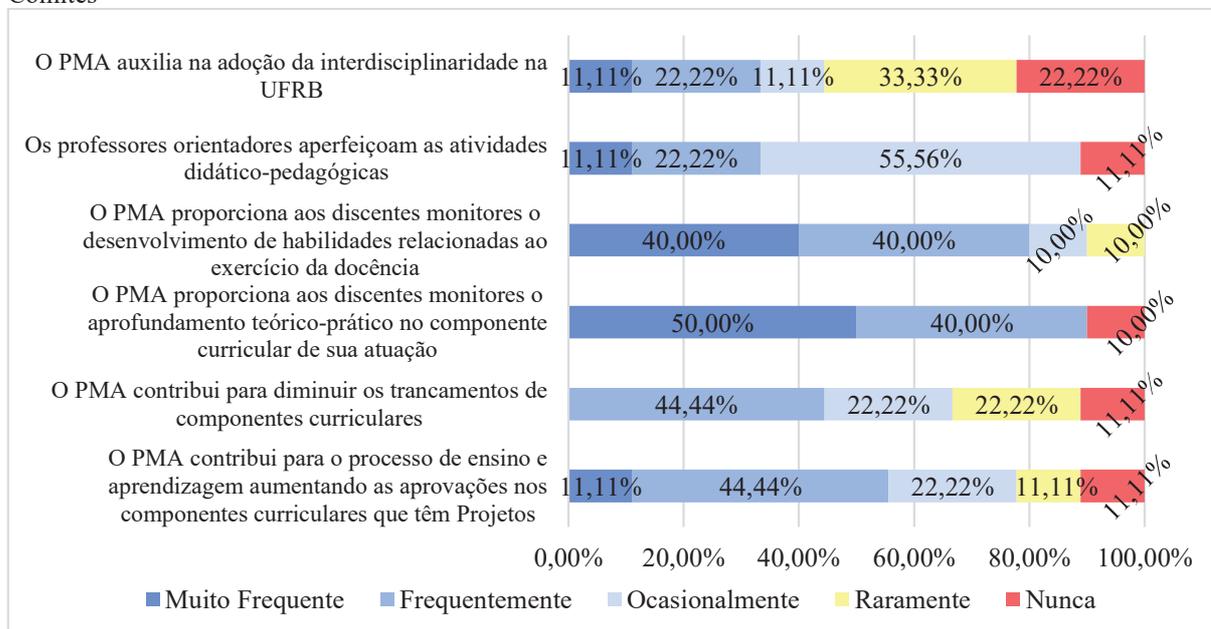
Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Dando continuidade à descrição dos resultados apresentados nos Gráficos 32 e 33, é possível observar uma divergência de percepções referente à análise do objetivo “Auxiliar os professores orientadores no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas”. Para os docentes o objetivo foi escrito com o verbo na primeira pessoa do pretérito perfeito do indicativo (aperfeiçoei). Os resultados indicam que 36% dos docentes consideraram alcançar o objetivo muito frequentemente, 32% julgaram ser uma conquista frequente e outros 32% ponderaram ter alcançado ocasionalmente.

Enquanto para os docentes há uma influência positiva do PMA para o aperfeiçoamento das atividades didáticos-pedagógicas, os membros do Comitês consideram que o aperfeiçoamento não ocorre de forma tão frequente, pois 11,11% desses marcaram a opção muito frequentemente, 22,22% julgaram que isso ocorre frequentemente, 55,56% consideraram

que ocorre ocasionalmente e 11,11% opinaram que os docentes não aperfeiçoam suas atividades didático-pedagógicas quando são contemplados com monitores.

Gráfico 33 - Frequência na qual os objetivos do Programa de Monitoria são alcançados, segundo os membros dos Comitês



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

Quando o objetivo analisado pelos docentes e membros dos Comitês foi “Proporcionar ao monitor o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência”, obtivemos um retorno similar ao dos 88,37% dos monitores que concordaram que a participação no PMA possibilitou desenvolver habilidades relacionadas ao exercício da docência.

Para 40% dos docentes esse objetivo é realizado muito frequentemente, 56% julgaram ser alcançado frequentemente e 4% marcaram a opção nunca. Em escala próxima, 40% dos membros dos Comitês consideraram que o desenvolvimento de habilidades docentes ocorre muito frequentemente, outros 40% marcaram a opção frequentemente, 10% julgaram ser uma conquista ocasional e 10% um resultado raro.

Outro objetivo sobre o qual há uma similaridade nas respostas dessas três categorias de participantes é “Proporcionar aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação”. Enquanto 79,07% e 20,93% dos monitores concordaram totalmente ou concordaram, 54,17% dos docentes apontaram que é um objetivo alcançado muito frequentemente, 41,67% marcaram a opção frequentemente e 4,17% julgaram ser um objetivo realizado raramente. Enquanto para 50% dos membros dos Comitês o aprofundamento de conhecimentos é realizado muito frequentemente, 40% analisaram que o objetivo é atingido frequentemente e 10% consideraram que nunca é concretizado.

Os docentes e os membros dos Comitês também foram solicitados a indicar a frequência da contribuição do PMA para a diminuição dos trancamentos de componentes curriculares e aumento das aprovações. Sobre a redução dos trancamentos, 16,67% dos docentes consideraram que é muito frequentemente, 41,67% registraram ser frequente, 29,17% marcaram a opção ocasionalmente, 8,33% ponderaram ser raro e 4,17% apontaram que o Programa nunca contribui para esse feito. Ao apreciar o mesmo item, 44,44% dos membros dos Comitês marcaram a opção frequentemente, 22,22% apontaram que é algo que ocorre ocasionalmente, outros 22,22% avaliaram ser uma conquista rara e 11,11% registraram que isso nunca acontece.

De forma semelhante à percepção dos outros indivíduos pesquisados, há uma concordância de que PMA possibilita aos discentes respondentes aprofundarem seus conhecimentos, porém, isso nem sempre se converte em diminuição de trancamentos ou aumento de aprovação. Ainda assim, é considerável a taxa de docentes e membros dos Comitês que ponderam haver uma frequência no aumento das aprovações.

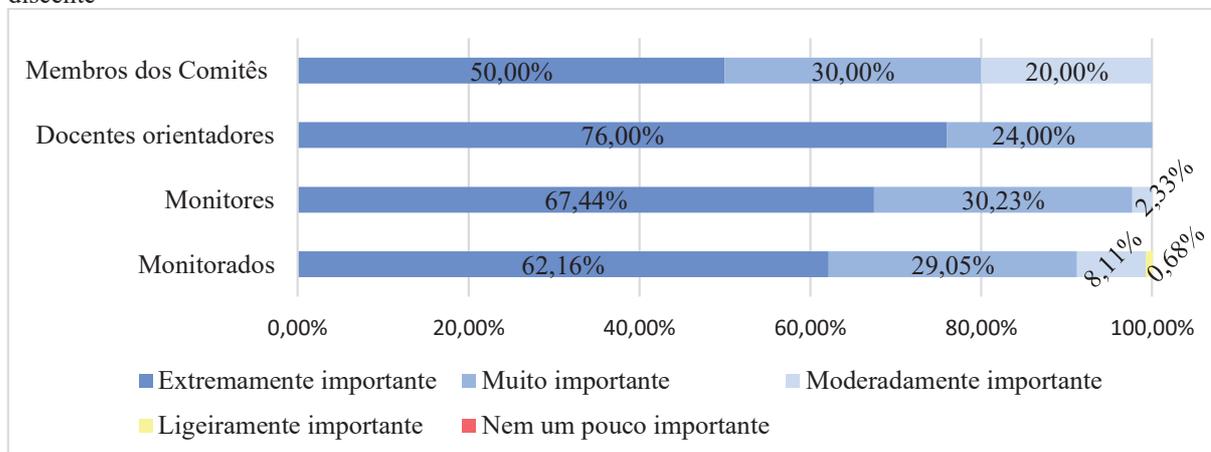
Dentre os docentes, 32% avaliaram que a participação no PMA promove um aumento muito frequente das aprovações, 44% registraram que isso ocorre frequentemente e 24% estimaram ser uma conquista ocasional. A apreciação realizada pelos membros dos Comitês gerou as seguintes taxas: 11,11% consideraram que as aprovações aumentam muito frequentemente, 44,44% marcaram a opção frequentemente, 22,22% registraram que é algo ocasional, 11,11% ponderaram que as aprovações aumentam raramente e 11,11% que nunca aumentam.

As apreciações realizadas até então pelos monitorados, monitores, docentes e membros dos Comitês auxiliaram a entender que o PMA é uma política que tende a contribuir para o processo de ensino e aprendizagem e para a vida acadêmica dos discentes, por isso é extremamente importante para a formação desses. Esse entendimento pôde ser confirmado pelo resultado da questão apresentada a todos os participantes da pesquisa: Considerando a experiência vivenciada por você, qual o grau de importância do Programa de Monitoria para a formação acadêmica?

Como pode ser analisado no Gráfico 34, diante de cinco opções de resposta que iam de “extremamente importante” a “nem um pouco importante”, enquanto 50% dos membros dos Comitês, 76% dos docentes, 67,44% dos monitores e 62,16% dos monitorados consideraram que o PMA é extremamente importante para a formação dos discentes, respectivamente, outros 30%, 24%, 30,23% e 29,05 registraram que o Programa é muito importante. Para 20% dos

membros dos Comitês, 2,33% dos monitores e 8,11% dos monitorados o PMA é moderadamente importante e 0,68% desses últimos ponderaram ser ligeiramente importante.

Gráfico 34 - Percepção dos participantes da pesquisa sobre o grau de importância do PMA para a formação discente



Fonte: Resultado de Pesquisa (2022).

O grau de importância atribuído ao PMA por todas as categorias de participantes da pesquisa, assim como a análise das afirmações pelos monitorados e monitores, e a percepção dos docentes e membros dos Comitês quanto ao alcance dos objetivos do Programa, indica que o PMA é uma política que tende a trazer contribuições para o sucesso das formações dos discentes que dele participam e, conseqüentemente, para o sucesso institucional.

A análise das percepções dos participantes da pesquisa indicou que o Programa exerceu influência sobre o sucesso normativo dos monitorados participantes da pesquisa, via melhor desempenho nas avaliações e aumento das aprovações nos componentes curriculares, assim como nos processos de integração social e acadêmica, com a ampliação do rol de amigos e dos conhecimentos dos procedimentos para acessar outras atividades acadêmicas e administrativas, as quais possibilitam mudanças nas formas de ver e viver a universidade. Além dessas conquistas, os monitorados reconheceram que a interação com os monitores foi decisiva para a aprendizagem de conteúdos não assimilados a partir da prática de ensino dos docentes.

A participação no PMA também foi profícua para os monitores no que concerne à sua permanência, ao aprofundamento de conhecimentos, à ampliação das informações sobre os procedimentos e também dos laços com os docentes para acessar outras atividades acadêmicas e administrativas, ao desenvolvimento de habilidades docentes e do interesse em seguir tal carreira, contribuindo assim para sua formação pessoal e acadêmica.

Apesar de não ser um resultado direto para a formação discente, a pesquisa ainda demonstrou que, na perspectiva dos docentes, o Programa possibilitou o aperfeiçoamento de

suas atividades didático-pedagógicas, ação que reflete nas práticas de ensino e tem o potencial de proporcionar melhorias na formação discente e na qualidade dos cursos de graduação.

Nessa perspectiva, tendo por base as percepções dos monitorados, monitores, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria participantes da pesquisa, a sistematização dos resultados do Programa aponta que no semestre letivo 2019.2 o PMA alcançou seus objetivos ao proporcionar melhorias no processo de ensino e aprendizagem, experiências exitosas nos cursos de graduação, aprofundamento de conhecimentos pelos discentes participantes e o desenvolvimento de habilidades referentes à docência, assim como estimulou o interesse pela profissão.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das percepções dos participantes do PMA da UFRB sobre o Programa demonstrou-se um meio profícuo para entender como ele é desenvolvido, o que precisa ser aperfeiçoado e os resultados que vêm proporcionando à formação discente. Se a comunidade da UFRB tem dúvidas quanto à eficácia do Programa, a leitura deste trabalho possibilitará compreendê-lo e visualizar suas contribuições a partir das lentes dos próprios participantes.

Além das benesses resultantes do Programa, a pesquisa também possibilitou visualizar fragilidades que precisam ser superadas para que o PMA possa expandir seu alcance e resultados. Desse modo, este documento configura-se como um instrumento que sistematiza um conjunto de indicadores que deve ser considerado pelos gestores da UFRB para a tomada de decisões e intervenções no Programa.

Os desafios apresentados no Quadro 4 ratificam que o PMA é transversal à Universidade e requer ações conjuntas da gestão central, a exemplo das Pró-Reitorias de Planejamento, Administração e Graduação, mediante maior disponibilização de recursos financeiros, infraestrutura física e informacional, mas também das gestões locais por meio de um apoio mais constante das gestões dos Centros de Ensino à atuação dos Comitês de Monitoria, assim como dos docentes orientadores e dos próprios monitores.

Tendo em vista as informações obtidas a partir deste estudo, ratifica-se a necessidade de uma cultura de acompanhamento e avaliação para que, caso seja preciso, ações possam ser pensadas, aprimoradas e o retorno aos participantes e à comunidade acadêmica seja mais imediato. O acompanhamento e a avaliação constantes do Programa requerem também planejamento, estabelecimento de indicadores e fornecimento de recursos.

Devido à multicampia da UFRB, foi observada a necessidade de uma atuação mais efetiva dos Comitês de Monitoria e também de seu fortalecimento. Isto é, além da realização de atribuições administrativas, é preciso intensificar um acompanhamento mais próximo aos monitores e docentes orientadores para identificar dificuldades e poder auxiliar no desenvolvimento e avaliação do Programa. Para isso, é fundamental que as atividades dos Comitês não fiquem sob a responsabilidade exclusiva dos gestores de ensino e técnicos em assuntos educacionais, como um dos membros pesquisados nos deixou entender, mas também com os representantes docentes e discente que compõem o Comitê.

O acompanhamento mais qualificado do PMA pelos membros dos Comitês e também pela Pró-Reitoria de Graduação pode ser viabilizado a partir da disponibilização de um sistema de gestão que possibilite a automatização de ações administrativas do Programa, como também

a geração e sistematização de suas informações. A diminuição de atividades administrativas e disponibilização dos dados possibilitarão centrar esforços no acompanhamento e avaliação do Programa.

Esta pesquisa ainda nos possibilitou compreender que o diálogo entre as unidades gestoras, PROGRAD e Comitês, e entre essas e os participantes do PMA é essencial ao desenvolvimento do Programa. Em vista disso, indicamos que essa interação possa ser viabilizada pelo sistema de gestão, auxiliada pela criação de fóruns de gestão e de encontros anuais abertos à comunidade, nos quais haja espaços para apresentações das experiências de monitoria, diálogos e proposições, como também para o registro escrito das vivências apresentadas.

Conforme o estudo aqui desenvolvido, essas ações de divulgação do PMA e de seus resultados viabilizarão ampliar a participação dos discentes. Mas é preciso que juntamente a ela também ocorra a ampliação das vagas de monitoria, e ainda a quantidade de bolsas e dos recursos físicos e estruturais que dão suporte às atividades desenvolvidas pelos monitores. A disponibilização de bolsas demonstrou-se um dos motivos relevantes para a participação do discente enquanto monitor, pois ao exercer essa atividade de forma remunerada é possível aprimorar sua formação, mas também garantir um meio que auxilia na sua subsistência e permanência nos espaços universitários.

A análise do Programa nos possibilitou perceber que seus resultados nem sempre são imediatos. Além do melhor desempenho nas avaliações e maior aprovação dos monitorados, ampliação dos conhecimentos e desenvolvimentos de habilidades docentes pelos monitores, o Programa demonstrou-se um espaço propício para o conhecimento e futuro engajamento em outras atividades acadêmicas e ainda para que os monitores tenham um olhar mais inclinado ao exercício da docência. Desse modo, observamos que o Programa tem tendência a proporcionar afiliação dos estudantes, êxito acadêmico e a corroborar para o sucesso dos discentes, aperfeiçoamento do trabalho docente, qualificação dos cursos e sucesso institucional.

A indicação desses benefícios do Programa e apresentação das atividades que precisam ser aprimoradas demonstram que este trabalho é um documento útil aos trabalhos desenvolvidos pela PROGRAD e pelos Comitês de Monitoria de cada Centro de Ensino. Além de poder ser benéfico aos docentes orientadores e monitores para o aperfeiçoamento de suas ações, e ainda aos docentes e discentes em geral que ao, conhecerem os resultados aqui apresentados, poderão se sentirem estimulados a participarem do PMA.

Apesar de ser um estudo aplicado a uma realidade específica, isto é, ao PMA da UFRB a partir de seus participantes no semestre letivo 2019.2, e de não podermos generalizar seus

resultados, este trabalho pode servir de base para o desenvolvimento de estudos sobre os programas de monitoria de outras instituições de ensino superior.

A quantidade de questões apresentadas na pesquisa, que abrangeu quatro categorias de participantes do PMA, gerou uma base de dados que não pôde ser totalmente explorada neste estudo. Devido a seus objetivos e limitação do tempo institucional do mestrado não foi possível esgotar as possibilidades de análise dos dados obtidos, logo estes podem resultar em futuras discussões.

Além do disposto acima, a análise do PMA possibilitou-nos entender que o lugar ocupado por tal Programa no projeto institucional, como também nas ações dos docentes e dos discentes, reflete em seus resultados. Em vista disso, convidamos a comunidade acadêmica a ler este estudo e a olhar atentamente o PMA, de forma que possa utilizar este documento para aprimorar as ações de gestão e de ensino e aprendizagem, visando ao aprimoramento constante do Programa e exploração de todo o seu potencial.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, I. Para uma conceptualização dos fenómenos de insucesso/sucesso escolares no ensino superior. *In*: TAVARES, J.; SANTIAGO, R. A. (Org.) **Ensino Superior: (In)sucesso académico**. Porto: Porto Editora, 2001. p. 11-23.
- ARAÚJO, A. M. Sucesso no Ensino Superior: Uma revisão e conceptualização. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, v. 4, n.2, p. 132-141, 2017. Disponível em: <https://revistas.udc.es/index.php/reipe/article/view/reipe.2017.4.2.3207>. Acesso em: 09 nov. 2021.
- BASTOS, M. H. C. A instrução pública e o ensino mútuo no Brasil: uma história pouco conhecida. (1808-1827). **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, p.115-133, abr. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/download/30631/pdf>. Acesso em: 03 maio 2021.
- BASTOS, M. H. C. Educação Pública e Independências na América Espanhola e Brasil: Experiências Lancasterianas no Século XIX. **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 1, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rhel/v14n18/v14n18a05.pdf>. Acesso em: 11 set. 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Reforma universitária**: relatório do grupo de trabalho criado pelo decreto nº 62.937/68. 3. ed. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1983. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002285.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 5.540, de 29 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 64.086, de 11 de fevereiro de 1969**. Dispõe sobre o regime de trabalho e retribuição do magistério superior federal, aprova programa de incentivo à implantação do regime de tempo integral e dedicação exclusiva, e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-64086-11-fevereiro-1969-405264-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 65.610, de 23 de Outubro de 1969**. Dispõe sobre a Constituição e funcionamento das Comissões Permanentes do Regime de Tempo Integral e Dedicação Exclusiva e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65610-23-outubro-1969-406926-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 05 maio 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970**. Dispõe sobre programa de participação de estudantes em trabalhos de magistérios e em outras atividades dos estabelecimentos de ensino superior federal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66315-13-marco-1970-407756-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 68.771, de 17 de junho de 1971.** Altera o Decreto nº 66.315 de 13 de março de 1970. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-68771-17-junho-1971-410540-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 73.657, de 15 de fevereiro de 1974.** Dispõe sobre o valor da bolsa especial de aluno monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Atos/decretos/1974/D73657.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 75.998, de 22 de julho de 1975.** Fixa o valor da bolsa especial de aluno Monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1975/D75998.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 79.081, de 03 de janeiro de 1977.** Fixa o valor da bolsa especial de aluno Monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1977/D79081.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 81.417, de 03 de março de 1978.** Fixa o Valor da Bolsa Especial do aluno Monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1978/D81417.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 83.316, de 09 de abril de 1979.** Fixa o valor da Bolsa Especial do aluno Monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1979/D83316.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 84.412, de 22 de janeiro de 1980.** Fixa o Valor da Bolsa Especial do Aluno Monitor, instituída pelo Decreto nº 66.315, de 13 de março de 1970. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1980/D84412.html. Acesso em: 06 maio 2021.

BRASIL. **Decreto nº 85.862, de 31 de março de 1981.** Atribui competência às instituições de ensino superior para fixar as condições de ensino superior para fixar as condições necessárias ao exercício das funções de monitoria e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-85862-31-marco-1981-435495-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 09 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 12 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 01 fev. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CES/CNE n. 583/2001.** Orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Enfermagem. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES03.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES04.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 5, de 7 de novembro de 2001.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Nutrição. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES05.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 2, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=75861-rces002-02-pdf&category_slug=novembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 3, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Odontologia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=192671-rces003-02&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 4, de 19 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fisioterapia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES042002.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 5, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Fonoaudiologia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES052002.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 6, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Terapia Ocupacional. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES062002.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 11, de 11 de março de 2002**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15766-rces011-02&category_slug=junho-2014-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 1, de 18 de fevereiro de 2003**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=120761-rces001-03&category_slug=agosto-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES 2, de 18 de fevereiro de 2003**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Biomedicina. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2003. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/ces022003.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 7, de 31 de março de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=139051-rces007-04&category_slug=janeiro-2020&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 8, de 7 de maio de 2004**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2004. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7690-rces004-08-pdf&category_slug=marco-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 2 de fevereiro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agrônoma ou Agronomia e dá outras

providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 2 de fevereiro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Florestal e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces03_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 2 de fevereiro de 2006**. Aprova as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Zootecnia e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces04_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 2 de fevereiro de 2006**. Institui Diretrizes Curriculares para o curso de graduação em Engenharia de Pesca e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces05_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 6, de 2 de fevereiro de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=5649-rces06-06&category_slug=junho-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 10, de 27 de junho de 2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_06.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 4, de 6 de agosto de 2008**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Meteorologia, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rces004_08.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 8, de 28 de novembro de 2008**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Estatística, de graduação plena, em nível superior, e dá outras

providências . Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rces008_08.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 27 de setembro de 2013**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Jornalismo, bacharelado, e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14242-rces001-13&category_slug=setembro-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 1, de 6 de janeiro de 2015**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Geologia, abrangendo os cursos de bacharelado em Geologia e em Engenharia Geológica e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16871-res-cne-ces-001-06012015&category_slug=janeiro-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 5, de 16 de novembro de 2016**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação na área da Computação, abrangendo os cursos de bacharelado em Ciência da Computação, em Sistemas de Informação, em Engenharia de Computação, em Engenharia de Software e de licenciatura em Computação, e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=52101-rces005-16-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 26 jul. 2021.

BRIGIDA, L. A. **A Gestão de Programas de Graduação: o caso do Programa de Monitoria na Universidade Federal de Juiz de Fora**. 2018. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, da Faculdade de Educação), Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2018. Disponível em: <http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2018/10/LIDIANA-APARECIDA-BRIGIDA-dissertacao-final11.10.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2019.

CENTRO Acadêmico Carlos Chagas: Departamento Científico – Atenção Monitores. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 20858, 24 mar. 1961. 1º Caderno, p. 11. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=089842_07&pasta=ano%20196&pesq=monitoria&pagfis=16825. Acesso em: 17 ago. 2021.

COULON, A. **A condição de estudante: a entrada na vida universitária**. Tradução: SANTOS, G.G.; SAMPAIO, S.M.R. Salvador: EDUFBA, 2008.

COMENIUS, I. A. **Didática Magna**. Tradução: GOMES, J. F. Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

DANTAS, O. M. Monitoria: fonte de saberes à docência superior. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (RBEP)**, Brasília, v. 95, n. 241, p. 567-589, set./dez. 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S2176-6681/301611386>. Acesso em: 09 mar. 2020.

DEE PROMOVE Encontro Estadual de Estudantes de Engenharia. **Jornal do Dia**, Rio Grande do Sul, n. 05357A, p. 3, 26 maio 1966. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=098230&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20194&pagfis=63531>. Acesso em: 17 ago. 2021.

DEMO, P. Cuidado Metodológico: signo crucial da qualidade. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 17, n. 2, p. 349-373, jul./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/se/v17n2/v17n2a07.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DIAS, A. M. I. A monitoria como elemento de iniciação à docência: ideias para uma reflexão. In: SANTOS, M. M.; LINS, N. M. (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p.37-44. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20110691428837665261ac9a0128cd2d/Monitoria.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

ENGENHARIA: Aviso. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 19164, 15 set. 1955. 1º Caderno, p. 9. Disponível: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20195&pagfis=52801. Acesso em: 17 ago. 2021.

ESCOLA de Serviço Social da P.U.C.: Aviso da Monitoria. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 19526, 18 nov. 1956. 2º Caderno, p. 8. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_06&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20195&pagfis=69402. Acesso em: 17 ago. 2021.

FALTA de professor é o grande problema da UnB aos 13 anos. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, n. 04420, p. 2, 29 abr. 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20197&pagfis=47160. Acesso em: 17 ago. 2021.

FRISON, L. M. B. Monitoria: uma modalidade de ensino que potencializa a aprendizagem colaborativa e autorregulada. **Pro-Posições**, v. 27, n. 1 (79), p. 133-153, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-7307201607908>. Acesso em: 14 nov. 2020.

FRISON, L. M. B.; MORAES, M. A. C. As práticas de monitoria como possibilitadoras dos processos de autorregulação das aprendizagens discentes. **Revista Poiesis Pedagógica**, v.8, n.2, p.144-158, ago/dez. 2010. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14064>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Microdados - Censo da Educação Superior 2019**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2019**. [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 18 nov. 2021

JESUS, D. M. O. de *et al.* Programas de monitorias: um estudo de caso em uma IFES. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v.6 n.4, out./dez. 2012. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/pca/article/view/11109/7904>. Acesso em: 11 set. 2019.

MARCHESI, A.; PÉREZ, E. M. A compreensão do Fracasso Escolar. *In*: MARCHESI, A.; GIL, C. H. (org.). **Fracasso Escolar: uma perspectiva multicultural**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 17-33.

MEDICINA: Centro Acadêmico Carlos Chagas – Biofísica. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 12015, 14 jan. 1962. Segunda Seção, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20196&pagfis=18886. Acesso em: 17 ago. 2021.

MEDICINA: Centro Acadêmico Carlos Chagas – Monitores e Candidatos a Monitor. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 11431, 19 fev. 1960. Primeira Seção, p. 9. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20196&pagfis=1281. Acesso em: 17 ago. 2021.

MEDICINA e Cirurgia: Diretório Acadêmico – Concurso para Monitor. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n. 10521, 24 fev. 1957. Segunda Seção, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20195&pagfis=58314. Acesso em: 17 ago. 2021.

MEDICINA e Cirurgia: Diretório Acadêmico – Monitoria de Histologia. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n.10887, 14 maio 1958. Segunda Seção, p. 5. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20195&pagfis=72159. Acesso em: 17 ago. 2021.

MESTRE da UnB aborda problemas de ensino. **Correio Braziliense**, Distrito Federal, n. 04227, p. 13, 23 out. 1973. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=028274_02&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20197&pagfis=39694. Acesso em: 17 ago. 2021.

MONITOR de Química Tecnológica. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, n.09137, 13 ago. 1952. Segunda Seção, p. 2. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pesq=%22monitoria%22&pasta=ano%20195&pagfis=18398. Acesso em: 17 ago. 2021.

NATÁRIO, E. G. **Programa de Monitores para atuação no Ensino Superior: Proposta de Intervenção**. 2001. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/253564/1/Natario_EliseteGomes_D.pdf. Acesso em: 11 set. 2019.

NEVES, F. M. **O Método Lancasteriano e a formação disciplinar do povo (São Paulo, 1808-1889)**. 2003. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Assis. Universidade Estadual Paulista, Assis, 2003. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/103191/neves_fm_dr_assis.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 ago. 2021.

NOTAS Sociaes: Natalicios. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, n. 09079, p. 6, 17 jan. 1924. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_03&pesq=%22monitor%22%20%22escola%20de%20medicina%22&pasta=ano%20192&pagfis=17999. Acesso em: 17 ago. 2021.

NUNES, J. B. C. Monitoria Acadêmica: Espaço de Formação. *In*: SANTOS, M. M.; LINS, N. M. (Org.). **A monitoria como espaço de iniciação à docência: possibilidades e trajetórias**. Natal, RN: EDUFRN – Editora da UFRN, 2007. p.45-57. Disponível em: <http://arquivos.info.ufrn.br/arquivos/20110691428837665261ac9a0128cd2d/Monitoria.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2020.

OLIOSI, K. Z. **Avaliação do Programa Institucional de Monitoria como Política de Melhoria do Processo de Ensino-aprendizagem no Âmbito da Universidade Federal do Tocantins – Câmpus de Palmas**. 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Pública) - Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2019. Disponível em: <http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1220?mode=full>. Acesso em: 12 set. 2020.

PAIVANDI, S. Que significa o desempenho acadêmico dos estudantes?. *In*. SAMPAIO, S. M. R.; SANTOS, G. G.; CARVALHO, A. (Org.). **Observatório da Vida Estudantil: avaliação e qualidade no ensino superior: formar como e para que mundo?**. Salvador: EDUFBA, 2015. p. 23-59.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: FEEVALE, 2013. (eBook)

QUEM é Antônio Zapalá. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, n. 00241, 13 jan. 1968. 1º Caderno, p. 14. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&Pesq=%22monitoria%22&pagfis=109857. Acesso em: 17 ago. 2021.

SANTANA, L. A. A. **O sucesso educativo de estudantes egressos de cursos de graduação da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB**. 2017. Tese (Doutoramento - Ciências da Educação Especialidade em Sociologia da Educação), Instituto de Educação da Universidade do Minho, Braga, PT, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/48707>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SILVA, S.; RAMALHO, N.; PASSOS, A. *et al.* Abordagens do Sucesso, Insucesso e abandono no Ensino Superior. *In*: MENDES, J. M.; CAETANO, A.; FERREIRA, J. M. C. (org.) **Sucesso e abandono no Ensino superior em Portugal**. Coimbra: Edições Almedina, 2016. p. 19-46.

TINTO, V.; PUSSER, B. **Moving From Theory to Action: Building a Model of Institutional Action for Student Success**. Commissioned paper presented at the 2006 Symposium of the National Postsecondary Education Cooperative (NPEC), 2006, June. p. 57. Disponível em: https://nces.ed.gov/npec/pdf/Tinto_Pusser_Report.pdf. Acesso em 04 nov. 2021.

UNIVERSIDADE de Caxias do Sul: Concurso para Seleção de Docentes. **Prefeitura de Caxias do Sul**, Caxias do Sul, n. 00022, p. 27, 24 jan. 1976. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=885959&pesq=%22monitoria%22&pa sta=ano%20196&pagfis=26688>. Acesso 17 ago. 2021.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Atividades 2006/2007**. Cruz das Almas, 2008a. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao?download=981>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Acadêmico. **Resolução nº 007/2008, de 03 de abril de 2008**. Dispõe sobre a instituição do Programa de Monitoria na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas: Conselho Acadêmico, 2008b. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/resolucao_07_08.pdf. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Acadêmico. **Resolução nº 036/2010, de 21 de outubro de 2010**. Dispõe sobre a Reformulação da Resolução 007/2008 que institui o Programa de Monitoria na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas: Conselho Acadêmico, 2010. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/resolucao-36-10-conac.pdf.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Acadêmico. **Resolução nº 007/2011, de 13 de abril de 2011**. Dispõe sobre alteração na Resolução 036/2010, no Art. 5º, inciso II, § 1º, no Art. 16º, inciso II e nos Anexos I, II, III, IV e VI. Cruz das Almas: Conselho Acadêmico, 2011a. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/resolucao-07-11-conac.pdf.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2011**. Cruz das Almas, 2011b. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2012**. Cruz das Almas, 2012. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Acadêmico. **Resolução nº 051/2013, de 18 de dezembro de 2013**. Dispõe sobre alteração na Resolução Nº 036/2010, em seu artigo 7º, inciso III. Cruz das Almas: Conselho Acadêmico, 2013a. Disponível em: https://ufrb.edu.br/soc/components/com_chronoforms5/chronofoms/uploads/documento/resolucao-051-13-conac.pdf. Acesso em: 21 dez. 2017.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2013**. Cruz das Almas, 2013b. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2014**. Cruz das Almas, 2014. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2015**. Cruz das Almas, 2016. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2016**. Cruz das Almas, 2017a. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Conselho Acadêmico. **Regulamento do Ensino de Graduação**. Cruz das Almas: Conselho Acadêmico, 2018a. Disponível em: <https://ufrb.edu.br/portal/images/documentos/2018/reg-ufrb-2018.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2017**. Cruz das Almas, 2018b. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2018**. Cruz das Almas, 2019a. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao>. Acesso em: 17 out. 2020.

UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2030)**, 2019b. Disponível em: https://www.ufrb.edu.br/soc/images/PDI_2019-2030_1.pdf. Acesso em 28 jul. 2021.

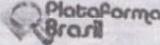
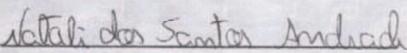
UFRB, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Pró-Reitoria de Graduação. **Relatório de Gestão Setorial do Exercício de 2019**. Cruz das Almas, 2020. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/relatorios-de-gestao?download=1557:relatorio-de-gestao-do-exercicio-de-2019>. Acesso em: 17 out. 2020.

VIEIRA, Lucas Rocha. **“Monitoria é tirar dúvida, não é dar aula”**: significações construídas em um programa de monitoria de uma universidade federal brasileira sob a perspectiva do construcionismo social. 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/35137>. Acesso em: 12 set. 2020.

WERNER Rocha assume vice-diretoria da FDC. **Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados**, Paraná, n. 07262, 5 ago. 1979. 2º Caderno, s/p. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=761672&pesq=%22monitoria%22&pa sta=ano%20195&pagfis=105337>. Acesso em: 17 ago. 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Folha de Rosto para pesquisa envolvendo seres humanos

 MINISTÉRIO DA SAÚDE - Conselho Nacional de Saúde - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP FOLHA DE ROSTO PARA PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS			
1. Projeto de Pesquisa: O PROGRAMA DE MONITORIA ACADÊMICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA PARA A FORMAÇÃO DISCENTE			
2. Número de Participantes da Pesquisa: 1298			
3. Área Temática:			
4. Área do Conhecimento: Grande Área 6. Ciências Sociais Aplicadas			
PESQUISADOR RESPONSÁVEL			
5. Nome: NATALI DOS SANTOS ANDRADE			
6. CPF: 037.796.305-40		7. Endereço (Rua, n.º): ULYSSES GUIMARAES, nº 149 SUSSUARANA Ed. Sinta Ap. 201 SALVADOR BAHIA 41213000	
8. Nacionalidade: BRASILEIRO		9. Telefone: 75988336189	10. Outro Telefone:
		11. Email: natali.andrade@ufrb.edu.br	
Termo de Compromisso: Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas complementares. Comprometo-me a utilizar os materiais e dados coletados exclusivamente para os fins previstos no protocolo e a publicar os resultados sejam eles favoráveis ou não. Aceito as responsabilidades pela condução científica do projeto acima. Tenho ciência que essa folha será anexada ao projeto devidamente assinada por todos os responsáveis e fará parte integrante da documentação do mesmo.			
Data: <u>31</u> / <u>05</u> / <u>2021</u>		 Assinatura	
INSTITUIÇÃO PROPONENTE			
12. Nome: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB		13. CNPJ: 07.777.800/0001-62	14. Unidade/Orgão:
15. Telefone: (75) 3621-1293		16. Outro Telefone:	
Termo de Compromisso (do responsável pela instituição): Declaro que conheço e cumprirei os requisitos da Resolução CNS 466/12 e suas Complementares e como esta instituição tem condições para o desenvolvimento deste projeto, autorizo sua execução.			
Responsável: <u>Elvis Lima Vieira</u>		CPF: <u>268.032.085-91</u>	
Cargo/Função: <u>Diretor de Centro</u>		 Elvis Lima Vieira Diretor CCAAB - UFRB Assinatura	
Data: <u>01</u> / <u>06</u> / <u>21</u>		CNPJ: 0205621	
PATROCINADOR PRINCIPAL			
Não se aplica.			

APÊNDICE B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa “O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente”. Sua participação é muito importante para um conhecimento mais aprofundado do Programa e de seus resultados, contudo a participação não é obrigatória, e, a qualquer momento, você poderá desistir de participar, deixar de responder alguma(as) questão(ões) e retirar seu consentimento sem que seja necessário apresentar explicação ou justificativa, basta enviar um e-mail para: natali.andrade@ufrb.edu.br informando a desistência de participar da pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo para você, sua relação com a pesquisadora ou com a UFRB. Ressaltamos que antes de ter acesso e responder às perguntas apresentadas no questionário, é preciso que você conheça as informações presentes nesse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e, caso tenha 18 anos ou mais e concorde com o que está estabelecido, marque a opção CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO DE CONSENTIMENTO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Título da Pesquisa: O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente.

Nome da responsável: Natalí dos Santos Andrade.

Informações da pesquisa: Desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social da UFRB para que a pesquisadora obtenha grau de mestre, essa pesquisa tem por objetivo analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Tendo em vista a possibilidade de ampliação de conhecimento sobre esta política educacional, de seus reflexos na formação discente e à construção de diretrizes que permitam a ampliação dos benefícios do Programa para os discentes, docentes e para a Universidade, a pesquisa será realizada via levantamento de dados documentais, mas também por meio do levantamento de dados via questionários destinados aos discentes, docentes e gestores do Programa. Uma cópia do questionário será disponibilizada para o(a) respondente. Os dados serão analisados e poderão resultar em publicações, mas será assegurado o sigilo de todos os participantes.

Benefícios: Ao participar dessa pesquisa você estará contribuindo conhecer os reflexos do Programa de Monitoria da UFRB para a formação discente, assim como para viabilizar a produção de um relatório técnico e a proposição de diretrizes que possibilitem o aprimoramento do Programa potencializando suas contribuições para o processo de ensino e aprendizagem na UFRB.

Desconfortos e Riscos: Esta pesquisa foi pensada e estruturada buscando minimizar a ocorrência de desconfortos e riscos. Porém, enquanto pesquisadora, cabe destacar que você candidato(a) a participante desse estudo pode sentir desconforto ao responder alguma(s) da(s) questão(ões) posta(s) no questionário, e, caso isso aconteça, fique à vontade para deixar de responder a questão ou até mesmo o questionário. As informações obtidas por meio dessa pesquisa serão confidenciais e será assegurado o sigilo de sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação, pois em nenhum momento será exposto o seu nome em qualquer fase do estudo. Quando for necessário exemplificar determinada situação, sua privacidade será assegurada uma vez que seu nome será substituído pelo tipo de participação acompanhado de números (exemplos: monitor(a) 01; monitorado(a) 02). Contudo,

tendo em vista que os questionários serão aplicados em ambiente virtual, é preciso informar que há limitação por parte da pesquisadora em assegurar total confidencialidade, visto o risco de violação dos dados por terceiros mal intencionados. Por outro lado, vale ressaltar que estão sendo tomadas algumas medidas para tornar mínima a possibilidade de ocorrência desses riscos. Todos os arquivos gerados a partir das respostas aos questionários serão baixados para um HD Externo, protegido por senha e utilizado unicamente pela pesquisadora, e excluídos da nuvem na qual inicialmente serão salvos. Além disso, o computador utilizado para tabulação dos dados e escrita dos resultados da pesquisa está protegido pelo antivírus Avast Premium Security que garante, entre outras proteções, o bloqueio de vírus, a proteção de documentos sigilosos e o impedimento do ataque de criminosos da internet.

Acesso aos resultados da pesquisa: O produto final gerado a partir da pesquisa será encaminhado para o e-mail de cada participante, ficará disponível na Biblioteca Central da UFRB e será divulgado em eventos e produções científicas.

Ressarcimento: Não haverá despesas dos(as) participantes que devam ser cobertas pela pesquisadora, pois a participação da pesquisa será voluntária. Deste modo, caso você candidato(a) a participante aceite o disposto no presente Termo, será necessário utilizar seu aparelho digital (computador, celular, tablet ou outros) e sua internet para ter acesso e responder o questionário proposto.

Contatos das pesquisadoras: Em caso de dúvidas sobre o estudo, você poderá entrar em contato:

- Com a pesquisadora responsável, Natalí dos Santos Andrade, pelo e-mail natali.andrade@ufrb.edu.br, telefone (75) 9 8833-6189, Endereço Profissional: Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (Prédio da Reitoria – Sala da Pró-Reitoria de Graduação), Cruz das Almas-Bahia. CEP: 44380-000.
- Com a Orientadora, professora Dr^a. Rosineide Pereira Mubarack Garcia, pelo e-mail rose.mubarack@ufrb.edu.br, telefone (75) 98853-9990, Endereço Profissional: Rua Rui Barbosa, 710, Centro, Cruz das Almas-Bahia. CEP: 44380-000.
- Com a Coorientadora, Dr^a. Janete dos Santos, pelo e-mail janete@ufrb.edu.br, telefone (75) 99112-9243, ou Endereço Profissional: Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (Prédio da Reitoria – Sala da Pró-Reitoria de Graduação), Cruz das Almas-Bahia. CEP: 44380-000.

Contato do CEP: Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas desse estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia(UFRB) via telefone (75) 9 9969-0502, e-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br ou endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-Bahia. CEP: 44380-000.

Responsabilidade da Pesquisadora: Asseguro ter cumprido as exigências das resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016, assim como das normas e orientações complementares para elaboração do protocolo de pesquisa e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP da UFRB Número do CAAE: (acrescentar quando for disponibilizado) e que você enquanto participante voluntário(a) receberá no seu e-mail uma cópia deste documento e do questionário respondido, os quais você deve guardar para recorrer ao CEP da UFRB, caso entenda que a pesquisa não atendeu as questões éticas. Reforço que você poderá entrar em contato com a pesquisadora para sanar alguma dúvida ou retirar seu consentimento a qualquer momento. Comprometo-me a utilizar o

material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento, além disso reforço a manutenção do sigilo de sua participação.

Consentimento Livre e Esclarecido: Após ter sido esclarecido(a) sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos e potenciais riscos que esta possa acarretar, registro que CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

APÊNDICE C – Termo de Compromisso do Pesquisador

Salvador, 31 de maio de 2021

Ilma Ma. Carolina Yamamoto Santos Martins
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da UFRB

Título do Projeto: O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a Formação Discente

Pesquisador: Natalí dos Santos Andrade

Assunto: Termo de Compromisso do Pesquisador

Eu, Natalí dos Santos Andrade, pesquisadora responsável pelo projeto intitulado ‘O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a Formação Discente’, comprometo-me a cumprir todos os termos das Resoluções CNS nº 466/2012, nº 510/2016 e as normas complementares regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos, assim como comprometo-me a anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, garantindo o sigilo relativo às propriedades intelectuais e patentes industriais. Asseguro ainda que o produto e benefícios resultantes deste projeto retornarão aos participantes da pesquisa e a toda comunidade acadêmica da UFRB, e também que serão divulgados em eventos e produções científica.

Atenciosamente,

NATALÍ DOS SANTOS ANDRADE

Pesquisadora Responsável

APÊNDICE D – Termo de Compromisso de Utilização de Dados (TCUD)

Eu, Natalí dos Santos Andrade, discente do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social –PPGGPPSS, do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, com o projeto de pesquisa intitulado, sob orientação da Dra. Rosineide Pereira Mubarack Garcia e coorientação da Dra. Janete dos Santos, comprometo-me com a utilização dos dados contidos no Sistema de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, Sistema de Gestão de Certificados Eletrônicos da PROGRAD, Livro de Registro de Certificados e nos relatórios internos da PROGRAD referentes ao Programa de Monitoria Acadêmica, a fim de obtenção dos objetivos previstos, e somente após receber a aprovação do sistema CEP-CONEP.

Comprometo-me a manter a confidencialidade dos dados coletados nos sistemas e documentos supracitados, bem como a privacidade de seus conteúdos. Esclareço que as informações a serem coletados se referem a dados acadêmicos de discentes e docentes participantes do Programa de Monitoria Acadêmica, no período de 02/01/2008 a 30/12/2019.

Declaro entender que é minha a responsabilidade de cuidar da integridade das informações e de garantir a confidencialidade dos dados e a privacidade dos indivíduos que terão suas informações acessadas. Também é minha a responsabilidade de não repassar os dados coletados ou o banco de dados em sua íntegra, ou parte dele, a pessoas não envolvidas na equipe da pesquisa.

Por fim, comprometo-me com a guarda, cuidado e utilização das informações apenas para cumprimento dos objetivos previstos nesta pesquisa aqui referida. Qualquer outra pesquisa em que eu precise coletar informações dessa instituição serão submetidas a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa -CEP da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Responsável pela apreciação de pesquisa com seres humanos, o CEP/UFBB pode ser contactado via telefone (75) 9 9969-0502, e-mail: eticaempesquisa@comissao.ufrb.edu.br ou endereço: Rua Rui Barbosa, 710, Centro. (Prédio da Reitoria), Cruz das Almas-Bahia. CEP: 44380-000.

Salvador, 31 de maio de 2021.

Assinatura da pesquisadora responsável

APÊNDICE E – Convite ao(à) Discente Monitorado(a) para preenchimento de questionário

Prezado(a) discente,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa ‘O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente’, que tem como objetivo analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Esta pesquisa é realizada pela mestranda Natalí dos Santos Andrade, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social –PPGGPPSS, do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas – CCAAB, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Sua participação será muito importante para um conhecimento mais aprofundado do Programa e de seus resultados. Contudo, antes de ter acesso e responder às perguntas apresentadas no questionário, é preciso que você conheça as informações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível via link: <https://forms.gle/bFkthturGYXHhy7y6> e, caso tenha 18 anos ou mais e concorde com o que está estabelecido, marque a opção CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Ao concordar em participar da pesquisa será disponibilizado para você um questionário que contém dois tópicos: Dados Acadêmicos e Participação no Programa de Monitoria, 14 (quatorze) questões fechadas e 3 (três) questões abertas. O tempo para responder às perguntas apresentadas é de aproximadamente 25 (vinte e cinco) minutos.

Após marcar seu consentimento em participar da pesquisa, preencher o questionário e clicar em enviar, você receberá em seu e-mail uma cópia contendo os dois documentos. Então é nesse momento que é confirmada a sua anuência em participar da pesquisa.

Desde já, agradeço a sua valiosa colaboração!

Estou à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail: natali.andrade@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Natalí dos Santos Andrade

APÊNDICE F - Convite ao(à) Discente Monitor(a) para preenchimento de questionário

Prezado(a) discente,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa ‘O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente’, que tem como objetivo analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Esta pesquisa é realizada pela mestranda Natalí dos Santos Andrade, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social –PPGGPPSS, do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas – CCAAB, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Sua participação será muito importante para um conhecimento mais aprofundado do Programa e de seus resultados. Contudo, antes de ter acesso e responder às perguntas apresentadas no questionário, é preciso que você conheça as informações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível via link: <https://forms.gle/24ZfmbZiBDNkvEkf8> e, caso tenha 18 anos ou mais e concorde com o que está estabelecido, marque a opção CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Ao concordar em participar da pesquisa será disponibilizado para você um questionário que contém dois tópicos: Dados Acadêmicos e Participação no Programa de Monitoria, 16 (dezesesseis) questões fechadas e 3 (três) questões abertas. O tempo para responder às perguntas apresentadas é de aproximadamente 30 (trinta) minutos.

Após marcar seu consentimento em participar da pesquisa, preencher o questionário e clicar em enviar, você receberá em seu e-mail uma cópia contendo os dois documentos. Então é nesse momento que é confirmada a sua anuência em participar da pesquisa.

Desde já, agradeço a sua valiosa colaboração!

Estou à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail: natali.andrade@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Natalí dos Santos Andrade

APÊNDICE G - Convite ao(à) Docente Orientador(a) para preenchimento de questionário

Prezado(a) docente,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa ‘O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente’, que tem como objetivo analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Esta pesquisa é realizada pela mestranda Natalí dos Santos Andrade, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social –PPGGPPSS, do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas – CCAAB, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Sua participação será muito importante para um conhecimento mais aprofundado do Programa e de seus resultados. Contudo, antes de ter acesso e responder às perguntas apresentadas no questionário, é preciso que você conheça as informações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível via link: <https://forms.gle/XWxZokfwazsAND28A> e, caso tenha 18 anos ou mais e concorde com o que está estabelecido, marque a opção CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Ao concordar em participar da pesquisa será disponibilizado para você um questionário que contém dois tópicos: Dados Acadêmicos e O Programa de Monitoria para a formação discente, 6 (seis) questões fechadas e 4 (quatro) questões abertas. O tempo para responder às perguntas apresentadas é de aproximadamente 15 (quinze) minutos.

Após marcar seu consentimento em participar da pesquisa, preencher o questionário e clicar em enviar, você receberá em seu e-mail uma cópia contendo os dois documentos. Então é nesse momento que é confirmada a sua anuência em participar da pesquisa.

Desde já, agradeço a sua valiosa colaboração!

Estou à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail:
natali.andrade@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Natalí dos Santos Andrade

APÊNDICE H – Convite aos membros dos Comitês de Monitoria para preenchimento de questionário

Prezado(a) membro do Comitê de Monitoria,

Você está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa ‘O Programa de Monitoria Acadêmica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia para a formação discente’, que tem como objetivo analisar o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB para a formação discente a partir das percepções dos discentes monitores, discentes monitorados, docentes orientadores e membros dos Comitês de Monitoria. Esta pesquisa é realizada pela mestranda Natalí dos Santos Andrade, discente vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social –PPGGPPSS, do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas – CCAAB, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

Sua participação será muito importante para um conhecimento mais aprofundado do Programa e de seus resultados. Contudo, antes de ter acesso e responder às perguntas apresentadas no questionário, é preciso que você conheça as informações presentes no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) disponível via link: <https://forms.gle/bRrGznb3bvny7Kd8> e, caso tenha 18 anos ou mais e concorde com o que está estabelecido, marque a opção CONFIRMO QUE LI O PRESENTE TERMO E ACEITO PARTICIPAR DA PESQUISA.

Ao concordar em participar da pesquisa será disponibilizado para você um questionário que contém dois tópicos: Participação do Comitê e O Programa de Monitoria para a formação discente, 5 (cinco) questões fechadas e 1 (uma) questão aberta. O tempo para responder às perguntas apresentadas é de aproximadamente 10 (dez) minutos.

Após marcar seu consentimento em participar da pesquisa, preencher o questionário e clicar em enviar, você receberá em seu e-mail uma cópia contendo os dois documentos. Então é nesse momento que é confirmada a sua anuência em participar da pesquisa.

Desde já, agradeço a sua valiosa colaboração!

Estou à disposição para qualquer esclarecimento por meio do e-mail: natali.andrade@ufrb.edu.br.

Atenciosamente,

Natalí dos Santos Andrade

APÊNDICE I – Formulário Eletrônico – Discente Monitorado(a)

Tópico: Dados Sociodemográficos

1- Marque uma das opções que indique sua faixa etária:

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- Acima de 54 anos

2 – Informe se sexo.

- Feminino
- Masculino

3- Em relação a sua cor, você se autodeclara:

- Preto(a)
- Pardo(a)
- Branco(a)
- Amarelo(a)
- Indígena

4 – Assinale uma alternativa que indique o tipo de estabelecimento de ensino no qual você cursou a Educação Básica:

- Todo em escola pública.
- Todo em escola privada.
- Todo em escola privada, com bolsa.
- Uma parte em escola pública e outra em escola privada.
- Uma parte em escola pública e outra em escola privada, com bolsa.

Tópico: Dados acadêmicos

5 – Em qual Centro de Ensino você estava matriculado(a) no semestre letivo 2019.2?

- a) CAHL
- b) CCAAB
- c) CCS
- d) CETEC
- e) CECULT
- f) CFP
- g) CETENS

6 - Em qual curso você estava matriculado(a) no semestre letivo 2019.2?

Bacharelado em Agronomia	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
Bacharelado em Artes Visuais	EaD – Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Biologia	EaD – Licenciatura em Música - Música Popular Brasileira
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	EaD – Licenciatura Interdisciplinar em Artes
Bacharelado em Ciências Sociais	Educação do Campo - Licenciatura em Ciências Agrárias
Bacharelado em Cinema e Audiovisual	Educação do Campo – Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática
Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo	Educação do Campo – Tecnólogo em Agroecologia
Bacharelado em Enfermagem	Educação do Campo - Tecnólogo em Alimentos
Bacharelado em Engenharia Civil	Licenciatura em Artes Visuais
Bacharelado em Engenharia de Computação	Licenciatura em Biologia
Bacharelado em Engenharia de Energias	Licenciatura em Ciências Sociais
Bacharelado em Engenharia de Materiais	Licenciatura em Educação Física
Bacharelado em Engenharia de Pesca	Licenciatura em Filosofia
Bacharelado em Engenharia de Produção	Licenciatura em Física
Bacharelado em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	Licenciatura em História
Bacharelado em Engenharia Elétrica	Licenciatura em Letras - Libras/Língua Estrangeira
Bacharelado em Engenharia Florestal	Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Engenharia Mecânica	Licenciatura em Música - Música Popular Brasileira
Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental	Licenciatura em Pedagogia
Bacharelado em Física	Licenciatura em Química
Bacharelado em Matemática	Licenciatura Interdisciplinar em Artes
Bacharelado em Medicina	PARFOR – Licenciatura em Ciências da Natureza
Bacharelado em Medicina Veterinária	PARFOR – Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Museologia	PARFOR – Licenciatura em Pedagogia
Bacharelado em Nutrição	Tecnólogo em Agroecologia
Bacharelado em Psicologia	Tecnólogo em Artes do Espetáculo
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	Tecnólogo em Gestão de Cooperativas
Bacharelado em Serviço Social	Tecnólogo em Gestão Pública
Bacharelado em Zootecnia	Tecnólogo em Política e Gestão Cultural
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais	Tecnólogo em Produção Musical
Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	
Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	

7 – O curso no qual você estava matriculado(a) no semestre letivo 2019.2 era realizado em qual turno?

- a) Matutino
- b) Vespertino
- c) Noturno
- d) Integral

- e) Em formato de alternância, com tempo comunidade e tempo universidade
- f) Era discente de um curso EAD

8- Qual o semestre letivo de seu ingresso na UFRB?

2006.1	2010.2	2015.1
2006.2	2011.1	2015.2
2007.1	2011.2	2016.1
2007.2	2012.1	2017.1
2008.1	2012.2	2017.2
2008.2	2013.1	2018.1
2009.1	2013.2	2018.2
2009.2	2014.1	2019.1
2010.1	2014.2	2019.2

Tópico: Participação no Programa de Monitoria

9 – Marque uma ou mais alternativa(s) que identifique(m) como você ficou sabendo da existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

- a) Durante a aula de um componente curricular.
- b) Obtive informações sobre o Programa no Reencôncavo.
- c) Obtive informações sobre o Programa em outros eventos na Universidade.
- d) Um(a) colega falou comigo sobre o Programa.
- e) Um(a) docente falou comigo sobre o Programa.
- f) Vi informações sobre o Programa no site da Universidade.
- g) Vi informações sobre o Programa nas redes sociais da Universidade.
- h) Vi informações sobre o Programa no Guia Viver UFRB.
- i) Vi informações sobre o Programa em murais da Universidade.
- j) Outro

10 - Caso tenha marcado a opção outro na pergunta anterior, escreva como ficou sabendo da existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

11 – Leia os motivos apresentados abaixo e indique o quanto eles te estimularam a começar a participar do Programa de Monitoria Acadêmica. Analise cada motivo e avalie marcando uma das três opções da seguinte escala: Nada relevante; Relevante; Muito relevante

- a) Eu tinha curiosidade de conhecer o Programa.
- b) Fui incentivado pelo(s) meu(s) colega(s).
- c) Eu gosto de estudar em grupo e vi essa oportunidade no Programa.
- d) Vi o Programa como uma oportunidade de construir novas amizades.

- e) Eu estava com dificuldades de aprendizagem no componente curricular apoiado pela monitoria.
- f) Vi o Programa como uma oportunidade de revisão dos conteúdos para realização da(s) avaliação(ões) do(s) componente(s) curricular(es).
- g) Vi o Programa como um meio de ampliar minha formação.
- h) Fui incentivado pelo(s) meu(s) professor(es).

12 - Você já frequentou as atividades de monitoria de quantos componentes curriculares ao longo de sua graduação na UFRB?

- a) 1 componente curricular
- b) 2 componentes curriculares
- c) 3 componentes curriculares
- d) 4 componentes curriculares
- e) 5 componentes curriculares
- f) Mais de 5 componentes curriculares

13 – Dentre as opções abaixo, assinale aquela que mais se aproxima da descrição de sua interação com monitor(es) de um ou mais componente(s) curricular(es) no período letivo 2019.2.

- a) Tive contato com o(a) monitor(a) apenas durante as aulas do componente curricular.
- b) Participei apenas uma vez da atividade extraclasse organizada pelo(a) monitor(a).
- c) Só participei das atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a) no período de realização de avaliações do componente.
- d) Participei com frequência das atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a).
- e) Participei de todas as atividades extraclasse organizadas pelo(a) monitor(a).

14 -Além de cursar componentes curriculares, você desenvolvia outras atividades profissionais ou acadêmicas no período no qual participava do Programa de Monitoria Acadêmica? Marque uma ou mais opções que identifique(m) essa(s) atividade(s).

- () Não realizava outras atividades profissionais ou acadêmicas
- () Trabalhava
- () Realizava estágio
- () Participava de Projeto, Grupo de Pesquisa ou de Estudos
- () Participava de atividades de extensão
- () Participava de outros Programas (PET, PIBID, Residência Pedagógica, PPQ – Projetos Institucionais
- () Realizava outra atividade não citada acima

15 - Caso tenha marcado a última opção da pergunta anterior, especifique qual atividade era realizada por você.

16 – Você conhece colegas que gostariam de participar das atividades de monitoria, mas não participavam devido à falta de tempo pessoal, por exemplo, por estar trabalhando, estagiando ou participando de outro programa da Universidade (Ex.: Extensão, Pesquisa)?

- a) Não
- b) Sim, alguns
- c) Sim, muitos

17 - Analise as afirmações abaixo e registre seu grau de concordância com as mesmas marcando uma das opções da seguinte escala: Discordo Totalmente; Discordo Parcialmente; Nem Concordo, Nem Discordo; Concordo; Concordo Totalmente.

- a) A participação nas atividades de monitoria me possibilitou aprofundar conhecimentos sobre os temas abordados em determinado componente curricular.
- b) Não tranquei a matrícula em determinado componente curricular devido a minha participação na monitoria.
- c) Melhorei minhas notas depois que comecei a participar das atividades de monitoria.
- d) A participação nas atividades de monitoria foi fundamental para minha aprovação em um determinado componente curricular.
- e) Ampliei meu rol de amizades na universidade devido a participação no Programa de Monitoria.
- f) A participação nas atividades de monitoria me possibilitou ter um maior conhecimento sobre a UFRB e sobre os procedimentos para acessar outras atividades acadêmicas e administrativas.
- g) Tiveram conteúdos que aprendi mais com o(a) monitor(a) do que com o(a) professor(a).
- h) A participação na monitoria me possibilitou mudar a forma de ver e viver a universidade.
- i) Para além da aprendizagem de conteúdo, a participação nas atividades de monitoria trouxe acréscimos a minha formação pessoal e acadêmica.
- j) A participação no Programa de Monitoria Acadêmica foi relevante para minha permanência na Universidade.
- k) Eu incentivaria outros discentes a participarem do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB.

18 - Analise as informações e ações referentes ao Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB e indique seu grau de satisfação com as mesmas utilizando a seguinte escala: Nada Satisfeito(a); Pouco Satisfeito(a); Satisfeito(a); Muito Satisfeito(a); Completamente Satisfeito(a).

- a) Método de divulgação dos horários e dos locais de monitoria dos componentes curriculares.

- b) Quantidade de monitores para cada componente curricular.
- c) Turno de realização das atividades extraclasse de monitoria.
- d) Quantidade de horários de orientação disponibilizados pelos monitores.
- e) Metodologias utilizadas pelos monitores para revisar os conteúdos das aulas.

19 - Considerando a experiência vivenciada por você, qual o grau de importância do Programa de Monitoria para a formação acadêmica?

- () Extremamente importante
- () Muito importante
- () Moderadamente importante
- () Ligeiramente importante
- () Nem um pouco importante

APÊNDICE J – Formulário Eletrônico – Discente Monitor(a)

Tópico: Dados Sociodemográficos

1- Marque uma das opções que indique sua faixa etária:

- 18 a 24 anos
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- Acima de 54 anos

2 – Informe seu sexo.

- Feminino
- Masculino

3- Em relação a sua cor, você se autodeclara:

- Preto(a)
- Pardo(a)
- Branco(a)
- Amarelo(a)
- Indígena

4 – Assinale uma alternativa que indique o tipo de estabelecimento de ensino no qual você cursou a Educação Básica:

- Todo em escola pública.
- Todo em escola privada.
- Todo em escola privada, com bolsa.
- Uma parte em escola pública e outra em escola privada.
- Uma parte em escola pública e outra em escola privada, com bolsa.

Tópico: Dados acadêmicos

5 – Em qual Centro de Ensino você estava matriculado no semestre letivo 2019.2?

- a) CAHL
- b) CCAAB
- c) CCS
- d) CETEC
- e) CECULT
- f) CFP
- g) CETENS

6- Em qual curso você estava matriculado(a) no semestre letivo 2019.2?

Bacharelado em Agronomia	Bacharelado Interdisciplinar em Saúde
Bacharelado em Artes Visuais	EaD – Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Biologia	EaD – Licenciatura em Música - Música Popular Brasileira
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	EaD – Licenciatura Interdisciplinar em Artes
Bacharelado em Ciências Sociais	Educação do Campo - Licenciatura em Ciências Agrárias
Bacharelado em Cinema e Audiovisual	Educação do Campo – Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática
Bacharelado em Comunicação Social – Jornalismo	Educação do Campo – Tecnólogo em Agroecologia
Bacharelado em Enfermagem	Educação do Campo - Tecnólogo em Alimentos
Bacharelado em Engenharia Civil	Licenciatura em Artes Visuais
Bacharelado em Engenharia de Computação	Licenciatura em Biologia
Bacharelado em Engenharia de Energias	Licenciatura em Ciências Sociais
Bacharelado em Engenharia de Materiais	Licenciatura em Educação Física
Bacharelado em Engenharia de Pesca	Licenciatura em Filosofia
Bacharelado em Engenharia de Produção	Licenciatura em Física
Bacharelado em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	Licenciatura em História
Bacharelado em Engenharia Elétrica	Licenciatura em Letras - Libras/Língua Estrangeira
Bacharelado em Engenharia Florestal	Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Engenharia Mecânica	Licenciatura em Música - Música Popular Brasileira
Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental	Licenciatura em Pedagogia
Bacharelado em Física	Licenciatura em Química
Bacharelado em Matemática	Licenciatura Interdisciplinar em Artes
Bacharelado em Medicina	PARFOR – Licenciatura em Ciências da Natureza
Bacharelado em Medicina Veterinária	PARFOR – Licenciatura em Matemática
Bacharelado em Museologia	PARFOR – Licenciatura em Pedagogia
Bacharelado em Nutrição	Tecnólogo em Agroecologia
Bacharelado em Psicologia	Tecnólogo em Artes do Espetáculo
Bacharelado em Publicidade e Propaganda	Tecnólogo em Gestão de Cooperativas
Bacharelado em Serviço Social	Tecnólogo em Gestão Pública
Bacharelado em Zootecnia	Tecnólogo em Política e Gestão Cultural
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais	Tecnólogo em Produção Musical
Bacharelado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	
Bacharelado Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	

7 - O curso no qual você estava matriculado(a) era realizado em qual turno?

- a) Matutino
- b) Vespertino
- c) Noturno
- d) Integral
- e) Em formato de alternância, com tempo comunidade e tempo universidade

f) Era discente de um curso EAD

8 - Qual o semestre letivo de seu ingresso na UFRB?

2006.1	2010.2	2015.1
2006.2	2011.1	2015.2
2007.1	2011.2	2016.1
2007.2	2012.1	2017.1
2008.1	2012.2	2017.2
2008.2	2013.1	2018.1
2009.1	2013.2	2018.2
2009.2	2014.1	2019.1
2010.1	2014.2	2019.2

Tópico: Participação no Programa de Monitoria

9 – Marque uma ou mais alternativa(s) que identifique(m) como você ficou sabendo da existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

- a) Durante a aula de um componente curricular.
- b) Obtive informações sobre o Programa no Reencôncavo.
- c) Obtive informações sobre o Programa em outros eventos na Universidade.
- d) Um(a) colega falou comigo sobre o Programa.
- e) Um(a) docente falou comigo sobre o Programa.
- f) Vi informações sobre o Programa no site da Universidade.
- g) Vi informações sobre o Programa nas redes sociais da Universidade.
- h) Vi informações sobre o Programa no Guia Viver UFRB.
- i) Vi informações sobre o Programa em murais da Universidade.
- j) Outro

10 - Caso tenha marcado a opção outro na pergunta anterior, escreva como ficou sabendo da existência do Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

11 - Além de cursar componentes curriculares, você desenvolvia outras atividades profissionais ou acadêmicas no período no qual participava do Programa de Monitoria Acadêmica? Marque uma ou mais opções que identifique(m) essa(s) atividade(s).

- () Não realizava outras atividades profissionais ou acadêmicas
- () Trabalhava
- () Realizava estágio
- () Participava de Projeto, Grupo de Pesquisa ou de Estudos
- () Participava de atividades de extensão

() Participava de outros Programas (PET, PIBID, Residência Pedagógica, PPQ – Projetos Institucionais

() Realizava outra atividade não citada acima

12 - Caso tenha marcado a última opção da pergunta anterior, especifique qual atividade era realizada por você.

13 – Você conhece colegas que gostariam de participar das atividades de monitoria, mas não participaram devido à falta de tempo pessoal, por exemplo, por estar trabalhando, estagiando ou participando de outro programa da Universidade (Ex.: Extensão, Pesquisa)?

- a) Não
- b) Sim, alguns
- c) Sim, muitos

14 - Você já foi monitor(a) em quantos semestres?

- a) 1 semestre letivo
- b) 2 semestres letivos
- c) 3 semestres letivos
- d) 4 semestres letivos
- e) 5 ou mais

15 – Leia os motivos apresentados abaixo e indique o quanto eles te estimularam a se candidatar a uma vaga enquanto monitor(a). Analise cada motivo e avalie marcando uma das três opções da seguinte escala: Nada relevante; Relevante; Muito relevante

- a) Oportunidade de aprofundamento de conhecimento referentes ao componente curricular da monitoria.
- b) O recebimento de certificado para submeter como Atividade Curricular Complementar – ACC .
- c) A possibilidade de recebimento de uma bolsa mensal.
- d) A possibilidade de desenvolver habilidades relacionadas ao exercício da docência.
- e) A possibilidade de estabelecer laços com o(a) docente orientador(a) para o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como por exemplo, pesquisa e extensão.
- f) A possibilidade de auxiliar colegas em seus processos de aprendizagem.
- g) Vi o Programa como uma oportunidade de construir novas amizades.
- h) Vi no Programa uma oportunidade de enriquecer meu currículo.

16 - Analise as afirmações abaixo e registre seu grau de concordância com as mesmas marcando uma das opções da seguinte escala: Discordo Totalmente; Discordo Parcialmente; Nem concordo, nem discordo; Concordo; Concordo Totalmente.

- a) A participação nas atividades de monitoria me possibilitou aprofundar conhecimentos sobre os temas abordados em determinado componente curricular.
- b) Tranquei a matrícula em determinado componente curricular devido a minha participação na monitoria.
- c) Melhorei minhas notas depois que comecei a participar das atividades de monitoria.
- d) Ampliei meu rol de amizades na universidade devido a participação no Programa de Monitoria.
- e) A participação nas atividades de monitoria me possibilitou ter um maior conhecimento sobre a UFRB e sobre os procedimentos para acessar outras atividades acadêmicas e administrativas.
- f) A participação no Programa de Monitoria me possibilitou desenvolver habilidades relacionadas ao exercício da docência.
- g) A participação no Programa de Monitoria me estimulou a seguir a carreira docente.
- h) A participação nas atividades de monitoria trouxe acréscimos a minha formação pessoal e acadêmica.
- i) Com a participação no Programa de Monitoria estabeleci laços com o(a) docente orientador(a) para o desenvolvimento de outras atividades acadêmicas, como por exemplo, pesquisa e extensão.
- j) A participação na monitoria me possibilitou mudar a forma de ver e viver a universidade.
- k) A participação no Programa de Monitoria Acadêmica foi relevante para minha permanência na Universidade.
- l) Eu incentivaria outros discentes a serem monitores.

17 – Numa escala de 1 a 5, sendo 1 equivalente a ‘Muito ruim’ e 5 equivalente a ‘Muito bom’, como você classifica seu grau de conhecimento das normas que regulamentam o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

Muito ruim	1	2	3	4	5	Muito bom
------------	---	---	---	---	---	-----------

18 - A Resolução de Monitoria N° 036/2010 estabelece no Artigo 4° que uma das atribuições do professor(a) orientador(a) é: “desenvolver atividades junto ao monitor para aprofundamento do seu conhecimento com relação ao componente curricular/módulo, tais como estudos dirigidos, revisão bibliográfica, apresentação de seminários para os discentes matriculados na disciplina sobre assuntos complementares ao conteúdo, entre outras”.

Analise cada atividade separadamente e avalie com qual frequência elas foram realizadas por você no semestre 2019.2. Para avaliar a frequência de realização das atividades utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito frequente.

- a) Estudos dirigidos
- b) Revisão bibliográfica
- c) Apresentação de seminários para os discentes matriculados na disciplina

19 - O Artigo 13º da Resolução CONAC Nº 036/2010 estabelece algumas atribuições aos monitores. Elencamos abaixo algumas dessas atribuições e solicitamos que analise com qual frequência você desenvolveu essas atribuições no semestre letivo 2019.2. Para avaliar a frequência de realização das atribuições utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito frequente.

- a) Participou do planejamento das aulas, processo de avaliação e orientação dos discentes matriculados no componente curricular de monitoria.
- b) Participou da realização de trabalho práticos e experimentais durante as aulas.
- c) Participou da prática de ensino, constituindo-se em elo entre o professor e alunos, sob a supervisão do professor orientador.
- d) Atendeu os estudantes em horários pré-estabelecidos.

20 – Enquanto monitor(a) você realizou alguma atividade que não está elencada na questão anterior? Quais?

21 - Analise as informações e ações referentes ao Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB e indique seu grau de satisfação com as mesmas utilizando a seguinte escala: Nada Satisfeito(a); Pouco Satisfeito(a); Satisfeito(a); Muito Satisfeito(a); Completamente Satisfeito(a).

- a) Divulgação dos editais de seleção de monitoria.
- b) Quantidade de monitores para cada componente curricular.
- c) Forma como é realizada a seleção de monitores.
- d) Destinação das bolsas para os Projetos de Monitoria de componentes curriculares com maior índice de reprovação.
- e) Quantidade de salas para realização das orientações/atendimento extraclasse aos discentes monitorados.
- f) Plano semestral de atividades a serem realizadas pelo monitor.
- g) Acompanhamento e orientação dos monitores pelos docentes orientadores.
- h) Acompanhamento e orientação dos monitores pelo Comitê de Monitoria.
- i) Fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros).
- j) Divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria.

22 - Considerando a experiência vivenciada por você, qual o grau de importância do Programa de Monitoria para a formação acadêmica?

- () Extremamente importante
- () Muito importante
- () Moderadamente importante
- () Ligeiramente importante
- () Nem um pouco importante

APÊNDICE K– Formulário Eletrônico – Docente Orientador(a)

Tópico: Dados acadêmicos

1 – Você ingressou na UFRB em qual semestre letivo?

2006.1	2010.2	2015.1
2006.2	2011.1	2015.2
2007.1	2011.2	2016.1
2007.2	2012.1	2017.1
2008.1	2012.2	2017.2
2008.2	2013.1	2018.1
2009.1	2013.2	2018.2
2009.2	2014.1	2019.1
2010.1	2014.2	2019.2

2 - Em qual Centro de Ensino você leciona?

- a) CAHL
- b) CCAAB
- c) CCS
- d) CETEC
- e) CECULT
- f) CFP
- g) CETENS

3- Desde qual semestre letivo você teve monitor(es) vinculado(s) a um componente curricular lecionado por você?

2006.1	2010.2	2015.1
2006.2	2011.1	2015.2
2007.1	2011.2	2016.1
2007.2	2012.1	2017.1
2008.1	2012.2	2017.2
2008.2	2013.1	2018.1
2009.1	2013.2	2018.2
2009.2	2014.1	2019.1
2010.1	2014.2	2019.2

Tópico: O Programa de Monitoria para a formação discente

4 - Qual(is) seu(s) objetivo(s) ao propor projetos de monitoria para os componentes curriculares que leciona?

5 – Você avalia que conseguiu alcançar os objetivos propostos em seu(s) Projeto(s) de Monitoria?

() Sim, em parte.

() Sim, todos.

() Não

6 -Numa escala de 1 a 5, sendo 1 equivalente a ‘Muito ruim’ e 5 equivalente a ‘Muito bom’’, como você classifica seu grau de conhecimento das normas que regulamentam o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

Muito ruim	1	2	3	4	5	Muito bom
------------	---	---	---	---	---	-----------

7 - O Artigo 163º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFRB estabelece como objetivo do Programa de Monitoria: “visa contribuir para melhorias no processo de ensino e aprendizagem, com vistas ao êxito acadêmico nos cursos de graduação da UFRB, além de proporcionar aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência”.

Analise as afirmações construídas a partir desse objetivo e, considerando sua experiência no Programa, avalie com que frequência os objetivos são atingidos. Para avaliar as afirmações utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito frequentemente.

- a) O Programa de Monitoria contribuiu para o processo de ensino e aprendizagem aumentando as aprovações no componente que você leciona e que é vinculado ao PMA.
- b) O Programa de Monitoria contribuiu para diminuir os trancamentos de componentes curriculares lecionados por você.
- c) O Programa de Monitoria proporcionou aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação.
- d) O Programa de Monitoria proporcionou aos discentes monitores o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência.
- e) Eu aperfeiçoei minhas atividades didático-pedagógicas a partir da participação no Programa de Monitoria.
- f) O Programa de Monitoria auxiliou na adoção da interdisciplinaridade na UFRB.

8 - A Resolução de Monitoria nº 036/2010 estabelece no Artigo 4º que uma das atribuições do professor(a) orientador(a) é: “desenvolver atividades junto ao monitor para aprofundamento do seu conhecimento com relação ao componente curricular/módulo, tais como estudos dirigidos, revisão bibliográfica, apresentação de seminários para os discentes matriculados na disciplina sobre assuntos complementares ao conteúdo, entre outras”.

Analise cada atividade separadamente e avalie com qual frequência elas foram realizadas por você no semestre 2019.2. Para avaliar as afirmações utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito frequentemente.

- a) Estudos dirigidos
- b) Revisão bibliográfica
- c) Apresentação de seminários para os discentes matriculados na disciplina
- d) Realização de reuniões mensais para planejar, orientar e avaliar as atividades

9 - Analise as informações e ações referentes ao Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB e indique seu grau de satisfação com as mesmas utilizando a seguinte escala: Nada Satisfeito(a); Pouco Satisfeito(a); Satisfeito(a); Muito Satisfeito(a); Completamente Satisfeito(a).

- a) Divulgação dos editais de seleção de monitoria.
- b) Forma como é realizada a seleção dos Projetos de Monitoria.
- c) Forma como é realizada a seleção de monitores.
- d) Quantidade de monitores para cada componente curricular.
- e) Destinação das bolsas para os Projetos de Monitoria de componentes curriculares com maior índice de reprovação.
- f) Acompanhamento e orientação dos monitores pelo Comitê de Monitoria.
- g) Fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros).
- h) Divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria.

10 - Considerando a experiência vivenciada por você, qual o grau de importância do Programa de Monitoria para a formação discente?

- () Extremamente importante
- () Muito importante
- () Moderadamente importante
- () Ligeiramente importante
- () Nem um pouco importante

11 - Analisando sua participação no Programa de Monitoria Acadêmica e a relevância do mesmo para a formação discente você considera que o Programa precisa ser aprimorado de alguma forma? Como?

APÊNDICE L – Formulário Eletrônico – Membros dos Comitês de Monitoria

Tópico: Participação do Comitê

1 – Você fez parte do Comitê de Monitoria por quanto tempo? Ao responder você deve considerar todos os períodos nos quais foi membro do Comitê, inclusive o período atual, caso ainda faça parte do Comitê.

- a) Menos de 1 ano
- b) 1 a 2 anos
- c) 2 a 3 anos
- d) 3 a 4 anos
- e) 4 a 5 anos
- f) Mais de 5 anos

2 – Numa escala de 1 a 5, sendo 1 equivalente a ‘Muito ruim’ e 5 equivalente a ‘Muito bom’, como você classifica seu grau de conhecimento das normas que regulamentam o Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB?

Muito ruim	1	2	3	4	5	Muito bom
------------	---	---	---	---	---	-----------

3 - Tendo por base o período em que você participou do Comitê de Monitoria, analise as afirmações abaixo e indique com qual frequência essas ações eram realizadas pelo Comitê. Para isso utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito Frequente.

- a) Realização de reuniões mensais entre os membros do Comitê.
- b) Realização de reuniões com orientadores e monitores para identificação de dificuldades e auxiliar na melhoria do Programa.
- c) Avaliação do Programa, dos monitores e orientadores para identificar eventuais falhas e propor medidas corretivas.
- d) Desenvolvimento de atividades para promoção de integração de atividades de monitoria com as atividades de extensão e pesquisa da UFRB.
- e) Os processos de seleção dos monitores eram realizados com base no levantamento semestral realizado pelos Colegiados.

Tópico: O Programa de Monitoria para a formação discente

4 - O Artigo 163º do Regulamento do Ensino de Graduação da UFRB estabelece como objetivo do Programa de Monitoria: “visa contribuir para melhorias no processo de ensino e aprendizagem, com vistas ao êxito acadêmico nos cursos de graduação da UFRB, além de proporcionar aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação e o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência”.

Analise as afirmações construídas a partir desse objetivo e, considerando sua experiência no Programa, avalie com que frequência os objetivos são atingidos. Para avaliar as afirmações utilize a seguinte escala: Nunca; Raramente; Ocasionalmente; Frequentemente; Muito Frequente.

- a) O Programa de Monitoria contribui para o processo de ensino e aprendizagem aumentando as aprovações nos componentes curriculares que têm Projetos de Monitoria.
- b) O Programa de Monitoria contribui para diminuir os trancamentos de componentes curriculares.
- c) O Programa de Monitoria proporciona aos discentes monitores o aprofundamento teórico-prático no componente curricular de sua atuação.
- d) O Programa de Monitoria proporciona aos discentes monitores o desenvolvimento de habilidades relacionadas ao exercício da docência.
- e) Os professores orientadores aperfeiçoam as atividades didático-pedagógicas
- f) O Programa de Monitoria auxilia na adoção da interdisciplinaridade na UFRB.

5 – Analise as informações e ações referentes ao Programa de Monitoria Acadêmica da UFRB e indique seu grau de satisfação com as mesmas utilizando a seguinte escala: Nada Satisfeito(a); Pouco Satisfeito(a); Satisfeito(a); Muito Satisfeito(a); Completamente Satisfeito(a).

- a) Divulgação dos editais de seleção de monitoria.
- b) Forma como é realizada a seleção dos Projetos de Monitoria.
- c) Forma como é realizada a seleção de monitores.
- d) Quantidade de monitores para cada componente curricular.
- e) Destinação das bolsas para os Projetos de Monitoria de componentes curriculares com maior índice de reprovação.
- f) Fornecimento de material de trabalho para os monitores (piloto, apagador, atividade impressa, entre outros).
- g) Divulgação das ações e aprendizados realizados no Programa de Monitoria.
- h) Acompanhamento do Programa pela Pró-Reitoria de Graduação.

6 - Considerando a experiência vivenciada por você, qual o grau de importância do Programa de Monitoria para a formação discente?

- () Extremamente importante
- () Muito importante
- () Moderadamente importante
- () Ligeiramente importante
- () Nem um pouco importante

7 - Analisando sua participação no Programa de Monitoria Acadêmica e a relevância do mesmo para a formação discente você considera que o Programa precisa ser aprimorado de alguma forma? Como?